



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA

“MOSSORÓ NÃO CABE NUM LIVRO”: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E A
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO ESPAÇO MOSSOROENSE

NATAL/RN
2011

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA

“MOSSORÓ NÃO CABE NUM LIVRO”: LUÍS DA CÂMARA CASCU DO E A
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO ESPAÇO MOSSOROENSE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

NATAL/RN
2011

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Costa, Bruno Balbino Aires da.

“Mossoró não cabe num livro”: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. – 2011.

187 f.: il. -

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

1. Mossoró, RN - História. 2. Cascudo, Luís da Câmara, 1898-1986. 3. Cultura – Aspectos sociais. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.2)

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA

“MOSSORÓ NÃO CABE NUM LIVRO”: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E A
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO ESPAÇO MOSSOROENSE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN
(Orientador)

Profª. Dra. Maria Izilda Santos de Matos – PUC-SP
(Avaliador Externo)

Profª. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira – UFRN
(Avaliador Interno)

Prof. Dr. Renato Amado Peixoto– UFRN
(Avaliador Suplente)

Conceito: _____.

Natal, _____ de _____ de _____.

**A minha mãe, Edneza, que
me encorajou com o seu
infinito amor e carinho.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pelo seu infinito amor e misericórdia que teve para comigo e também pela oportunidade de concluir esse mestrado.

Agradeço aos meus pais, Paulo Roberto e Edneuzza Aires, que sempre cuidaram de mim e fizeram mundos e fundos para que eu tivesse a oportunidade de chegar até aqui. Em especial, agradeço a minha mãe que sempre lutou para que eu tivesse uma boa educação. Sua célebre frase nunca saiu da minha cabeça: “ estude para que você tenha êxito em sua vida”.

Sou muito grato ao meu irmão-pai, Paulo Roberto da Costa Júnior, que vibrou comigo em cada momento vitorioso da minha vida. Seu caráter e o seu carinho foram os espelhos da minha caminhada em Natal. Agradeço também a minha cunhada, Gladys-Anne Heronildes.

Sou grato a querida Tia Zélia que fez o papel de mãe, quando eu estava trilhando a minha nova e difícil vida em Natal. Não poderia deixar de agradecer também as minhas primas e irmãs, Fernanda e Fabiana, além de Ana Luiza.

Deixo aqui um agradecimento especial a minha amada e lindíssima namorada, Isa, que com o seu amor e afeto tornaram mais doce a minha vida e a minha escrita.

Quero deixar um agradecimento todo especial a pessoa que mais acreditou em mim durante o percurso do mestrado: o Capitão-Mor da Serra da Borborema, Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Mais do que um orientador e professor, Durval Muniz é um grande amigo. Sua história canta e encanta todos que tem o privilégio de encontrá-lo na vida. Felizmente, eu sou um desses privilegiados.

Agradeço a professora Margarida Maria Dias de Oliveira que me acolheu no mestrado e também acreditou em mim. Jamais me esquecerei do seu ato generoso e benevolente para comigo.

Gostaria de agradecer a professora Maria Izilda Santos de Matos que aceitou o convite de contribuir com o meu trabalho. Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especialmente, Raimundo Nonato, Renato Amado, Flávia Pedreira, Helder Viana e Fátima Martins.

Expresso os meus agradecimentos aos professores do departamento de história da UFRN que tive a honra e a felicidade de conhecê-los. Em particular, Wicliffe de Andrade Costa, Aurinete Girão e Haroldo Loguercio Carvalho.

Sou grato a funcionária mais simpática e doce de todo o setor dois do Centro de ciências humanas, letras e artes: Isabelle Sousa. “Belle” é capaz de tudo nessa cadeira poderosa do Mestrado.

Agradeço ao REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidade Federais) que financiou o meu trabalho através da disponibilidade da bolsa de estudos.

Registro a minha gratidão a todos aqueles que fazem funcionar a Coleção Mossoroense. Desde o período da minha graduação na UERN, a coleção nunca deixou de fornecer o precioso material para a minha monografia fosse possível. No mestrado não foi diferente. Caio Muniz, ajudou-me, incondicionalmente, enviando os livros da coleção para que eu fizesse a dissertação. Meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer aos funcionários do Museu Municipal de Mossoró, em especial, a “dona Lúcia Escóssia” que me recebeu amavelmente todas as vezes que tive a necessidade de consultar os jornais arquivados no museu.

Agradeço a todos os meus amigos de Mossoró e de Natal. A lista é enorme, mas registro aqui um agradecimento especial para os seguintes amigos-irmãos: Nicholas, Nickson, Camila Senna, Alexandre Patrickson, Saul Estevam, Francisco Firmino Sales Neto, Mariano Azevedo Júnior, Daniel Brandão, Daniel Bob, Juce, Débora Mayara, Wesley Sá e André Cristiano.

Deixo para o final um agradecimento mais do que especial aos meus amigos queridos do mestrado, Adriana Dias, Hugo Romero, Diego Souza, Thiago Alves Dias, Gustavo Henrique, Michele Soares, Nívia Paula, Frederico Augusto, Flávio Américo, Gabriel Lopes, Giovana Lopes, Jossefrânia, Rosenilson e Paulo Dário.

Quero agradecer, em particular, aos meus três amigos que sonharam junto comigo nesse mestrado: Sonní Lemos, Arthur Torquato e Isabel Barreto. Conhecê-los foi, sem dúvida, um dos melhores acontecimentos que esse mestrado me proporcionou.

Por fim, agradeço a todos que diretamente e indiretamente me ajudaram ao longo dessa minha caminhada histórica. Sou eternamente grato a todos!

Passei ao lado do mundo e tomei a história pela vida

Jules Michelet

RESUMO

Uma cidade não é feita somente de ruas, calçadas, prédios, pontes e viadutos. A urbe é construída também pelas camadas de sedimentos do passado que se misturam com as camadas dos sedimentos do presente. A cidade é arte, é sociabilidade, é escrita. O objetivo desse trabalho é analisar como a cidade de Mossoró é construída historiograficamente pela narrativa de Luís da Câmara Cascudo. Com esse objetivo, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, investigamos os investimentos que a prefeitura de Mossoró no início dos anos quarenta, sob a administração de Dix-sept Rosado, realizou para a construção do que seria a cultura da cidade. Uma cultura que estaria vinculada à criação de uma biblioteca, um museu, uma universidade, à realização de várias palestras sobre as temáticas da cidade, e à escrita da história de Mossoró. No segundo capítulo, abordamos as condições históricas de possibilidade que fizeram de Luís da Câmara Cascudo o historiador da cidade. No último capítulo, mostramos como Mossoró foi construída por Cascudo a partir da análise específica do livro *Notas e documentos para a História de Mossoró* (1955). Discutimos as condições de sua emergência, analisando o jogo de interesses que possibilitaram a sua produção.

Palavras-chave: Luís da Câmara Cascudo; Mossoró; História

ABSTRACT

A city is made not only to streets, sidewalks, buildings, bridges and viaducts. The city is also built by layers of sediment from the past that blend with layers of sediments present. The city's art, its sociability is written. The aim of this study is to analyze how Mossoró historiographically the narrative is built by Luís da Câmara Cascudo. With this objective, we divide the work into three chapters. At first, we investigate the investment that the prefecture of the Mossoró city at the beginning of the forties, under the administration of Dix-sept Rosado, held for the construction of what would be the city's culture. A culture that was linked to the creation of a library, a museum, a university, the completion of several lectures on the themes of the city, and writing the history of Mossoró. The second chapter discusses the historical conditions of possibility that made Luís da Câmara Cascudo of the town historian. In the last chapter, we show how Mossoró was built by Cascudo from the specific analysis of the book *Notas e Documentos para a história de Mossoró* (1955). We discuss the conditions for its emergence, examining the interplay of interests that enabled its production.

Keywords: Luís da Câmara Cascudo; Mossoró; History

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1- Jornal O Mossoroense, Mossoró 30 de setembro de 1951

Imagem 2- Comício de Dix-sept Rosado em 1948- Foto do Museu municipal de Mossoró

Imagem 3- Ponte Jerônimo Rosado- foto Manuelito, 1944-Acervo do Museu Municipal de Mossoró

Imagem 4- Fachada Lateral do Clube do Ipiranga, em cujo pavimento térreo foi instalada a Biblioteca municipal. Foto: Acervo fotográfico do Museu de Mossoró.

Imagem 5- Foto da XV Assembléia da Associação de Geógrafos Brasileiros realizada na cidade em 1960. Acervo do Museu Municipal de Mossoró- Foto: Manuelito

SUMÁRIO

.....	1
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1.....	23
A CULTURA COMO BATALHA	23
1.1 MOSSORÓ E A “BATALHA DA CULTURA”.....	26
1.2 “O SEU INCENTIVADOR E COLABORADOR MAIOR”: LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E A BATALHA DA CULTURA	51
1.3 CASCUDO: HISTORIADOR DOS ESPAÇOS.....	60
CAPÍTULO 2.....	77
LUÍS DA CÂMARA CASCUDO: HISTORIADOR DE MOSSORÓ.....	77
2.1 ENTRE NOTAS E DOCUMENTOS: UM LIVRO, UMA HISTÓRIA.....	80
2-2- “O PLANTADOR DA CIDADE”: CASCUDO E A BIOGRAFIA DE JERÔNIMO ROSADO.....	88
2.3 MOSSORÓ: A CIDADE COMO REGIÃO.....	107
CAPÍTULO 3.....	120
.....	120
MOSSORÓ COMO TEXTO: LENDO A CIDADE ATRAVÉS DA ESCRITA CASCUDIANA.....	120
3.1 “QUE QUER DIZER MOSSORÓ?”: NOME DA TERRA, NOME DA GENTE.....	122
3-2- “O RESTO É LENDA”: A PRESENÇA HOLANDESA NAS TERRAS DE MOSSORÓ.....	129
3.3 A FÉ, A EXPANSÃO E O OLHAR OUTRO: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO MOSSOROENSE	135
3.4 NASCE À CIDADE	143
3.5 “MOSSORÓ, TERRA DE LIBERDADE”: TRAMAS DA ESCRAVIDÃO E DA ABOLIÇÃO NO ESPAÇO MOSSOROENSE.....	151
CONCLUSÃO.....	171
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	177

Câmara Cascudo nos anos quarenta e cinquenta do século XX.

Neste mesmo período, o poder público juntamente com outras instituições da sociedade, como por exemplo, o jornal *O Mossoroense*, se articularam conjuntamente para uma elaboração discursiva acerca do evento abolicionista, produzindo um imaginário que evidencia Mossoró como a cidade da liberdade.³

Somando-se aos esforços da prefeitura de Mossoró e de outras instituições da cidade, esteve uma produção historiográfica e memorialística comprometida também com a construção de uma identidade histórica para a cidade a partir do evento da abolição.

Ao estudarmos, inicialmente, a historiografia e a memorialística local, tendo como principais nomes: Vingt-un Rosado e Raimundo Nonato, sobre o acontecimento abolicionista, fomos instigados a realizar um estudo que analisasse as narrativas criadas pelos intelectuais mossoroenses sobre o referido evento e, conseqüentemente, como seus textos instituíram uma identidade, calcada no ideal da liberdade, para Mossoró. No entanto, ao escavarmos o abismo do passado, fomos percebendo que a construção discursiva em torno da abolição em Mossoró não se restringiu somente aos intelectuais da cidade.

Ao organizarmos a documentação para a realização do projeto inicial desta dissertação, nos deparamos com alguns artigos escritos por Luís da Câmara Cascudo sobre a temática da abolição da escravidão em Mossoró, publicados na década de quarenta no jornal *A República*.⁴ Constatamos ainda a presença de Cascudo em Mossoró no início dos anos cinquenta. Neste período, o referido intelectual foi convidado pelo prefeito Vingt Rosado para proferir uma palestra nos círculos intelectuais da cidade acerca da abolição da escravatura.⁵

Ao longo da nossa pesquisa, que inicialmente esteve destinada a analisar a emergência discursiva de Mossoró como a “terra da liberdade”, fomos nos debruçando sobre a aproximação de Cascudo com a produção da história da cidade. Observamos

³ No final da década de quarenta para o início dos anos cinquenta o jornal **O Mossoroense** participa da construção discursiva em torno da abolição da escravidão e, conseqüentemente, da espacialidade, “Mossoró, terra da Liberdade.” Neste recorte temporal, há uma série de artigos escritos por diversos intelectuais locais, tais como: Vingt-un Rosado, Dorian Jorge Freire, Luís da Câmara Cascudo, dentre outros, que a partir do jornal **O Mossoroense** divulgaram e produziram uma identidade histórica para Mossoró. Cf. Cf. COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Discursos da liberdade: A construção discursiva da Abolição da escravatura em Mossoró através do jornal O Mossoroense dos anos de 1948 a 1953**. Monografia (Graduação em História)—Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2009.

⁴ Os artigos escritos por Luís da Câmara Cascudo sobre a abolição em Mossoró publicados n’*A República* na década de quarenta foram: **História do 30 de Setembro de 1883** publicado no dia 04 de outubro de 1940 e **Ainda o 30 de setembro de 1883** publicado no dia 24 de outubro do mesmo ano.

⁵ O MOSSOROENSE, Mossoró, 30 set.1953.

que, no mesmo período da visita de Luís da Câmara Cascudo a cidade em 1953, houve um convite do prefeito Vingt Rosado para que ele escrevesse uma história para Mossoró. Cascudo aceitou o convite e em 1955 o livro *Notas e Documentos para a História de Mossoró* foi publicado.

Seguindo o itinerário da pesquisa percebemos ainda que os escritos cascudianos sobre a história da cidade, organizados agora num livro, fizeram parte de um cenário político e cultural em que a prefeitura de Mossoró e as diversas instituições da sociedade mossoroense, dispensaram investimentos econômicos, políticos e culturais na produção de uma identidade histórica para a urbe. Neste sentido, órgãos especializados e comprometidos, como o *Boletim Bibliográfico* e a *Coleção Mossoroense*,⁶ com a construção da memória para a cidade, atuaram lado a lado com a produção de uma escrita da história de Luís da Câmara Cascudo para Mossoró nos anos cinquenta.

O interesse em investigar as motivações que fizeram com que emergisse a produção da história mossoroense por Luís da Câmara Cascudo redirecionou o itinerário da nossa dissertação. Inicialmente, estávamos comprometidos em analisar a construção discursiva da historiografia local sobre a abolição em Mossoró e como esta produção criou ao longo das décadas de quarenta e cinquenta sentidos e realidades para a espacialidade, “Mossoró, terra da liberdade.” No entanto, essa pesquisa inicial nos levou a outro objeto, sobre o qual queremos nos debruçar nessa dissertação, isto é, a construção historiográfica do espaço mossoroense a partir da escrita cascudiana.

Diante desse novo objeto, encontramos novas problemáticas: *Que concepções de História aparecem na escrita cascudiana que , nomeia, organiza e constrói certas visões do passado da cidade? Que Mossoró foi construída através do discurso historiográfico cascudiano?* Para respondermos a essas indagações, analisamos as narrativas historiográficas que Luís da Câmara Cascudo elaborou acerca da cidade de Mossoró. Analisar como o relato cascudiano construiu, em grande medida na década de quarenta e cinquenta, uma determinada leitura da história da cidade foi o nosso itinerário.

⁶ O Boletim Bibliográfico e a Coleção Mossoroense surgiram no final dos anos quarenta em Mossoró. O primeiro era um órgão mimeografado da Biblioteca e do Museu Municipal, ambos criados em 1948, com o fim de publicar títulos sobre os diversos aspectos da sociedade mossoroense. Até o número 9 de 28 de fevereiro de 1949 tinham sido publicadas 182 páginas com uma tiragem de 100 exemplares distribuída aos estudiosos do país e a entidades culturais. O segundo, criado logo após o Boletim Bibliográfico, tinha como objetivo reunir e publicar obras sobre os mais variados temas do município mossoroense e da região adjacente a Mossoró. O MOSSOROENSE, Mossoró, 31 mar.1949.

sentido a um dado recorte feito nesta empiria desordenada.”¹³ Para Michel de Certeau o espaço é um lugar praticado,¹⁴ se contrapondo à perspectiva engessada que o destina como um lugar de trama dos eventos históricos, como um cenário, um pano de fundo, um palco que possibilita o desenrolar dos autores (sujeitos) que se inserem ao longo da cena histórica.

O lugar que queremos dar ao espaço não é o de “palco” ou “cenário” da história, mas sim o de objeto de estudo para o conhecimento historiográfico percebendo que os espaços têm o seu próprio “regime de historicidade”¹⁵. Desta maneira, expulsamos o espaço-palco para entendê-lo como uma trama; como resultado de práticas que aí são destinadas, sentidas e organizadas. Os espaços são “reticulados de práticas, são redes de ações, são constituídos ponto a ponto, como num bordado, por atividades humanas das mais variadas naturezas,”¹⁶ no nosso caso, pela escrita da história.

Desse modo, trabalhamos as construções da narrativa historiográfica cascudiana sobre a cidade. É sobre esta categoria espacial que nos detemos nessa dissertação. Sendo assim, nos inserimos no contexto de uma história cultural do urbano cujos “estudos se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade.”¹⁷ Esse enfoque da história cultural urbana nos permite estabelecer várias conexões e possibilidades na apreensão da cidade como objeto de estudo.

Estudamos a cidade como uma espacialidade construída pelos discursos que a representam criando textos e imagens para este espaço. A cidade não é constituída somente de edifícios, ruas, praças, casas e asfaltos; é também um lugar povoado de sentimentos, sensibilidades e sociabilidades.¹⁸ O meio urbano é composto de pedras e

¹³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz, **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade nacional**. Recife: Bagaço, 2008. p. 67

¹⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. p.202.

¹⁵ Uma dada maneira de se pensar e conceber a reflexão do conhecimento histórico numa determinada temporalidade. cf. HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op.cit., p.76-77.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 27, n.53; janjun. 2007, p.15.

¹⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002, p.35.

representificar a memória — ou a história — de uma cidade, a experiência do tempo é indissociável da sua representação no espaço.²⁷

Nesse trabalho vemos como a empiria da cidade é desmontada para ser construída como um texto, como uma narrativa. Ao invés de mergulhar nas camadas de cimento e tijolos da arquitetura material das cidades, escavamos a partir da arqueologia dos textos as possibilidades da escrita sobre a urbe através dos discursos sobre este espaço, buscando a espacialidade e a espacialização na dimensão da linguagem, ou seja, de como a historiografia é um discurso partícipe da construção de imagens e enunciados sobre o espaço²⁸, isto é, sobre a cidade.

Assim, nos utilizamos da escrita da história como meio pelo qual analisamos como a cidade de Mossoró foi construída discursivamente a partir das narrativas do intelectual Luís da Câmara Cascudo que através de suas subjetividades e significações molda e constrói uma realidade sobre o passado da cidade.

Tomamos como sugestões teóricas para a abordagem dos textos cascudianos, especialmente o seu significado para o entendimento da historiografia como representação, o trabalho do historiador francês François Hartog²⁹. Lançamos mão do tratamento dispensado por Hartog para estabelecer uma aproximação que vise fixar nos procedimentos de organização as operações que constroem as narrativas e o texto³⁰. O método proposto por esse historiador nos é útil para perceber a linguagem como instrumento através do qual se faz ver o passado pelas representações inscritas nos textos, no qual institui uma dada leitura do passado pela escrita da história.

Ao pensarmos na escrita da história cascudiana nos apropriamos também da proposta teórica anunciada por Michel de Certeau. Para este, o relato historiográfico se constitui como uma operação que consiste em tentar de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (social), procedimentos de análise e a construção de um texto.³¹

A análise de Certeau sobre o relato historiográfico é importante para pensarmos a narrativa como produto de um lugar social ocupado pelo historiador. Para ele toda

²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. p.13.

²⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade nacional**. p.111.

²⁹ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

³⁰ *Ibid.*, p.341.

³¹ CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.66.

Nossa preocupação com a dimensão do poder não esteve associada ao estudo do que estava oculto no discurso, mas sim do que estava na sua exterioridade, isto é, como a narrativa cascudiana cria uma dada leitura do passado de Mossoró. O poder se manifesta na própria invenção da história cascudiana que organiza e seleciona determinados acontecimentos e sujeitos históricos produzindo efeitos de realidade, no qual faz ver uma história dos antepassados aproximando-os com os munícipes do presente.

Assim, partimos da ideia de que a história de Mossoró foi organizada, inventada, construída para se instituir identidades para a cidade servindo para diversos fins, sobretudo, os de natureza política.

Para analisarmos como Cascudo construiu a história de Mossoró utilizamos uma multiplicidade de fontes que vão desde os livros escritos por ele sobre os mais variados acontecimentos da história da cidade: a escravidão, a invasão holandesa, a toponímia, a visita de Koster, dentre outros, e de outros espaços, como o sertão, o Rio Grande do Norte e o Brasil.

Além das obras, tomaremos como fonte também os jornais: *A Escola*, *O Mossoroense*, *A República*, entre outros, e algumas revistas que publicaram artigos de Cascudo ou que trouxeram alguns aspectos relacionados à sua vida intelectual e sua aproximação com a cidade de Mossoró.

Por fim, lançamos mão de uma coletânea de cartas de Cascudo endereçadas a Vingt-un Rosado no período de 1937 a 1967. Esta coletânea foi organizada por Raimundo Soares de Brito, intelectual mossoroense, e publicadas pela Coleção Mossoroense nos anos oitenta com o seguinte título: *Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura*. Estas cartas registram as trocas de informações entre Luís da Câmara Cascudo e Vingt-un Rosado, bem como suas orientações e os seus direcionamentos no campo da produção literária, da memorialística e da história aos escritos de Vingt-un.

Gostaríamos de ressaltar que não tomamos a documentação como uma matéria inerte que tenta reconstruir o passado ou como fonte de prova, mas sim como material de labuta, como monumentos pelos quais desconstruímos suas enunciações a partir da *análise do discurso*. Nossas fontes foram tomadas como discursos que instituíram uma

de poder ao delimitar e instituir realidades para a história de Mossoró. Cf. FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

dada realidade, mas também procuramos localizá-las no tempo, mostrando as condições históricas em que foram produzidas.

Sendo assim, organizamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, analisamos os investimentos que a prefeitura de Mossoró no início dos anos quarenta, sob a administração de Dix-sept Rosado, realizou para a construção do que seria a cultura da cidade. A partir dos anos quarenta, a utilização do conceito de cultura se tornou um elemento chave na administração pública de Mossoró. Uma cultura que seria veiculada e que estaria vinculada à criação de uma biblioteca, um museu, uma universidade, à realização de várias palestras sobre as temáticas da cidade, e à escrita da história de Mossoró. O movimento que se ocupou de construir esta cultura para a cidade foi intitulado de *Batalha da Cultura*. Este movimento contou não só com os esforços da prefeitura da cidade, mas também dos intelectuais de Mossoró e de outros municípios do Rio Grande do Norte. Um destes intelectuais que contribuiu para a Batalha da Cultura foi Luís da Câmara Cascudo que participou principalmente na construção da escrita da história de Mossoró. Neste capítulo, analisamos, ainda, as motivações que o levaram a escrevê-la, bem como a aproximação de Luís da Câmara Cascudo com a temática dos espaços, mesmo que ele não tenha refletido teoricamente sobre os espaços. Todavia, seus estudos e suas narrativas sobre a questão da identidade nacional e regional, e a formação territorial da cidade, o faz abordar ao longo de sua produção intelectual o próprio espaço. É do lugar de historiador dos espaços que Luís da Câmara Cascudo é convidado pelo poder público para escrever sobre a história do Rio Grande do Norte, de Natal e de Mossoró.

No segundo capítulo, abordamos as condições históricas de possibilidade que fizeram emergir Luís da Câmara Cascudo como historiador de Mossoró. Que relações de poder permitiram a construção deste lugar para o referido intelectual. Em grande medida, a função de historiador de Mossoró atribuída a Cascudo esteve atrelada aos livros que ele escreveu sobre a cidade. Nesse sentido, analisamos os três livros de sua autoria: *Notas e documentos para a História de Mossoró* (1955), *Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província* (1967) e *Mossoró, região e cidade* (1980).

Deixamos para analisar o primeiro livro, em específico, no último capítulo devido à profundidade e a riqueza que ele reserva para a construção da identidade histórica de Mossoró. Através do segundo livro, analisamos a biografia que Luís da Câmara Cascudo escreveu, sob encomenda de Vingt-un Rosado, sobre Jerônimo

Ribeiro Rosado³⁶, em 1967, considerado, por ele, um dos “plantadores da cidade”. Desta forma, a análise desta biografia é central para se entender como as imagens da cidade vão sendo construídas a partir da vida de Jerônimo Rosado, tendo em vista que o objetivo dessa biografia é vincular a vida do biografado a própria história de Mossoró. Com o terceiro livro, analisamos como a autoria e escrita cascudiana vão ser utilizados por Vingt-un Rosado³⁷ para a instituição de outra imagem para Mossoró: a cidade-região. Construída a partir dos investimentos políticos, econômicos e culturais do poder público mossoroense que através da elaboração discursiva da *região Oeste*, lança Mossoró como um espaço que ultrapassa os limites urbanos para se redimensionar como região. Localizamos historicamente o livro *Mossoró, região e cidade* (1980) para apontá-lo como parte integrante da produção discursiva em torno da região Oeste que tem como centro Mossoró. Sendo assim, indicamos como os textos cascudianos, reunidos por Vingt-un Rosado, fizeram parte da estratégia discursiva da instituição identitária da “região Oeste”, redimensionando a cidade de Mossoró em outro plano de espacialidade.

No terceiro e último capítulo, mostramos como a cidade de Mossoró foi construída por Cascudo a partir do livro *Notas e documentos para a História de Mossoró* (1955). Discutimos as condições de sua emergência, analisando o jogo de interesses que possibilitaram a sua produção. Tomando como ponto de partida a estrutura do livro de 1955 evidenciamos como certos acontecimentos históricos foram construídos e selecionados para a tessitura da história de Mossoró e como determinados sujeitos históricos foram postos como fundadores da cidade. Mostramos também como Cascudo institui identidades para a cidade, a partir do estudo da origem toponímica do termo *Mossoró* até a narração dos eventos históricos, como, por exemplo, a abolição, ao qual deu maior ênfase e dedicou um maior volume de páginas, e como os referenciais criados pela sua escrita da história serviram à construção de outras identidades para a cidade.

³⁶ Jerônimo Ribeiro Rosado é o nome completo do patriarca da família Rosado.

³⁷ Este livro é uma coletânea de crônicas escritas por Cascudo no jornal *A República* e no *Boletim Bibliográfico* durante os anos de 1921 a 1960 organizadas por Vingt-un Rosado em 1980. Neste livro Vingt-un reuniu os artigos cascudianos que versavam sobre os aspectos da história de Mossoró e das cidades adjacentes, consideradas como parte integrante da “região Oeste”.

CAPÍTULO 1

A Cultura como batalha

Na década de noventa e no começo dos anos dois mil, alguns estudos dissertaram sobre a temática da cultura e do poder na cidade de Mossoró a partir dos

anos quarenta. Citamos três em específico, justamente por serem trabalhos de referência sobre a temática, *Mitologias do “País de Mossoró”* (1997), do historiador Francisco Fagundes Paiva Neto, *Memória e imaginário político na (re) invenção do lugar: os Rosados e o país de Mossoró* (2000), do geógrafo José Lacerda Alves Felipe e *A abertura pós-Estado novo e a estratégia de poder do Rio Grande do Norte: O caso da família Rosado em Mossoró - 1945-1964* (2001) do historiador Lemuel Rodrigues da Silva. Estes trabalhos têm como objetivo comum analisar as estratégias que legitimaram a dominação política dos Rosados a partir dos anos quarenta em Mossoró. Mais especificamente, os autores supracitados entendem que uma dessas estratégias foi a promoção de uma dada leitura de “cultura de Mossoró” através da história e da memória. Para os autores, a emergência de um projeto cultural, nos anos quarenta e cinquenta, atende aos interesses da família Rosado que constroem versões da história e da memória da cidade para se legitimarem no poder político. Vejamos:

Os Rosados se apropriam dessa memória da cidade; reforçam os heróis e os mitos; criam outros e, através dos cultos, rituais e datas comemorativas, colocam-se nessa história e denominam suas ações de tarefas sagradas. A política é o caminho para a realização dos sonhos dos antepassados. Apropriando-se politicamente do discurso dos heróis, renovam a tradição, a linguagem do sagrado a ideia de que todos estão em conformidade para elegê-los os guardiões da cidade que permanece nesse imaginário como uma fortaleza inviolável a expulsar as ameaças que vêm do seu exterior.³⁸

Para os autores uma história e uma memória que estariam a serviço dessa organização familiar, passando a se confundir com mitos “que se tornaram substratos para construções de monumentos e batismos de ruas, avenidas, povoados, auditórios”³⁹ ganhando na cidade “outras formas de linguagem: a dos monumentos e a das festas cívicas, projeções imagéticas e ritualísticas de uma determinada maneira de concepção da história\memória.”⁴⁰ A orientação que dão a organização urbanística e a política cultural que imprimem na cidade, sobretudo, às instituições culturais, instituída pelos Rosados a partir da década de quarenta, são consideradas, pelos referidos autores, como uma estratégia utilizada para confundir a história da família com a própria história da cidade, se apropriando dos fatos e dos personagens históricos de Mossoró, “criando,

³⁸ FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”*. João Pessoa, PB: Grafset, 2001. p.16.

³⁹ PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *Mitologias do “País de Mossoró”*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, p.150.

⁴⁰Ibid, p.72.

assim, uma relação entre o passado e o presente onde todos passam a associar os feitos históricos da cidade aos membros da família”.⁴¹

Os trabalhos citados foram importantes no sentido de problematizar historicamente as estratégias de permanência do grupo familiar dos Rosados no cenário do poder da cidade. Desde 1948 até os dias atuais a família tem se perdurado na administração da prefeitura e, em alguns momentos, teve como projeção política o cenário estadual com a presença de Dix-sept Rosado no governo do Estado nos anos cinquenta. Em 2011, mais uma vez, um representante da família, Rosalba Ciarlini, está na gestão do poder político estadual.⁴²

Assim, a partir dos anos quarenta os Rosados estão no cenário político da cidade⁴³ e também, em alguns momentos, do Estado. A preocupação em evidenciar e entender as estratégias de permanência da família Rosado na administração da cidade foi o objetivo que Francisco Fagundes de Paiva Neto, José Lacerda Alves Felipe e Lemuel Rodrigues da Silva, seguiram no sentido de contribuir academicamente com uma abordagem crítica acerca da organização política predominante em Mossoró. Daí a importância desses trabalhos feitos na década de noventa e no começo dos anos dois mil.

Diante disso, o que haveria de novo, que justificasse um trabalho sobre a relação entre cultura e política em Mossoró? Há outra possibilidade para se pensar a relação entre cultura e poder na cidade nesta temporalidade? Os Rosados serão novamente trazidos para o cenário principal dessa história?

Adiantando nossa análise, gostaríamos de enunciar que não dá para se fazer uma história da política cultural em Mossoró, no recorte temporal referido, sem trazer os Rosados para a cena. Historicizar a temática sem elucidar o papel da família Rosado, seria correr um risco semelhante, guardada as devidas proporções, de um historiador ou outro estudioso que analisasse a política cultural do Brasil dos anos trinta e quarenta e não mencionasse Vargas. Entretanto, evidenciamos que faremos um percurso diferente dos trabalhos citados anteriormente. Na medida do possível lançamos mão de suas considerações, mas também avançamos em outros pontos que não foram elucidados em trabalhos anteriores. Isto é, não analisamos a política cultural de Mossoró, a partir dos

⁴¹ SILVA, Lemuel Rodrigues. **Os Rosados encenam:** estratégias e instrumentos da consolidação do mando. Mossoró: Queima Bucha, 2004. P.122

⁴² A ex-senadora Rosalba Ciarlini se elegeu a governadora do Estado para a gestão de 2011 a 2015. Rosalba Ciarlini é casada com um dos membros da família Rosado, Carlos Augusto Rosado.

⁴³ Atualmente a cidade tem como prefeita uma representante da família Rosado: Maria de Fátima Rosado Nogueira.

anos quarenta, através dos conceitos de ideologia e dominação, tão caro aos estudos supracitados. Se lançássemos mão desses conceitos, tal como os trabalhos anteriores fizeram, estaríamos partindo do pressuposto que haveria uma “verdade” para a história de Mossoró e que a ideologia mascararia a verdadeira história da cidade. Nosso objetivo é entender como se produziu uma verdade sobre Mossoró e não como se mascarou uma verdade para a cidade, como se produziu uma dominação e não como se escondeu uma dominação. Assim, pensamos a temática através das relações de saber e poder que possibilitaram a própria emergência da política cultural, percebendo os interesses na produção de identidades para o espaço mossoroense, sem, no entanto, analisar a partir do dispositivo da ideologia. Obviamente, consideramos que a cultura foi importante para a legitimação do poder, mas também teve uma significativa contribuição para construção da identidade do espaço mossoroense.

Outra perspectiva que os trabalhos anteriores não abraçaram foi a da participação de Cascudo nesse momento histórico. Isso não quer dizer que não houve nenhum livro que tratasse da temática. Em 1986, a Coleção Mossoroense publicou o livro de Raimundo Soares de Brito intitulado *Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura*, que versou sobre a participação cascudiana na Batalha da Cultura. Entretanto, o objetivo do nosso trabalho é diferente da perspectiva de Soares de Brito.⁴⁴ Enquanto este urde uma narrativa no sentido de incluir Cascudo na Batalha da Cultura, o nosso problematiza a participação cascudiana no referido movimento. Esta é a nossa principal contribuição para o estudo da política cultural mossoroense dos anos quarenta em diante. Desta maneira, analisaremos, nesse capítulo, como Luís da Câmara Cascudo participou e contribuiu para o projeto político e cultural elaborado pelos Rosados para Mossoró. De que forma, esse intelectual foi importante para a realização dos objetivos e dos interesses que estavam no cerne dessa proposta cultural.

1.1 Mossoró e a “Batalha da cultura”

Em março de 1948, a cidade de Mossoró tinha acabado de eleger como prefeito Dix-sept Rosado, empresário do ramo de exploração e exportação de gesso e ligado partidariamente a UDN, que teve como oposição o pessedista Sebastião Fernandes Gurgel Filho, também empresário vinculado ao setor bancário.⁴⁵ As disputas políticas

⁴⁴ Deteremos nesse aspecto nas próximas páginas desse capítulo, mais especificamente, no sub-tópico “O seu incentivador e colaborador maior: Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura.”

em Mossoró estavam ligadas as dissensões políticas no cenário estadual no final da década de quarenta.

Com o retorno da existência de partidos políticos em 1946, através do Decreto de lei 7.586, as principais forças partidárias do Rio Grande do Norte se localizaram, principalmente, em torno de três partidos principais: o Partido Social Democrático, (PSD), liderado por George Avelino, a União Democrática Nacional (UDN) tendo a frente José Augusto Bezerra de Medeiros, Dinarte Mariz e Juvenal Lamartine e o Partido Social Progressista (PSP) chefiado por Café Filho. Nesse período, as organizações partidárias se agruparam em alianças e coligações, prática permitida pela legislação, como, por exemplo, nas campanhas para o governo do Estado do Rio Grande do Norte em 1947 e nas disputas pelas prefeituras municipais em 1948. Nesse momento, a UDN e o PSP se uniram formando o bloco dos *Coligados* para fazer frente ao PSD nas campanhas para o governo estadual e municipal.

Para concorrer ao cargo de governador do Estado nas eleições de 1947, o PSD lançou a candidatura de José Augusto Varela, enquanto os Coligados apresentaram como candidato o desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque. Tendo a maioria dos votos, o pessedista José Augusto Varela saiu vitorioso do pleito, mas sua posse foi contestada e, por conseguinte, anulada devido à ação judicial movida pelos Coligados que alegaram fraude na contagem dos votos. O Tribunal Regional Eleitoral deu ganho de causa para a ação judicial dos Coligados entendendo que houve fraude e coação em algumas zonas eleitorais⁴⁶ e com a anulação dessas votações, a candidatura da coligação UDN/PSP, foi proclamada vitoriosa. Contestando a decisão do TRE, o PSD buscou na instância máxima da justiça eleitoral a anulação da vitória política dos Coligados, fazendo valer, desse modo, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral e, conseqüentemente, a consagração do pessedista, José Augusto Varela, para o cargo de governador do Estado em 1947.⁴⁷

Essas disputas políticas entre o PSD e os Coligados no cenário do governo estadual em 1947, refletiram-se nos embates pelo poder nas prefeituras do Estado nas eleições de 1948. Em Mossoró, essas disputas acompanharam o ritmo do processo político estadual, obedecendo, dessa maneira, a mesma distribuição partidária, de um lado o PSD e de outro os Coligados da UDN/PSP.

⁴⁵SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Os Rosados encenam:** estratégias e instrumentos da consolidação do mando. p.101-102.

⁴⁶ **A ORDEM**, Natal, 12 fev.1947.

⁴⁷ *Ibid.*, 19 jul.1947.

rendendo-lhe o apoio das camadas populares, como registra o jornal *O Mossoroense* do dia 21 de fevereiro de 1948:

Dix-sept Rosado e Jorge Pinto (candidato a vice-prefeito) parecem, realmente, reunir, em seu derredor a maior parcela de simpatias populares. O candidato pessedista, ainda que um rapaz de bons predicados é sempre uma dúvida como administrador e não é suficientemente conhecido pela maioria dos seus eleitores, na sua grande massa do partido situacionista.

Intencionalmente o jornal *O Mossoroense* constrói uma dada leitura da campanha de Dix-sept apresentando-lhe como um candidato de simpatias populares, enquanto Sebastião Gurgel Filho é descrito na figura oposta, de desconhecido, pondo em dúvida a própria habilidade para a administração, caso, fosse eleito prefeito de Mossoró em 1948.⁵⁴

O cenário favorável aos Coligados permitiu que os partidários do PSD retomassem a estratégia de campanha buscando o que chamavam de “pacificação da política local”, tendendo para uma união das duas principais agremiações políticas do Estado.

Sabendo do prestígio e da força política dos Coligados em Mossoró e da não existência de um nome forte para concorrer com a oposição coligada, o PSD envia uma proposta partidária que pudesse “resolver” os impasses políticos entre ambos, ao mesmo tempo em que possibilitasse uma aliança que minasse a oposição, e, por conseguinte, garantisse o PSD na administração pública municipal.

Nesse sentido, o partido pessedista enviou em janeiro de 1948 uma proposta aos Coligados para um possível acordo político no âmbito municipal. A cúpula da UDN/PSP local aceitou avaliar a proposta do PSD e no dia 30 de janeiro de 1948, houve uma reunião entre esses grupos para que o projeto de composição política fosse apresentado.⁵⁵ A proposta pessedista seria: que o prefeito sairia de uma lista tríplice que o PSD, enviaria a coligação, no caso: Sebastião Gurgel Filho, Olavo Maia e Francisco Mota; o vice-prefeito seria dos Coligados (UDN-PSP), também em lista de três nomes a

⁵⁴ Nesse momento político, o jornal *O Mossoroense* tinha uma maior aproximação com os Coligados, apresentando Dix-sept Rosado como o candidato mais preparado e mais aceito pelas camadas populares que o pessedista Sebastião Gurgel Filho. Dessa forma, a figura de Dix-sept contava com a maior parte do eleitorado como, por exemplo, do jornal *O Mossoroense* e dos grupos sociais menos abastados, ao passo que Sebastião Gurgel Filho não reuniria as mesmas forças e a mesma confiança que o candidato coligado.

⁵⁵ O MOSSOROENSE, Mossoró, 31 jan.1948.

ser organizada; número igual de vereadores, reservando-se, porém, ao PSD o direito de opinar sobre um dos candidatos udenistas.⁵⁶

Diante da proposta pessedista, os Coligados apresentaram uma contraproposta dividida em quatro partes: I- “Considerações gerais” em que os dois partidos oposicionistas (UDN e PSP) davam as razões porque não poderiam ser, em princípio, contra a pacificação da “família política mossoroense”, mas entendiam que qualquer acordo devesse, em homenagem ao povo e a massa do eleitorado, ser justificado as suas razões morais-administrativas. II- “Exigências de ordem moral”, tais como: a renovação dos atos que, por meras injunções partidárias, removeram ou demitiram elementos filiados às oposições, severa moralidade administrativa, manifestada, principalmente, por honesta aplicação dos direitos públicos; III- “Reivindicações de caráter administrativo”, como, por exemplo, ser empregado o máximo de esforços no sentido de ser resolvido, no menor espaço de tempo possível, o problema do abastecimento d’água e saneamento de Mossoró, tomando para isso várias medidas, como: enquanto não há imediatamente a solução do problema d’água, “se exige que se forneça imediatamente e por meio de poços tubulares, água as populações pobres da cidade, colocando chafarizes públicos nos diversos bairros, de preferência em Baixinha, Bom Jardim, São Manoel, Doze Anos e Alto Conceição”; a elaboração de um plano de urbanização da cidade, o combate a mortalidade infantil e a instalação de uma biblioteca pública municipal; a solução do problema de luz e energia elétrica e o reparo em todas as estradas do município e sua conservação permanente; IV- “No setor político” a contraproposta se deu da seguinte maneira: o prefeito seria um Coligado, dado a condição de serem majoritários os oposicionistas, ficando o PSD com o vice-prefeito e a metade da Câmara ou Lauro Monte seria o prefeito (único nome não coligado que os oposicionistas apoiariam sem restrições), reservando-se os coligados a vice-prefeitura e a maioria na Câmara.⁵⁷

As duas propostas geraram um impasse, pois não atendiam aos objetivos políticos do PSD e dos Coligados. Dessa maneira, a delegação pessedista, representada por Mota Neto e Cosme Lemos, negou-se a dar, por escrito, a garantia exigida pela Coligação em relação “à exigência de ordem moral”, ponto II da contraproposta, aceitando parcialmente os demais itens, com exceção da maioria da Câmara e o vice-prefeito, serem escolhidos pelos Coligados, sem a audiência do PSD.⁵⁸

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ O MOSSOROENSE, Mossoró, 7 fev.1948.

⁵⁸ Ibid.

O impasse entre as propostas apresentadas pelos grupos políticos teve como desdobramento o fim das negociações no início de fevereiro de 1948, sendo lançadas oficialmente, no mesmo mês, as chapas partidárias para concorrer à prefeitura de Mossoró em 1948. Como já mencionamos, Dix-sept Rosado foi o candidato dos Coligados para prefeito, tendo como vice, Jorge de Albuquerque Pinto, enquanto Sebastião Gurgel Filho representou a candidatura pelos pessedistas apresentando como vice, Antônio Mota.

Obtendo uma diferença de 1.435 votos em relação ao adversário⁵⁹, o candidato eleito, Dix-sept Rosado, tinha como base eleitoral o voto das camadas populares premidas pelo discurso de defesa das classes trabalhadoras, como assinalamos anteriormente. Além disso, o sucesso dos Coligados nas eleições de 1948 se deu, em grande medida, pela construção de um projeto de governo mais amplo do que o PSD tinha sugerido para a administração do município de Mossoró. Vale ressaltar que, diferentemente, do partido pessedista, a Coligação tinha uma proposta de governo que extrapolou os limites da pacificação política. Os Coligados defenderam um projeto que atendesse as necessidades da cidade como: urbanização, saneamento, a questão d'água, combate a mortalidade infantil, a criação de uma biblioteca, ao passo que, o PSD canalizou seus objetivos políticos para os acordos de composição partidária. Não havia uma proposta consolidada e concorrente daquela apresentada pelo plano de governo de Dix-sept Rosado em 1948.

⁵⁹ Dix-Sept Rosado obteve 4.427 votos contra 2992 de Sebastião Fernandes Gurgel Filho. (Ibid., 30 mar. 1948).



Imagem 2- Comício de Dix-sept Rosado em 1948- Foto do Museu municipal de Mossoró

Seu projeto político enfatizava não só a defesa dos trabalhadores, mas também a luta pelo progresso, pelas transformações urbanas tão necessárias para a cidade de Mossoró, como: a urbanização e o saneamento, o abastecimento d'água e o desenvolvimento cultural.

Em um ano de administração na prefeitura de Mossoró, Dix-sept empreende várias obras na cidade, como: a instalação de meios-fios, calçamentos, jardins, construções, reformas, alinhamentos, fornecimento de energia e luz elétrica, com o discurso de promover a higienização e embelezamento do município.⁶⁰ Entretanto, é importante assinalar que o empreendimento da urbanização em Mossoró nos anos quarenta não foi iniciado no governo de Dix-sept Rosado.

De 1937 a 1945, o prefeito Luís Ferreira da Mota, “o padre Mota”, já tinha realizado um projeto urbanístico no sentido de embelezamento da cidade, priorizando o calçamento das avenidas e das principais ruas da cidade, a construção da ponte sobre o rio Apodi-Mossoró e arborização. As praças e jardins existentes foram recuperadas e outras construídas.⁶¹

⁶⁰ O MOSSOROENSE. Mossoró, 03 jul. 1949.

⁶¹ FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re) invenção do lugar:** os Rosados e o “país de Mossoró”.p.79.



Imagem- 3- Ponte Jerônimo Rosado- foto Manuelito, 1944-Acervo do Museu Municipal de Mossoró

Desta maneira, a urbanização na administração de Dix-sept foi, em grande medida, uma continuação da política urbana do prefeito Mota. Sem dúvida, a urbanização teve um papel importante na gestão de Dix-sept na prefeitura. Contudo, outros empreendimentos foram considerados mais centrais na sua administração, como: a água e a cultura.⁶²

Historicamente a falta d'água se constituía como um dos problemas mais graves da cidade de Mossoró e nos anos quarenta e cinquenta essa situação se tornou mais latente, devido ao crescimento urbano e a necessidade de levar água as camadas populares do município. Os poucos reservatórios de água por causa das estiagens, a insuficiente ou inexistência de poços tubulares para levar água para a população pobre da cidade, a falta de tecnologia para captar água do subsolo se configuravam como desafios que a prefeitura de Mossoró, nesse momento, tenderia a resolver. Não é a toa que esse problema da água, tão visível para os mossoroenses da década de quarenta e cinquenta, fosse utilizado por Dix-sept como mecanismo de produção de enunciados para cooptar o apoio e a mobilização da sociedade.

⁶² A questão da falta da água e o desenvolvimento da cultura tiveram uma maior centralidade e visibilidade durante a gestão de Dix-sept na prefeitura de Mossoró. Por isso que nos detemos nessas duas temáticas.

Boa parte daquilo que Dix-sept enunciava acerca de suas ações públicas para Mossoró foi colocado pelo seu discurso sob o signo da cooperação e do voluntarismo dos cidadãos mossoroenses. Seu discurso objetivou incentivar a “todos” para ação conjunta “a favor de Mossoró”. É, nesse momento histórico, que o termo “batalha” vai servir para intitular o engajamento dos políticos, das instituições e dos demais setores da sociedade, na mobilização de esforços para solucionar os problemas da cidade. Por exemplo, a busca pela resolução da falta d’água em Mossoró no final da década de quarenta e começo dos anos cinquenta, foi intitulada de *Batalha da água*.

A utilização do termo “batalha”, nesse período, esteve ligada ao imaginário do mundo pós-segunda guerra mundial. A guerra ainda estava nas cabeças. No entanto, o sentido que a palavra “batalha” ganha nesse contexto não está se referindo a luta contra alguém ou algo, está designando o esforço e o empenho do governo local e da sociedade na tentativa de congregar forças municipais e estaduais a fim de pressionar os órgãos federais para solucionarem a falta de água em Mossoró. Vale registrar que a *Batalha da água* não contou somente com a mobilização da sociedade mossoroense.

A imprensa de Natal também se dispôs a fortalecer as fileiras do movimento ao publicar os artigos de intelectuais que versassem sobre a problemática em Mossoró, como, por exemplo, o *Diário de Natal* que publicou, em 1949, o artigo de Américo de Oliveira Costa intitulado de “A Grande Batalha de Mossoró”, no qual convoca o restante do Estado a ser solícito com a causa mossoroense:

Repetimos o que já temos acentuado em sueltos anteriores todos os norte-rio-grandenses, especialmente quantos detêm uma parcela de responsabilidade no poder, devem ajudar os mossoroenses na conquista desse melhoramento, que é qualquer coisa como redenção de um poderoso núcleo de população estadual.⁶³

Além da imprensa mossoroense e natalense, a *Batalha da água* extrapolou, inclusive, as divisões partidárias agrupando setores da oposição que se uniram também a questão da água.⁶⁴ Em grande medida, mesmo contando com o benemérito da imprensa local e estadual, dos políticos oposicionistas e da sociedade mossoroense, Dix-sept Rosado se utilizou dos “esforços de todos” para construir o seu próprio lugar de

⁶³ O MOSSOROENSE, Mossoró, 31 mar.1949.

⁶⁴ Os representantes norte-rio-grandenses no Parlamento Nacional que aderiram ao movimento em favor da solução da água foram: Mota Neto, Georgino Avelino, Ferreira de Souza, José Augusto, Café Filho, Aluízio Alves, dentre outros. O MOSSOROENSE, Mossoró, 31 de mar. 1949.

agenciador da *Batalha da água*. Ele se constrói colocando-se na posição de frente da “batalha”, pedindo o apoio e a colaboração dos diversos setores da sociedade, no sentido de “chamar a atenção” do poder federal para a questão da falta d’água na cidade.

Em 1949, veio do governo federal os primeiros sinais para solucionar o problema d’água em Mossoró. Através do Plano Salte, política econômica do presidente Eurico Gaspar Dutra, houve a promessa de disponibilidade de recursos financeiros da União para que o problema da água na cidade fosse, de fato, resolvido, como estampou no seu frontispício o jornal *O Mossoroense* do dia 3 de julho de 1949: “Mossoró venceu a Batalha da água”. Não só Mossoró, mas a projeção e a imagem de Dix-sept saem vitoriosos nessa “batalha”. No entanto, havia, paralelamente, outra “batalha” a ser “travada” na administração de Dix-sept Rosado na cidade: a *Batalha da Cultura*.

A questão do abastecimento d’água e a busca pelo desenvolvimento cultural do município são consideradas os principais empreendimentos da gestão de Dix-sept na prefeitura, por isso que são nomeados de “batalhas”. Ao serem chamadas de “batalhas da”, a água e a cultura se transformaram em sujeitos e personagens das suas próprias lutas, mas também se tornaram no final dos anos quarenta e início da década de cinquenta, os motivos centrais pelos quais se “batalha” a favor de Mossoró, legitimando o próprio poder de Dix-sept Rosado na prefeitura da cidade.

Diferente da *Batalha da água*, a *Batalha da Cultura* teve maior participação dos intelectuais do Estado e da cidade, engajados mais por iniciativa própria do que do poder público. Para organizá-la e liderá-la, Dix-sept Rosado, convoca seu irmão, Vingt-un Rosado.

Aluno de pré-engenharia do Ginásio Osvaldo Cruz, em Recife, nos anos de 1937 a 1938, e formado, posteriormente, em agronomia pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (atual Universidade Federal de Lavras), Minas Gerais, em 1944, Vingt-un Rosado representaria, para o prefeito Dix-sept Rosado, o intelectual que reuniria as condições necessárias para a liderança da Batalha da Cultura.

É, de certo modo, estratégico a formação de Vingt-un em agronomia para a família Rosado que passava a contar com um especialista na resolução dos problemas que seriam característicos da região semi-árida onde se localizava a cidade de Mossoró. Desta maneira, sua ida a escola agrícola de Lavras demonstra a estratégia da própria família Rosado de reunir em torno de Vingt-un, conhecimentos técnicos, sendo ele mesmo um perito, justamente para encontrar cientificamente soluções para os problemas do espaço mossoroense. É por isso que a família Rosado investe

financeiramente para que Vingt-un ao invés de se formar nas letras tenha uma formação especializada e comprometida com o desenvolvimento técnico e científico, exatamente para atender e solucionar as demandas da região semi-árida, contribuindo, dessa forma, para a modernização das práticas agrícolas e pecuarista no espaço mossoroense. Dix-sept teria em Vingt-un a confiança para por em prática a proposta de reunir vários conhecimentos acerca desta especialidade, além de possibilitar um projeto de desenvolvimento cultural para a cidade, tendo em vista que, segundo o próprio Vingt-un, o seu irmão prefeito não era um homem culto, mas “dono de uma bela inteligência e de uma marcante sensibilidade para todos os problemas” e tinha iniciado “o maior programa cultural de uma administração municipal em Mossoró” que teria em seu irmão intelectual o posto de organizador da Batalha da Cultura.⁶⁵

A escolha de Vingt-un não pode ser vinculada apenas a um ato de nepotismo. Obviamente que o fato de Vingt-un ser irmão de Dix-sept contribuiu para a sua escolha como líder do movimento cultural. Sua formação intelectual também contribuiu para que o prefeito lhe entregasse às atividades destinadas a formação da identidade cultural mossoroense. Segundo seus biógrafos, Damião Sabino, Vingt-un teria duas missões na vida: lutar pela implantação do ensino superior em Mossoró, conseguindo realizá-lo em 1967 com a criação da Escola Superior de Agricultura, ESAM, hoje Universidade Federal do Semi-árido, UFERSA e desenvolver um trabalho profícuo no setor cultural.⁶⁶ A implantação de uma universidade em Mossoró e a luta pela cultura na cidade mais do que uma missão de vida, como registrou Damião Sabino, serviram para imortalizar o próprio Vingt-un, como veremos mais adiante.

Em se tratando de cultura, Vingt-un Rosado soube muito bem defini-la e a entendia a partir da perspectiva do conceito de cultura dos anglo-americanos, ou seja, aquela antropologia cultural que “interpreta a cultura sob critério amplo, abrangendo tanto os dados imateriais (letras, artes, ciências, filosofia), como os dados materiais (utensílios, aparelhos, instrumentos).”⁶⁷

⁶⁵ ROSADO, Vingt-un. **Notícia sobre a Batalha da Cultura**. Mossoró: ESAM, Universidade Federal da Paraíba, 1978. p.5. (Coleção Mossoroense, v.70).

⁶⁶ SABINO, Damião. **Vingt-un e a Cultura**. Mossoró: Coleção Vingt-un. 1990. p.13. (Coleção Mossoroense, Série C).

⁶⁷ Terceira aula do Curso de Antropologia Cultural, da Prefeitura Municipal de Mossoró, ministrada por Vingt-un Rosado em 25 de fevereiro de 1956. ROSADO, Vingt-un. A Geologia da Região de Mossoró e suas conseqüências culturais. **Boletim Bibliográfico**. Número, 95-100. 1956, p.51-56



Imagem 4- Fachada Lateral do Clube do Ipiranga, em cujo pavimento térreo foi instalada a Biblioteca municipal. Foto: Acervo fotográfico do Museu de Mossoró.

Além da ajuda de outras instituições, como o INL e a Sudene, para suprir as necessidades geradas pela criação da biblioteca pública, como a formação de um quadro para exercer tecnicamente o ofício de biblioteconomista, a prefeitura de Mossoró teve como auxílio a própria população da cidade.

Nos primeiros anos da recém-inaugurada biblioteca, muitos cidadãos mossoroenses contribuíram com a doação de livros, prática incentivada pela prefeitura que disponibilizava de pouca verba para a compra de livros.⁷⁸ Dix-sept e Vingt-un Rosado contava com o benemérito da população mossoroense, bem como a ajuda de outros órgãos do município, do Estado e da União. É por esse motivo que, assim como a questão da água, a cultura passou a ser considerada como “batalha”. Não por causa de uma luta contra outro projeto cultural concorrente. A Batalha da Cultura partiu do esforço conjunto da prefeitura de Mossoró, que liderou o movimento, e da colaboração de vários segmentos da sociedade mossoroense e de outros lugares do país, para o desenvolvimento da cultura na cidade.

Embora, fosse encabeçado pelo prefeito Dix-sept este movimento não era oficial, no sentido administrativo. Não havia um decreto oficial legitimando a “batalha”,

⁷⁸ O MOSSOROENSE, Mossoró, 25 abr.1948.

Seriam também os lugares em que a memória coletiva dos mossoroenses se expressaria em seu potencial. Daí a importância política e cultural dessas instituições para a “batalha”, pois a memória coletiva, construída e cristalizada nelas, funcionaria como instrumento e um objeto de poder.⁹¹ A preservação de uma dada memória da cidade na biblioteca e no museu serviria como elemento essencial para a construção do elo que ligaria os mossoroenses do passado com os do presente.

Assim, a Biblioteca Pública Municipal e o Museu Municipal extrapolam os limites de sua materialidade, representando lugares simbólicos ao permitirem que a memória coletiva, isto é, a identidade mossoroense, se constituísse.

A memória seria a base da produção da própria história da cidade. Seria na memória que a história de Mossoró se alimentaria, pois salvaria o passado para servir ao presente e ao futuro.⁹² Desta forma, a importância da biblioteca e do museu, como “lugares de memória”, não se restringiria somente ao presente. A posteridade partiria delas para encontrar sentido para sua existência no presente. Essas instituições, como mencionou Vingt-un, garantiriam para o futuro a preservação da cultura através da memória. Eis o objetivo da Batalha da Cultura: promover, produzir e conservar uma dada memória coletiva da cidade para a construção de uma dada identidade cultural. É, dessa forma, que a emergência da biblioteca e do museu municipal foi importante para as pretensões iniciais da política cultural mossoroense.

Seguindo o modelo do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo, a Biblioteca Pública e o Museu Municipal de Mossoró passaram a contar com o *Boletim Bibliográfico*, órgão mensal dessas instituições criado por Dix-sept no dia 30 de setembro de 1948, financiado pela prefeitura de Mossoró através da Diretoria de Divulgação, Ensino e Cultura.

A primeira edição do Boletim Bibliográfico contou com a organização e a colaboração de intelectuais ligados a Vingt-un Rosado, como: Francisco Assis Silva, José Maria Gonçalves Guerra e José Ferreira da Silva. Os objetivos do boletim era publicar e divulgar a produção intelectual que abordasse às temáticas acerca do espaço mossoroense.⁹³ No entanto, outros temas sobre outros espaços também foram

⁹¹ GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.p.469

⁹² Ibid., p. 471.

⁹³ No primeiro volume, por exemplo, foi publicada a história de uma das primeiras famílias que povoaram Mossoró, a família Cambôa. O segundo, versava sobre os dados cadastrais do município: a população, extensão do município, clima, altitude, receita, hidrografia, divisão administrativa, histórico: elevação a categoria de vila e depois de cidade. **Boletim Bibliográfico**, Mossoró, n.1. 1949. Não paginado.

“pioneira”, a Coleção Mossoroense se projetou nacionalmente através dessa iniciativa. As obras cascudianas contribuíram para que a instituição reunisse as condições necessárias para a sua projeção editorial no âmbito nacional.

Contudo, a tendência editorial que mais contribuiu para a legitimidade da Coleção Mossoroense enquanto uma instituição produtora de discursos identitários acerca do espaço mossoroense, foi a publicação de títulos sobre a história de Mossoró e da sua região. Temas como: abolição da escravatura e a resistência da cidade ao bando de Lampião em 1927 despontaram como sendo as principais histórias e imagens de Mossoró. Esses eventos serviram de alicerces para a emergência de enunciados que construíram a própria identidade histórica e cultural do município. A história serviu como espaço de inscrição e construção da própria cidade. A urbe não pode ser considerada apenas como constructo de sua materialidade é também fruto dos discursos que enunciam sobre ela e das práticas que nela se decorrem. A história se configura como a enunciação da cidade, produzindo sentido a partir do passado para os cidadãos do seu presente. A história como tema da linha editorial da Coleção Mossoroense, possibilita, ainda, a construção do “horizonte de expectativa”¹⁰⁹ em torno das futuras gerações:

São numerosos os trabalhos referentes à história de Mossoró e outras localidades da zona oeste formando um valioso acervo para leitura e consulta dos estudiosos. Os temas abordados, na sua diversificação, completam-se no objetivo comum de bem informar na transmissão às gerações vindouras da cidade... Ela (Coleção Mossoroense) cresce e se enobrece na convicção de que no futuro constituirá um inestimável subsídio na convicção para a história da província na extensão do seu significado. Cada um, em sua área, oferece a sua contribuição, numa espécie de mutirão, para a construção da história do seu município.¹¹⁰

Tudo aquilo que é produzido e publicado na Coleção Mossoroense serve, ao mesmo tempo, para a instituição da identidade do espaço mossoroense e de pecúlio documental para que novos estudos sobre a cidade possam ser possíveis no futuro. A coleção passa ser o espaço onde o futuro encontrará a memória do passado da cidade. O tempo pretérito confere sentido ao presente através da teia identitária instituída pela

¹⁰⁹ Para Reinhart Koselleck o “horizonte de expectativa” é o futuro do presente, uma categoria da história voltada para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. “Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição** à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006, p.310-311.

¹¹⁰ ROSADO, Vingt-un. **Minhas memórias da Batalha da Cultura**. Livro VII. p.119.

história produzida pelos intelectuais ligados a Coleção Mossoroense. Intelectuais estes que contribuíram não só na publicação de títulos na coleção, mas atuaram também na produção de um conhecimento oral mediante a participação em palestras e cursos.

O curso de *Antropologia cultural*, promovido pela prefeitura de Mossoró durante a administração de Vingt Rosado, nos anos cinquenta, foi um dos primeiros eventos ocorridos no sentido de promover palestras e aulas acerca de vários estudos da história, da cultura e da sociedade mossoroense. Dentre os palestrantes e cursos, podemos citar, respectivamente, *Sociologia da Abolição em Mossoró*, Luís da Câmara Cascudo; *A Geologia da Região de Mossoró e Suas Consequências Culturais*, Vingt-un Rosado; *Esboço Histórico do Futebol Mossoroense*, Manoel Leonardo Nogueira; *História da Arte Musical em Mossoró*, Dalva Estela Nogueira; *O Colégio Antônio Gomes, Centro Pioneiro da Educação Secundária de Mossoró*, João Batista Cascudo Rodrigues; *Tipos de Povoamento Rural*, Hélio Galvão. Boa parte dessas aulas foi publicada no Boletim Bibliográfico ou na série “B” da Coleção Mossoroense nos anos cinquenta. Posteriormente, na década de setenta, outros estudos e temas foram abordados em formato de palestras promovidas pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal e pela ESAM.¹¹¹ Denominada de “Noites da Cultura”, essas palestras ministradas pelos intelectuais da cidade e de outros lugares, também se configurariam como parte integrante do processo de construção identitária do espaço mossoroense.

Na realização das “Noites de Cultura”, havia, além dos cursos ministrados, a presença de shows artísticos, realização de concursos literários, acerca dos eventos da história da cidade, como por exemplo, a abolição, além da publicação das palestras e de cursos em formato de plaquetes ou de livros na Coleção Mossoroense. A ESAM teve um papel fundamental nesse momento, década de setenta, tendo em vista que, grande parte daquilo que foi publicado veio dos seus cofres. É por isso que Vingt-un considera a ESAM como parte integrante da Batalha da Cultura, pois, segundo ele, foi ela que passou a liderar o movimento a partir de 1974, sendo responsável pela publicação de várias plaquetes, patrocinando a publicação de volumes da série “A” da Coleção Mossoroense, bem como reeditando obras esgotadas, sobretudo, aquelas ligadas às temáticas da geologia, da geografia e da seca.¹¹²

Segundo um dos seus biógrafos, como adiantamos em páginas anteriores deste capítulo, a ESAM teria sido uma das missões de vida de Vingt-un Rosado. Seus

¹¹¹ Ibid. **Batalha da Cultura**: saga e catálogo. p.4-14

¹¹² ROSADO, Vingt-un. **Batalha da Cultura**: saga e catálogo. p.4-14.

descreveu Vingt-un no dia 23 de março de 1974 em discurso proferido por ocasião da transmissão do cargo de Diretor da ESAM:

Única escola de agronomia plantada no Brasil semi-árido propriamente dito, eis um lema, uma missão, uma filosofia.

A nossa vocação seria a de decifrar a caatinga, sua problemática agropecuária, dentro do xerofilismo do admirável mestre José Guimarães Duque.

Num estado franciscanamente pobre de pesquisa, teremos de dar os passos primeiros neste ano de 1974, depois de havermos um bom nível de ensino ministrado. (...) Façamos como os escoteiros, numa de suas grandes festas simbólicas, qual a do fogo de Conselho: demo-nos fraternalmente as mãos e cantemos as eternas canções da ESAM.¹¹⁵

A emergência de ESAM, em 1967, representou, para Vingt-un, o passo mais importante para a realização dos anseios da Batalha da Cultura. Exatamente porque possibilitou as condições necessárias para a construção de uma cultura letrada e científica acerca do problema com o qual o espaço mossoroense mais convivia: a questão da seca. A ESAM não só concretizou os sonhos de vida de Vingt-un, ela deu prestígio a própria família Rosado na medida em que se colocou como parte integrante da Batalha da Cultura e é por isso que Vingt-un estendeu o período da “batalha” até a data de sua criação. Além disso, Vingt-un teria na concretização do seu “sonho esaminiano” a sua imortalidade. A ESAM rendeu-lhe a materialização de um projeto de cultura e de saber voltado para a cidade e é desta maneira que esta instituição fez parte da Batalha da Cultura. Isso demonstra também a estratégia de Vingt-un de estender a “batalha” até a criação da ESAM, justamente porque o movimento cultural deu prestígio a própria família Rosado.

Desde a emergência da Biblioteca Pública e o Museu municipal, nos anos quarenta até a ESAM, em 1967, todo o esforço do projeto da Batalha da Cultura teria sido concretizado. O objetivo desta política cultural era a promoção de uma cultura letrada e científica acerca do espaço mossoroense e, por conseguinte, a construção da sua própria identidade. Nesse sentido, como parte integrante desse objetivo esteve à necessidade de se fazer a escrita da história de Mossoró, exatamente por representar também a promoção da cultura letrada, perspectiva da própria Batalha da Cultura. E para escrevê-la, o prefeito Vingt Rosado em 1953, instigado por Vingt-un, convida Luís da Câmara Cascudo para por em prática este projeto. Diante disso, uma questão se

¹¹⁵ ROSADO, Vingt-un. **Minhas memórias da Batalha da Cultura**. Livro VIII. p. 81

coloca: por que Cascudo não foi convidado para escrever sobre a cultura popular, tendo em vista que é este lugar de autoria que ele mais se ocupou na década de quarenta e cinquenta?¹¹⁶ A resposta está associada à concepção de cultura na qual a “batalha” se embasou. A cultura popular não foi o foco principal do movimento. A centralidade estava na produção da cultura letrada. É por isso que Cascudo foi convidado a escrever sobre a história da cidade e também sobre a biografia de um dos seus “plantadores”: Jerônimo Rosado. A escrita da história e a biografia são uma das expressões da cultura letrada tão características da “batalha”. Está é uma das formas de participação de Cascudo na Batalha da Cultura.

1.2 “O seu incentivador e colaborador maior”: Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da cultura

Como vimos a Batalha da Cultura em Mossoró representou um movimento cujo objetivo era a construção de uma identidade para o espaço mossoroense. Identidade esta que coloca a família Rosado e suas ações no centro da história desse espaço. Como mostramos, nas páginas passadas, vários nomes, intelectuais e representantes políticos, participaram desse movimento pela cultura em Mossoró. No entanto, não poderíamos deixar de analisar, em específico, a participação e a contribuição que Luís da Câmara Cascudo deu a chamada Batalha da cultura.

De forma mais específica e abrangente foi Raimundo Soares de Brito em seu livro *Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura*, publicado em 1986 pela Coleção Mossoroense, que pela primeira vez sistematizou a história da participação de Cascudo na Batalha da Cultura. A publicação do livro em 1986 foi uma homenagem de Soares de Brito à memória de Luís da Câmara Cascudo devido à morte do referido intelectual no dia 30 de julho de 1986. No pórtico do livro, Soares de Brito escreve assim: “Homenagem da **Batalha da Cultura** (sic), à memória de Luís da Câmara Cascudo, o seu incentivador e colaborador maior.”¹¹⁷

O livro organizado por Soares de Brito é dividido em duas partes: no primeiro momento, o autor publica os artigos que Cascudo escreveu sobre a cidade de Mossoró e na segunda parte, Soares de Brito reúne cartas de Luís da Câmara Cascudo endereçadas

¹¹⁶ Segundo Zila Mamede entre nas décadas de 1940 e de 1950 Cascudo se identifica mais com a função de folclorista. MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968**. Natal: Fundação José Augusto, 1970. v.1.

¹¹⁷ BRITO, Raimundo Soares de. **Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura**. p. 6

a Vingt-Un Rosado no período entre 1937 a 1976. Boa parte dos artigos cascudianos presentes no livro de 1986 já tinha sido publicada anteriormente no livro *Mossoró, região e cidade* (1980) organizado por Vingt-un.¹¹⁸

Em relação às cartas, Soares de Brito publica-as com o objetivo de registrar os primeiros contatos, de natureza intelectual, entre Câmara Cascudo e Vingt-un Rosado. Este último, inclusive, contribuiu com a própria organização e publicação das epístolas.¹¹⁹ Evidenciar o contato entre ambos serve para marcar o encontro entre Cascudo e a Batalha da Cultura. É como se o início da participação cascudiana no movimento cultural fosse narrada a partir da troca de cartas com Vingt-un, culminando, conseqüentemente, na presença de Cascudo no movimento da Batalha da Cultura. A estratégia de Soares de Brito é evidenciar que a “batalha” já tinha começado desde o momento em que Cascudo escreve a Vingt-un na década de trinta. Não é a toa que as cartas trazem justamente os momentos em que Cascudo aceita escrever a história de Mossoró e a biografia de Jerônimo Rosado Maia, além de sua participação no curso de Antropologia cultural. Estes temas epistolares narram a “origem” da contribuição de Luís da Câmara Cascudo na Batalha da Cultura. A partir dessas considerações, algumas questões são colocadas: De que maneira Câmara Cascudo participa do movimento cultural? Quais foram suas contribuições? Por que evidenciá-las foi importante para a intelectualidade envolvida no movimento e para a própria história da Batalha da Cultura?

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que o nosso trabalho se diferencia do que foi realizado por Raimundo Soares de Brito em 1986. Não queremos aqui construir, como fez Soares de Brito, uma identidade que teça Cascudo a Batalha da Cultura. Este objetivo não é nosso. O que queremos é o oposto, isto é, desconstruir essa estratégia identitária que, em grande medida, traça e inventaria uma ligação e aproximação de Cascudo com o movimento cultural em Mossoró. Não queremos dizer com isto que Luís da Câmara Cascudo não tenha, de fato, participado da “batalha”. Pelo contrário. Analisaremos daqui por diante as condições de possibilidade que permitiram o próprio Cascudo fazer parte da Batalha da Cultura, não para torná-lo centro desse movimento, tendo em vista que a “batalha” foi centrada, tanto pela historiografia como pela

¹¹⁸ O livro *Mossoró, região e cidade* (1980) tem uma dupla autoria: Vingt-un e Cascudo. Todavia, a autoria do livro é considerada e conferida exclusivamente a Luís da Câmara Cascudo. Sobre esse aspecto analisamos em outra parte deste capítulo, no subcapítulo, *Mossoró: a cidade como região*.

¹¹⁹ Raimundo Soares de Brito e Vingt-un Rosado em conjunto organizam as cartas que Luís da Câmara Cascudo enviou ao próprio Vingt-un entre 1937 e 1976. BRITO, Raimundo Soares de. Op.cit., p. 73

Moramos, paredes-meias, na praça Sete de Setembro, anos e anos. Diariamente juntos numa conversa sem fim. Por sua causa contagei-me mais profundamente de mossoroite aguda, começando a ver de perto e nas várias perspectivas a história de Mossoró, nobre e difícil, mas vitoriosa sempre.¹²⁹

Como descreve o próprio Cascudo foi a partir dos Rosados que ele se interessou pela história de Mossoró. Isso demonstra a aproximação direta entre a família e o referido intelectual. Vingt-un não dispunha de uma “excepcionalidade” exuberante para que Cascudo o descobrisse e o imbuísse do dever de escrever a história da cidade. A posição e o prestígio social e econômico da família de Vingt-un foram suficientes para que Luís da Câmara Cascudo notasse seu “pupilo” mossoroense. É por isso que o incentivou a escrever a história de Mossoró. Esta foi a maior contribuição que Cascudinho deu para Vingt-un: o de incentivador e orientador intelectual. Vingt-un relata que Cascudo o instigou a escrever sobre a história da cidade quando ainda tinha dezesseis anos: “Cascudo disse que Mossoró precisava ter uma história, então eu fui nessa conversa fiada escrevi e publiquei em 1940 (*Mossoró*) (...) Ele sempre me recebia muito bem, me orientava, me estimulava.”¹³⁰

Vingt-un destina a Cascudo um papel importante na sua formação intelectual. Luís da Câmara Cascudo assume, para Vingt-un, a função de mentor intelectual, de orientador e incentivador a partir da década de trinta. Esta orientação se deve tanto pela admiração que Vingt-un tinha por Cascudo, mas também pelo fato de que em Mossoró nos anos trinta não havia nenhuma instituição intelectual que abrigasse jovens com pretensões a intelectualidade. Embora, houvesse escolas, como o Educandário Diocesano e a Escola Normal, estas não dariam suporte necessário para uma formação intelectual mais sólida. Foi por isso que Vingt-un Rosado se formou academicamente fora de Mossoró e do Rio Grande do Norte, na década de trinta, em Recife, e depois, em Minas Gerais, na década de quarenta.

A ausência de um mentor a nível local, Mossoró, e de uma instituição que pudesse assistir e direcionar os estudos de Vingt-un, explica, em grande medida, o interesse do jovem mossoroense em estabelecer uma relação intelectual com Cascudo. Vingt-un constrói por ausência e por admiração o lugar de mentor para Luís da Câmara

¹²⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Duó. In: BRITO, Raimundo Soares de (Org). **Pioneiros da história da indústria e comércio do Oeste Potiguar**. Mossoró: ESAM/Fundação Guimarães Duque, 1982. p.122.

¹³⁰ FELIPE, José Lacerda A. **Vingt-Un Rosado: o intelectual e o cidadão**. Natal: Editora da UFRN, 2004 p.116 e 124

Cascudo, tornando-se seu pupilo em Mossoró. É interessante notar que essa relação de mestre e pupilo vai se desenhando na própria escrita epistolar, como, por exemplo, nos pronomes de tratamento que Cascudo e Vingt-un utilizam para se referirem um ao outro. Vejamos a epístola abaixo:

Sargento-mór (grifo nosso). Deus vos guarde.

Recebido os latinórios em duas cartas. A letra está regular. Naturalmente alguns períodos estão aguardando sua vinda para a tradução. O obséquio, entretanto, é tão grande que nem sequer lembro os hierogrifos. Receba todos os agradecimentos. Estou apressado porque aproveito a semana santa para adiantar outro livreco que tenho em mão.

Seu adm-

Capitão-Mór (grifo nosso) da Ribeira do Potengy.¹³¹

Esta carta é rica em detalhes que claramente mostram como a relação de mentor e pupilo vai sendo urdida entre Cascudo e Vingt-un. Primeiro, é preciso destacar o conteúdo dela. Esta epístola se refere a um pedido feito anteriormente por Cascudo no dia vinte e nove de março de 1938, para que Vingt-un Rosado copiasse algumas páginas dos livros: *História Naturalis Brasiliae* (1648) de Piso e Marcgrav e *Reise in Brasilien* (1817-1820) de Spix e Martius, que, segundo Cascudo, serviriam de base para seu estudo sobre os mitos “nordestinos”.¹³² Na carta do dia doze de abril, supracitada, Cascudo agradece o trabalho copista de Vingt-un, mas como mestre o orienta desde a carta de março, sobre sua escrita: “ (... letra bem clara, seu Vingt-un... bem clara)”. É por isso que na epístola de abril, Luís da Câmara Cascudo critica a letra ininteligível de Vingt-un, comparando-a a escrita hieroglífica egípcia. Não queremos dizer que a crítica que Cascudo faz a caligrafia de Vingt-un, encerre, por assim dizer, toda a sua orientação intelectual. Mostramos esse aspecto caligráfico apenas para evidenciar que, de fato, há uma aproximação considerável entre os intelectuais a ponto de ser mensurada desde aspectos menos importantes, como a questão da caligrafia vantania, até os mais

¹³¹ Respeitamos a grafia original da carta. [Cartas de Luís da Câmara Cascudo a Vingt-un Rosado. 12 de abril de 1938]. In: BRITO, Raimundo Soares de. **Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura**. p.77

¹³² [Cartas de Luís da Câmara Cascudo a Vingt-un Rosado. 20 de março de 1938]. In: BRITO, Raimundo Soares de. Op.cit., p.75.

Assim, ao analisarmos Cascudo como historiador dos espaços estamos nos valendo tanto de sua relação íntima com o próprio espaço, no caso, sua cidade, Natal, como também pelas próprias narrativas que escreveu acerca de outros espaços. Isso demonstra o quanto o espaço é uma categoria importante e constante na sua produção bibliográfica. Não só o espaço, mas o saber que o tem como objeto primeiro: a geografia.

Cascudo, ao longo de sua vida intelectual, não se deteve somente a história, a biografia e a etnografia. A geografia na escrita cascudiana também teve sua importância por se configurar como uma dada maneira de ler e ver o mundo.

Na década de quarenta e cinquenta, por exemplo, dois livros de Luís da Câmara Cascudo são publicados tendo como título a geografia, justamente para se referir e sugerir uma leitura de outros temas a partir da redistribuição no espaço, tanto do folclore como da história, respectivamente, *Geografia dos mitos brasileiros* em 1947 e *Geografia do Brasil Holandês* em 1956. A geografia foi apropriada por ele como dispositivo para ler os espaços dos mitos brasileiros como também para narrar a presença holandesa nos territórios ocupados por eles durante o período colonial. A geografia, na narrativa cascudiana, serviu como grade para se construir um conhecimento sobre um determinado aspecto da cultura brasileira (folclore) ou da sua própria história (presença holandesa). Sua escrita espacializa a história que escreve.

Além de se apropriar das lentes geográficas para compreender dadas realidades sociais, o intelectual esteve vinculado a instituições geográficas, como o Conselho Nacional de Geografia, hoje IBGE, sendo, inclusive, relator dessa instituição nos anos quarenta¹⁶², bem como assumindo interinamente a presidência do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio Grande do Norte em 1939.¹⁶³ Não nos aprofundaremos aqui no que levou Cascudo a fazer parte dessas instituições. Antes citamos sua participação nessas instituições apenas para percebermos como a geografia foi importante para a inteligência de sua obra. Isso justifica o interesse cascudiano em estudar os espaços, mais especificamente, suas histórias desde o campo a cidade como apresentamos na epígrafe acima. É o interesse demonstrado pela história dessas e outras espacialidades que nos permitiu perceber Cascudo como historiador dos espaços, mesmo que ele não o tenha elencando como problema central de sua obra.

¹⁶² A REPÚBLICA, Natal, 10 ago.1941

¹⁶³ Ibid., 08 jun. 1939

do seu biografado, quando somados pela sua narrativa, constituem uma pessoa inteira. Assim, a vida de Jerônimo é apreendida por Cascudo na sua unidade como se seu biografado fosse uma soma de particularidades que o singularizam ao mesmo tempo em que o totaliza dando-lhe uma impressão de conjunto. Posto desta maneira, quais imagens de Jerônimo Rosado foram escolhidos por Cascudo para comporem uma unidade de vida ao seu biografado?

As imagens de Jerônimo selecionadas por Luís da Câmara Cascudo estiveram em consonância com as imagens da cidade de Mossoró. A estratégia de Cascudo de tomar Jerônimo a partir de uma multiplicidade de imagens esteve necessariamente ligada a produção de uma identidade que urdisse o homem a cidade. Ao biografar Jerônimo Rosado, Cascudo queria tratar de Mossoró, exatamente para vincular a cidade à família Rosado.

O livro *Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província (1861-1930)* (1967), foi organizado obedecendo as regras do estilo romântico, no qual o biografado é escrito e descrito a partir de uma sequência linear de acontecimentos, propostos pela regularidade temporal ao mesmo tempo que sua vida é pensada de forma coerente, unívoca, construída por uma unidade discursiva que não cessa de apresentar um Jerônimo Rosado na sua integralidade conferindo-lhe uma vida uniforme, sem descompassos nem descontinuidades. Nesse sentido, Cascudo divide o livro em cinco capítulos.

No primeiro, o autor registra apenas as cenas iniciais do livro, como: o convite feito por Vingt-un para escrever sobre a biografia de seu pai, passando por uma síntese geral da vida do próprio Jerônimo Rosado, e, por fim, Cascudo aponta como o livro foi organizado e a razão da sua escrita: “Não escrevi o elogio de Jerônimo Rosado, mas expus a documentária de sua vida, modesta e benemérita. Uma ação brasileira na província.”²⁴⁹

Chamamos a atenção para o fato de Cascudo construir a biografia de Jerônimo Rosado a partir de um sentido de vida que tem como objetivo primordial a missão na província. Esta categoria espacial evidenciada por Cascudo é pensada por ele sob o signo do regionalismo em que a nação se constrói. O nacional é entendido a partir da província, daí a ação de Jerônimo Rosado de “civilizar o sertão”, como analisaremos posteriormente, se coloque como sua contribuição para civilizar a nação, pois para Cascudo o sertão, a província, é o reduto do Brasil original.

²⁴⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província**. p.12

A biografia de Jerônimo segue dois traçados principais que percorrem todo itinerário do livro: a vida simples e o benemeritismo de “Seu Rosado”. Ao invés de escrever primeiramente sobre a trajetória cronológica da vida de Jerônimo Rosado, Cascudo expõe, mais especificamente no segundo capítulo, suas virtudes, suas singularidades em meio ao universo que Jerônimo circulou e participou. Cascudo apresenta Jerônimo Rosado como uma singularidade em meio à pacata cidade de Mossoró, um contraponto a essa sociedade, uma particularidade e não uma metonímia. Vejamos:

Numa cidade de cadeiras na calçada, “rodinhas” de conversa, anedotário solto, vocabulário ardente, timbres altos da emissão sonora das vozes nordestinas, das gargalhadas dinamizadoras hormonais, “casos” do coronel Vicente Mota, “respostas” de Costinha de Horácio, comunicação afetuosa esquentada em confidências de urtiga e pimenta, seu Rosado era **uma exceção notória, uma solução de continuidade** (grifo nosso), uma pausa silenciosa na orquestração fremente dos desabafos amistosos. Um homem que não ria, não gritava, não dizia nome-feio. Falava depressa, cíciado, baixinho, como se segregasse o recado discreto. Não bebia álcool. Não acendia o grosso cigarrão comunitário, índice sertanejo das prosas animadas. Saudava a todos, operários, mendigos, vadios, crianças.²⁵⁰

Jerônimo Rosado é descrito como uma “exceção notória”, mas também como “solução de continuidade”. Ao mencionar o continuísmo, Cascudo recorre à própria noção de tradição. Para ele, Jerônimo Rosado seria a expressão da tradição, pois é descrito como alguém que se mantinha fiel aos seus princípios e que estava diretamente ligado ao seu ambiente, ao seu espaço, legitimando a continuidade dos Rosados em Mossoró.

Luís da Câmara Cascudo urde a vida de Jerônimo comparando-a a própria sociedade em que o seu biografado estava inserido. Esse modo de escrever, comparando, elabora um modelo que se distancia organicamente do meio social que está compartilhando, produzindo-lhe uma identidade a partir da diferença que se constrói em relação à outra realidade que, no caso, é coletiva: a sociedade mossoroense.

Desta maneira, a escrita cascudiana apresenta o “coletivo” não para evidenciá-lo, pelo contrário, para fazer emergir dentro dele aquilo que lhe é mais significativo: o indivíduo, tornando-lhe o centro gravitacional da narrativa, comparando-o para

²⁵⁰CASCUDO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado**: uma ação brasileira na província. p.15

Para Cascudo a vida de Jerônimo no Rio de Janeiro, serviria como provação e preparação para a sua ação na província, agenciando elementos para o seu regresso ao Norte, daí *a demora em voltar era o exame para o reajustamento no sertão*. A longa formação em Farmácia na Corte vai ser, para Cascudo, a primeira forma de contribuição de Jerônimo Rosado para o serviço em favor da província, ou seja, civilizá-la

A biografia de Jerônimo é um relato de viagem, uma geografia do sagrado. O texto de Cascudo sobre Jerônimo circula em torno de um lugar: a província. A vida de Jerônimo é dividida, entre uma partida e um retorno. De modo semelhante aos hagiógrafos antigos e modernos, Cascudo institui uma vocação a Jerônimo. Tal como os santos que se exilam de um espaço primeiro para conduzi-lo a um espaço outro, no qual sofre provações, o Jerônimo Rosado cascudiano sai da Paraíba para ser provado no Rio de Janeiro para cumprir sua missão em Mossoró. Este esquema, segundo Michel de Certeau, permite introduzir os leitores no movimento do texto, produz uma leitura itinerante, uma geografia do sagrado, no qual conduz o santo ao lugar enunciado, isto é, o espaço em que a missão se cumprirá.²⁷³

A característica benemérita e civilizatória atribuída ao jovem Rosado por Cascudo é apresentada como demonstração do seu amor a terra. Para o intelectual o sentimento telúrico e o benemeritismo justificam a volta de Jerônimo Rosado em 1889, ao Norte, mais precisamente, a Catolé do Rocha, cidade de sua noiva, Maria Amélia Henriques Maia.

Mesmo residindo primeiramente em Catolé do Rocha, a província de Jerônimo Rosado não era a Paraíba. O destino de sua vida estava além das terras paraibanas. Cascudo narra o momento da vinda de Jerônimo Rosado a Mossoró em 1889 quando aceitou o convite para instalar em 1890, juntamente com Almeida Castro, uma farmácia na cidade. Para Cascudo é nesse momento que Jerônimo Rosado começa sua missão de civilizar Mossoró.

Luís da Câmara Cascudo descreve que a motivação de Jerônimo em residir em Mossoró esteve estreitamente ligada ao momento do empório comercial e do surto econômico que a cidade estava vivendo em fins do século XIX. Vejamos:

Irá para uma cidade funcionalmente capital de toda a região limítrofe além de todo o oeste norte-rio-grandense. O porto do mar, Areia Branca, onde despeja o rio Apodi-Mossoró, é o escoadouro natural das matérias-primas. O comércio local supre pedidos do sertão inteiro.

²⁷³ CERTEAU, Michel de. A escrita hagiográfica. In: **A escrita da História**. p.278

Tem-de-tudo, com abundância, variedade, modernice. E é mercado comprador dos produtos enviados nos intermináveis comboios, vindo dos sertões de Pernambuco e da Paraíba. Vende tudo e compra tudo em condições de pagamento imediato, em espécies ou mercadorias (...) A família dos Maias estendia, tenaz e amorosamente, uma raiz invencível para o Mossoró, através de Jerônimo Rosado, para replantar-se e reflorir, perenemente.²⁷⁴

Motivado pelo dinamismo econômico de Mossoró no final do século XIX, segundo Cascudo, Jerônimo Rosado é descrito pelo intelectual como um indivíduo que se interessa pela terra, fíncando-se como uma “raiz invencível”. Ao enunciar que “seu Rosado” saiu da Paraíba e se enraizou em Mossoró, Luís da Câmara Cascudo está legitimando o enraizamento dos “herdeiros de Jerônimo Rosado” que até hoje parecem invencíveis em Mossoró.

Cascudo constrói uma narrativa que endossa a “permanência invencível” dos Rosados na cidade a partir de Jerônimo Rosado. É a ação dele em Mossoró que interessa a Cascudo, daí, porque destina um capítulo inteiro, o quarto, para justamente discorrer sobre as contribuições que Jerônimo deu a cidade.

Mais uma vez, Cascudo se apropria da linguagem bíblica para narrar à “sagrada” vida de Jerônimo: “E no alto plantarás a tenda”. Agora, sua escrita registra a vivência do seu biografado em Mossoró.

Em meio a conjuntura de empório que a cidade vivia, no final do século XIX, marcada pelo fluxo de pessoas e serviços advindo de toda a região limítrofe da província do Rio Grande do Norte e de outras praças, Jerônimo Rosado, para Cascudo, contribuiu fundamentalmente para a vinda do progresso e da civilização a Mossoró, “plantando” o ensino, a saúde e a vida política na cidade.

Cascudo mostra que a formação em Farmácia na faculdade da Corte possibilitou a Jerônimo Rosado prestar serviços a Mossoró como, por exemplo, na educação ao lecionar Física e Química no Colégio Sete de Setembro no início do século XX, sendo considerado o “primo-motor” da educação secundarista da cidade, e o de farmacêutico, que fazia experimentos e produzia medicamentos, como por exemplo, o *antinevrálgico Rosado*, a *viperina*, o *peitoral de Joatonka*, o *elixir anti- astmatico*, o *elixir anti- sezonatico*, para o consumo da gente da cidade e de outros Estados como o Ceará e Pernambuco. Cascudo registra que as criações farmacêuticas de Jerônimo Rosado

²⁷⁴ CASCU DO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado**: uma ação brasileira na província. p.48 e 49.

da sua própria maneira de pensar a política a partir das práticas das relações pessoais, depreciando os moldes republicanos de se fazer política, uma vez que Cascudo era simpatizante do regime monárquico. A república, para ele, representaria uma das transformações no cenário político que escamoteou a tradição política do império fazendo desaparecer um passado calcado na tradição que é apresentado por ele através do signo da monarquia, agora, decadente pelas vicissitudes da República, caracterizada pelas disputas pelo poder a partir do interesse pessoal, do benefício próprio, individual. Sua visão de política é negativa, sobretudo, aquela ligada a política partidária, a democracia liberal. Por isso elogia regimes centralizados, autoritários, como a monarquia. O discurso político de Cascudo se constrói em nome da despolitização. Ele elogia a política dos melhores, dos mais capacitados, por isso critica a democracia liberal, porque escolhe qualquer um, não necessariamente os melhores. Desse modo, a política para Cascudo é destinada para alguns, uma visão antiga de poder, semelhante, ironicamente, a *República* de Platão.

Embora, tenha descrito Jerônimo Rosado como republicano, ou segundo ele, “dizia-se republicano”, seu biografado não representaria essa tendência política, ele é apresentado a partir do benemérito, do serviço prestado a cidade, ação que, para Cascudo, não advém das ligações no campo do poder, mas sim da ação telúrica e do comprometimento em plantar a cidade. É por isso que Cascudo despolitiza Jerônimo, exatamente, para descrever uma ação cosida no apego a terra, no provincianismo, e não por projeção pessoal. É por isso também que faz questão de registrar que Jerônimo Rosado não participou da revolução de 1930, pois o seu compromisso seria o serviço a cidade e não o interesse próprio:

Quero ressaltar um pormenor. Rosado não apelou para o civismo dos “autênticos” de 1930 como não discursara aos amotinados de 1921. Sentia-se com a credencial da confiança coletiva quem estava ao serviço de Mossoró desde 1890.²⁷⁹

O Jerônimo cascudiano assume, desta maneira, ares de herói, aquele que abre mão de sua individualidade em prol de “lutar” pelos outros, sem pragmatismos, totalmente despolitizado, comprometido mais com a coletividade do que com os seus interesses próprios. E foi no início do século XX que, segundo Cascudo, Jerônimo

²⁷⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado**: uma ação brasileira na província. p.30

fez parte dessa construção imagético-discursiva que através da escrita da história, da literatura, das crônicas e de outros domínios da escrita e das artes, instituíram uma identidade para o Nordeste e para o nordestino. A seca vai ser o ponto de partida para a urdidura desse recorte geográfico que no início do século XX em diante configura a antiga geografia naturalista que dividia o país em Norte e Sul.²⁸⁶ Daí, a utilização por Cascudo da falta d'água como agente justificador da história do povo nordestino.

Em Mossoró no final do século XIX e início do XX, assim como no restante da região Norte, e, posteriormente, nos Estados do Nordeste, a seca vai ser a principal luta pela qual as elites afetadas por ela reivindicam a Federação a canalização de recursos para o combate desse problema.

Durante a administração de Jerônimo Rosado junto a Intendência Municipal no início do século XX, a principal reivindicação para a resolução do problema da falta d'água em Mossoró se dava pela construção de açudes e barragens tal política partia do entendimento de que a problemática da região era a falta d'água por estiagens prolongadas ou pela má distribuição das chuvas.²⁸⁷ Segundo Luís da Câmara Cascudo, outros elementos importantes para a resolução da seca foram sendo agenciados por Jerônimo Rosado juntamente com as elites locais, como, por exemplo, a construção da estrada de Ferro Mossoró - São Francisco, do açude Taboleiro Grande e a criação de escolas.²⁸⁸ Vejamos:

Ficaram reunidos os homens de boa-vontade. Não há um telegrama, relatório, mensagem, sem o nome de Jerônimo Rosado. Incluímos a correspondência privada, quase toda nesse sentido, expondo, debatendo, pedindo água. Não calculo a estatística. Algumas centenas de folhas.

Resumindo. As duas campanhas (Combate as secas de 1904 e 1908-grifo nosso) evidenciam, no tempo, o muito insistentemente foi pedido e o muito-pouco conseguido, mas aplicado, total e conscientemente ao serviço de Mossoró e do povo ali abrigado.²⁸⁹

Luís da Câmara Cascudo vai destinando a Jerônimo Rosado um lugar de liderança junto à elite, tornando-o centro gravitacional da bandeira de luta contra a seca e também pela civilidade, tendo em vista que para essa elite, a Estrada de Ferro, a solução do problema do abastecimento d'água e a instrução dos jovens, são elementos

²⁸⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. p. 51-77

²⁸⁷ FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o "país" de Mossoró*. p. 77

²⁸⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província*. p.66-75

²⁸⁹ Ibid., p.71

vitais para a construção da realidade civilizada, muito embora, essas reivindicações estejam se apropriando do discurso da miséria e da seca.²⁹⁰

A ideia de “herói-civilizador” atribuída a Jerônimo Rosado vai se configurando como uma construção identitária que liga a história de Mossoró ao fenômeno da seca e, desse modo, aos “plantadores da cidade”, como o próprio Jerônimo, que vão sendo posicionados como sujeitos dessa história. Como faz crer Cascudo:

Muito palidamente marcarão a intensidade sonhadora do provinciano enamorado de sua missão, na mesma pista obstinada durante anos incontáveis, para obter resultados aparentemente irônicos, comparando-os à sua miraculosa tenacidade. Lenta e distraidamente soa a frase leve: - “Ah! é verdade, seu Rosado trabalhou muito pelo abastecimento d’água em Mossoró...”
Esse **muito**(sic) será um pobre adjetivo incapaz de sugerir a percepção da continuidade no rumo do trabalho.²⁹¹

A continuidade do trabalho realizado por Jerônimo Rosado a serviço de Mossoró é construída pela escrita cascudiana como um elo do biografado com o itinerário dos seus próprios filhos. Não é a toa que Cascudo evidencia o papel que eles têm na construção desse continuísmo da ação de Jerônimo em Mossoró que desde a educação dos seus filhos-meninos, já ensinava a imitar-lhe seguindo o seu exemplo.²⁹²

Jerônimo Rosado lançaria as bases da própria batalha da água evidenciada na proposta e na campanha de seu filho Dix-sept Rosado durante os anos quarenta e cinquenta em Mossoró. Ao mencionar Jerônimo como o “pioneiro” da luta pela água, Cascudo constrói uma identidade para as ações de seus filhos, justificando a partir da escrita da história e da biografia a legitimação do poder político, buscando no passado as origens das ações no presente. Assim, como a biografia de Jerônimo narra a questão d’água, ou melhor, a falta dela, também no livro *Notas e Documentos para a História de Mossoró* (1955), Cascudo destina as últimas páginas para descrever sobre esse problema em Mossoró. A escrita do livro de 1955, bem como a biografia de Jerônimo, servem para apontar o grande problema da cidade, ao mesmo tempo que inscreve a “luta” dos seus solucionadores, urdindo no mesmo plano uma narrativa que considere as ações políticas que, em momentos diferentes, “batalharam” em favor de Mossoró,

²⁹⁰ FELIPE, José Lacerda Alves. Op.cit., p.77.

²⁹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado**: uma ação brasileira na província. p.75

²⁹² Ibid. p.17-18

justamente para que a história e os homens, no caso, a organização familiar Rosado, pudessem emergir no mesmo tecido conjuntivo da trama histórica.

Mais do que escrever sobre a vida de Jerônimo, a escrita cascudiana constrói uma identidade entre o biografado e a cidade de Mossoró, tornando-lhe o “plantador da cidade”, construído discursivamente por Cascudo, o “Jerônimo” dele, possível somente na sua escrita. Um Jerônimo de traçado coerente, devotado e telúrico em seu serviço a Mossoró, cujo sentido de vida, Cascudo constrói para se confundir numa mesma tessitura, os “nós” do bordado que ponteia a história da cidade de Mossoró com a história de vida de Jerônimo Rosado.

2.3 Mossoró: a cidade como Região

Como historiador dos espaços, Luís da Câmara Cascudo a todo instante resignifica os sentidos em torno das diversas categoriais espaciais, tais como: a nação, a região, o sertão e a cidade. Cascudo redefine as posições das espacialidades fazendo tais categoriais se imbricarem uma na outra, formando um cadinho, um palimpsesto de espaços que se cruzam e entrecruzam ao longo de suas narrativas.

É nesse sentido que Luís da Câmara Cascudo pensa Mossoró. Uma espacialidade que extrapola a categoria de cidade, abrangendo seus limites urbanísticos, apresentando-a também como região. Por exemplo, ao escrever no *Diário de Natal* do dia 25 de novembro de 1948, sobre a importância do acervo arqueológico e paleontológico da Biblioteca Pública e do Museu Municipal de Mossoró, Cascudo institui para a cidade a imagem de região: “A **região mossoroense** (grifo nosso) é de interesse máximo nesse setor antropológico, paleontológico, arqueológico, etnográfico, geológico.”²⁹³ Mossoró não se encontra, para ele, como um município comum. Cascudo estabelece para a cidade, uma posição singular que a define e a diferencia de qualquer outra urbe.

Todavia, o discurso que coloca Mossoró como região não foi uma construção inicial de Luís da Câmara Cascudo. Vingt-un Rosado ao ministrar a terceira aula do Curso de Antropologia Cultural, realizado pela Prefeitura Municipal de Mossoró, em 25 de fevereiro de 1956, já instituiria a imagem de que a cidade seria uma região. Vingt-un entendia que a “região de Mossoró ou mossoroense” compreenderia parte da Chapada

²⁹³ DIÁRIO DE NATAL, 25 nov.1948.

do Apodi, área, segundo ele, que cobriria uma área que vai desde o lado oriental do Vale do Rio Jaguaribe, na direção Leste, até as proximidades de Ceará Mirim, a Noroeste de Natal.²⁹⁴ Vingt-un entendia que a Chapada do Apodi abrangeria quase todo o Rio Grande do Norte e a “região de Mossoró” estaria como parte integrante dessa delimitação geográfica. Para construir os limites da “região mossoroense”, Vingt-un se utilizou dos seus conhecimentos sobre a geografia e a geologia do espaço norte-rio-grandense. Para ele, a “região mossoroense” teria sido uma construção primeira da geografia e da geologia, havendo, desta forma, uma naturalização da região. Entretanto, Vingt-un compreendia que a “região de Mossoró” não seria apenas uma espacialidade inscrita na natureza, em grande medida, a cultura definiria também o que seria a região que segundo ele, foi uma área de expansão cultural dos mossoroenses, território trabalhado e conquistado pelos mesmos povoadores de Mossoró: “os Souza Machado, os Câmbuas, os Guilherme de Melo, os Auzentes e os Freitas.”²⁹⁵ Portanto, a ideia de região mossoroense estaria ligado não só a dimensão geológica ou geográfica, mas também a questão cultural. Assim, não haveria, para ele, apenas uma “região mossoroense”, mas também uma “cultura mossoroense,” que teria como centralidade a cidade de Mossoró, sem, no entanto, restringir-se a ela.²⁹⁶

A construção discursiva em torno da “região de Mossoró” esteve vinculada aos interesses da esfera do poder público do município que criou a partir da década de cinquenta e sessenta subsídios para que Mossoró ganhasse uma posição de destaque no cenário Estadual quando a organização familiar dos Rosados reorienta sua atuação no cenário político do Estado do Rio Grande do Norte.

No início dos anos cinquenta, mais precisamente em 1950, Dix-sept Rosado chega à administração do governo estadual, maximizando a força política da organização familiar no Rio Grande do Norte. Entretanto, a estratégia de aumentar a influência de dominação política a nível estadual foi interrompida, quando Dix-sept Rosado morre no desastre aéreo no dia 12 de julho de 1951.

A perda do primeiro representante dos Rosados no governo do Estado permitiu que a organização familiar reordenasse espacialmente a cidade de Mossoró com o objetivo de canalizar o rearranjo do poder no cenário do município. Concomitante a

²⁹⁴ ROSADO, Vingt-un. A Geologia da Região de Mossoró e suas conseqüências culturais. **Boletim Bibliográfico**. n. 95/100. 1956, p.51-52

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ “Uma área que transcende a Cidade e o Município e se prolonga por outras circunscrições geográficas vizinhas.” Id.

esse movimento as concepções em torno da espacialização da cidade de Mossoró vão sendo modificadas e redimensionadas para outros níveis de espacialidades, tal como “país”, como demonstra José Lacerda Alves Felipe:

A cidade imaginada agora não cabe no Rio Grande do Norte. É a Cidade-Estado- um ente coletivo imagético capaz de garantir o domínio dos Rosados nesse território que os mesmos tentam transformar em lugar. Neste sentido, o domínio de fato é mascarado pelo discurso da permanência e o lugar re(inventado) é um “país”, onde o grupo político e familiar é reconhecido por todos, inserindo a família e o seu domínio político nos signos identitários do lugar.²⁹⁷

Assim, a cidade de Mossoró é pensada e construída como um “país”, como uma *comunidade* que possibilita todo um aparelho identitário que permite aos membros se sentirem participantes de uma rede que é *imaginada*, imaginária e simbólica.²⁹⁸

A resignificação espacial em torno da cidade, projetada agora como espaço diferenciado em relação ao Estado emerge na década de cinquenta, mas vai sendo urdida durante as décadas de sessenta e setenta quando o município de Mossoró se torna sede de vários congressos científicos que tinham como objetivo promover estudos acerca dos diversos temas da nação, da região e da própria cidade, como demonstra o discurso de encerramento pronunciado por Vingt-Un Rosado, presidente de honra do evento, no VIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia realizado em 1975:

Esta noite marca na história do **país de Mossoró** (grifo nosso) o encerramento de uma jornada inesquecível de ciência, de técnica, de sensibilidade, de integração da gente do continente brasileiro (...) A cidade foi enriquecida no seu patrimônio espiritual e científico. Os mestres, os grandes mestres da ciência das fitomoléstias conheceram Mossoró, sua gente, seu povo, seus milhões de cajueiros sedentos de orientação técnica para que os valentes projetos da cajucultura

²⁹⁷ FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar**: os Rosados e o “país” de Mossoró.p.142-143

²⁹⁸ Lançamos mão do pensamento do intelectual Benedict Anderson para nos instrumentalizar acerca do caráter imaginativo da comunidade, cuja delimitação é representada pela nação. Obviamente, que a categoria espacial que Anderson analisa é a nação. No entanto, nos apropriamos de sua abordagem para perceber como a ideia de Mossoró como “país” vai sendo construída a partir de um referencial calcado na comunidade e no imaginário, categorias essas propostas pela abordagem de Benedict Anderson. Desta maneira, o autor entende a nação como comunidade imaginada, simbólica, afetiva chamando atenção para percebermos a dimensão imaginária e imaginativa dos espaços. A nação é definida como uma comunidade política e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. Cf. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

regional (grifô nosso) não se transformem no doloroso desastre econômico causado pela ontracnose, pela mosca branca e sei lá com quantas doenças e pragas outras a caatinga se vingaria pela quebra do equilíbrio biológico (...) Se eu pudesse dizer uma saudação sincera de agradecimento aos cientistas do Brasil que aqui estiveram, eu falaria assim: Pelo país de Mossoró, muito obrigado.²⁹⁹

A realização da XV Assembléia da Associação de Geógrafos Brasileiros em 1960, que contou com a participação de vários intelectuais de renome nacional, como Milton Santos e o próprio Luís da Câmara Cascudo³⁰⁰, juntamente com o II Congresso Brasileiro de Paleontologia realizado em 1961, o XXV Congresso Nacional de Botânica em 1974, o VIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia em 1975, o II Congresso Brasileiro de Florestas Tropicais em 1976, o V Encontro de Malacologistas em 1977, o I Congresso Brasileiro de Agrometeorologia em 1979, dentre outros, possibilitaram uma reunião de diversos saberes, sobretudo, aqueles voltados para a geografia e a geologia de Mossoró e da chamada “Região Oeste”.



Imagem 5- Foto da XV Assembléia da Associação de Geógrafos Brasileiros realizada na cidade em 1960. Acervo do Museu Municipal de Mossoró- Foto Manuelito

Entretanto, a reorientação em torno da projeção espacial da cidade de Mossoró, não atendeu somente aos interesses do grupo familiar, a intelectualidade mossaoroense

²⁹⁹ Cf. ROSADO, Vingt-un. **Subsídios para a história da saga mossaoroense de 12 Congressos Científicos**. Mossoró: ESAM, 1988. p.171

³⁰⁰ A REPÚBLICA, 14 jun. 1960.

também contribuiu para que houvesse uma construção de um saber voltado para o estudo da cidade e dos municípios vizinhos.

No dia 30 de setembro de 1957, foi fundado, em Mossoró, o Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP), instituição esta que reunia os principais intelectuais da cidade e do Estado, tais como: José Batista Cascudo Rodrigues, Moacir de Lucena, Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, José Leite, Jaime Hipólito Dantas, Manuel Leonardo Nogueira, dentre outros. O ICOP tinha como finalidade estudar os vários aspectos da cultura local e regional, sobretudo, de Mossoró³⁰¹ e da chamada “região Oeste”, tendo como órgão divulgador e difusor destas pesquisas e destes estudos a *Revista Oeste* que começou a circular um ano depois da fundação do referido Instituto.³⁰²

A atuação do ICOP na publicação de artigos e de estudos via Revista OESTE sobre temáticas da cultura, da história e da geografia de Mossoró e da região Oeste, permitiu no campo do saber posicionar Mossoró como cidade pólo, centro da região Oeste do Rio Grande do Norte.

É importante assinalar que a denominação Oeste ainda não se efetivara no quadro oficial de divisão do Estado naquele período. A expressão “Oeste Potiguar” enquanto região administrativa do Rio Grande do Norte só foi possível em 1975 quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) organizou os Estados brasileiros em mesorregiões. Para efeito estatístico e para o planejamento administrativo e econômico, o Estado norte-rio-grandense foi dividido, pela fundação IBGE, em três mesorregiões, compreendendo a do Oeste Potiguar quatro microrregiões, a Central Potiguar também quatro microrregiões e a de Natal.³⁰³

Assim, podemos perceber que antes mesmo da divisão política e administrativa do Estado em mesorregiões, como a do Oeste Potiguar, em 1975, houve uma construção discursiva e historiográfica em torno da região Oeste localizada temporalmente a partir da década de quarenta, restando ao IBGE oficializar essa organização espacial cuja instituição se deu primeiramente no âmbito intelectual.

Por conseguinte, essa produção da espacialidade regional (OESTE) não esteve inscrita na natureza, antes emergiu da construção discursiva em torno do Oeste, no qual

³⁰¹ No mês de Dezembro o ICOP realizou cerca de dez conferências acerca de diversas temáticas desde o desenvolvimento econômico de Mossoró, passando pelo conhecimento das letras, e finalizando com o estudo das artes e das ciências na cidade. O MOSSOROENSE, 5 dez.1958.

³⁰² A Revista OESTE começou a circular em 1958 e tinha como membros da presidência os intelectuais: João Batista Cascudo Rodrigues, Moacir de Lucena e Vingt-un Rosado Maia. OESTE. Mossoró, ano 1.n. 1. 1958.

³⁰³ ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Editora Universitária. 1981. p.37

teve como agente formadora e financiadora a intelectualidade da cidade de Mossoró que através da revista OESTE e das reuniões institucionais do ICOP ocorridas no município mossoroense elaboraram um conjunto de saberes que demarcaram uma identidade espacial em torno da região circunscrevendo e aglutinando a história, a geografia e a cultura das cidades circunvizinhas neste projeto identitário tendo como centro polarizador Mossoró.

Vale ressaltar que além da atuação do ICOP e da Revista OESTE, a Coleção Mossoroense através de Vingt-un Rosado atuou também como elemento propagador dessa construção identitária regional. Vários livros e plaquetes foram escritos e publicados durante as décadas de setenta e oitenta do século XX com o intuito de esquadrihar as memórias, a história, a geografia em torno da região do Oeste Potiguar.³⁰⁴

O próprio Luís da Câmara Cascudo participa dessa construção discursiva e identitária em torno da região Oeste Potiguar. Logo no lançamento da primeira revista OESTE em 1958, Luís da Câmara Cascudo publica um artigo intitulado *Sob o signo das Catoblepas*³⁰⁵ no qual dirige severas críticas ao desajustamento econômico, fruto talvez da inflação daquele ano, que desvaloriza o salário e aumenta o preço permitindo uma autofagia, daí a analogia com o Catoblepas³⁰⁶, da economia brasileira. Mesmo não versando sobre a temática da cultura local, mas sim analisando a situação econômica do país, a contribuição do artigo de Luís da Câmara Cascudo se coloca como lugar de importância no sentido de projetar intelectualmente a própria revista.

Entretanto, a contribuição de Cascudo para a “invenção” do Oeste não se restringiu apenas a publicação de artigos na revista OESTE. Seus artigos sobre Mossoró

³⁰⁴ **Livros:** BEZERRA, Severino. *Levitas do senhor no Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1987; BRITO, Raimundo Soares de. *Estudos de história do Oeste Potiguar*. ESAM, 1979; IDEM, *Indústria e Comércio do Oeste Potiguar - um pouco de história*. ESAM/FGD, 1982; IDEM, *Pioneiros da história da Indústria e Comércio do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1982; SILVA, Raimundo Nonato da. *Diocese da Santa Luzia de Mossoró; minhas memórias do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1988; IDEM, *Entre sol e poeira; minhas memórias do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1988; IDEM, *Memórias de um retirante (minhas memórias do Oeste Potiguar)*. 2^a Ed. 1987; IDEM, *Os arrancadores da arca da botija; minhas memórias do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1989; IDEM, *Relembrações do tempo e da vida; minhas memórias do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1988. IDEM. *Vidas errantes; minhas memórias do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1989. **Plaquetes:** ALVES, Aluísio. *Plano regional do Oeste*. ESAM/FGD, 1989; LIMA, Diógenes da Cunha. *Importância cultural do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1989 SILVA, Antonio Campos e. *Levantamento do material pré-histórico do Oeste Potiguar*. ESAM/FGD, 1983.

³⁰⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Sob o Signo dos Catoblepas. *OESTE*, Mossoró, ano 1, n.1, p. 179-180.

³⁰⁶ Catoblepas, segundo o próprio Cascudo, era um monstro fantástico, gordo, pesado, melancólico, perpetuamente estendido no solo, com os olhos fechados e a cabeça recoberta de uma espessa juba, como a de um búfalo gigantesco. Nunca abria os olhos. Quem os visse perderia a vida. Sem ver, constantemente esfomeado, insaciável e voraz, o Catoblepas, devorava, sem sentir, sem perceber, sem atinar.

e as cidades vizinhas, foram reunidos e organizados por Vingt-un Rosado, que publicou no início da década de oitenta o livro *Mossoró, Região e Cidade*.³⁰⁷ Este foi publicado em razão do trigésimo aniversário da Batalha da Cultura. Em seu prefácio, escrito em março de 1978, João Batista Cascudo Rodrigues destaca a justificativa do livro e, conseqüentemente, sua contribuição e seu objetivo. Vejamos:

Dimensão e realidade que Luís da Câmara Cascudo explora, fundamentalmente, em sua série programa de ACTA DIURNA e estudos complementares, também reunidos nesta publicação. Expressão do pensamento cascudiano que aflorou, predominantemente, no seu dia-a-dia de eminente trabalhador do espírito. Daí, em resultante lógica e impressiva, desfilam “um livro, uma figura ou um episódio, atual ou antigo.”

Conta situar Mossoró no plano de cidade e região (grifo nosso), cuja relação Câmara Cascudo descobre no seu desenvolvimento histórico-cultural (...) Cidade trepidante pelo impulso criador de suas forças vivas e modeladoras do seu futuro, cuja consolidação impõe a presença de esforço crescentemente comunitário.

Região que não se deve confinar nos limites estreitos da geografia norte-rio-grandense, porque a sua predestinação histórica exige a permanência de sua função marcadamente integradora de áreas convergentes do Ceará e Paraíba, sob a ação polarizadora da cidade de Mossoró.

Saudando Luís da Câmara Cascudo, em seus oitenta anos de vida fecunda e superiormente devotada à cultura brasileira, esta adesão de Mossoró é indicativa da fidelidade ao seu historiador.³⁰⁸

O objetivo do livro era evidenciar a centralidade de Mossoró em relação à região Oeste. Além disso, nesse prefácio, há o interesse em registrar que os limites da cidade atravessaria as fronteiras estaduais, por isso que é construída como um país, pois engloba parte dos Estados do Ceará e da Paraíba. Nesse imaginário político, Mossoró passa a ser não um país dentro do Estado, mas sim um “país” dentro de outro país.

Os discursos em torno da região Oeste serviriam como estratégia para a produção da centralidade de Mossoró, ao mesmo tempo em que, espacializaria a organização familiar dos Rosados, tendo em vista que seus interesses abrangeriam uma área cada vez maior de influência e projeção política.

³⁰⁷ Vingt-un organizou uma coletânea de crônicas e artigos escritos por Luís da Câmara Cascudo e publicados no jornal *A República* e no Boletim Bibliográfico durante os anos de 1921 a 1960, versando sobre os aspectos da história política, intelectual e econômica de Mossoró e do que seria a região Oeste.

³⁰⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, região e cidade**. Mossoró: Editora Universitária/Coleção mossoroense. 1980.p.10-11

Embora, o livro *Mossoró, Região e Cidade* (1980) tenha como autor Luís da Câmara Cascudo chamamos atenção para dimensão estratégica desta autoria. Na verdade, o referido livro possui uma dupla autoria, tendo em vista que a organização dos artigos de Cascudo escritos na década de vinte até sessenta sobre Mossoró e as cidades que compõem o que seria a região Oeste, foi realizada por Vingt-un Rosado. Quando Cascudo escreveu os artigos que foram publicados primeiramente no Jornal *A República*, sua intenção não era construir uma teia identitária para Mossoró e as “cidades do Oeste”. Os artigos de Cascudo foram publicados separadamente e em outros momentos históricos não correspondendo necessariamente à emergência da estratégia discursiva em torno da construção espacial Mossoró como região. Foi Vingt-un que se utilizou das narrativas de Cascudo reunido-as em um livro, cujo objetivo foi a produção de uma identidade espacial para região Oeste a partir de Mossoró. Vingt-un, deste modo, se apropriou do prestígio e do trabalho de Cascudo para respaldar no âmbito intelectual a projeção da cidade de Mossoró. Assim, entendemos que o livro *Mossoró, Região e Cidade* (1980) tem uma dupla autoria: Vingt-un Rosado e Luís da Câmara Cascudo.

Não é por acaso que os primeiros capítulos da obra têm como destaque o início dos movimentos da história política de Mossoró. A região Oeste nasceria com o surgimento do município mossoroense, ligando a evolução política da referida cidade com a região. Esta seria enquadrada como “região mossoroense” que compreenderia desde o litoral de Macau e Areia Branca, com a agregação do Vale do Açú à comunidade microrregional.³⁰⁹ Desse modo, a estrutura narrativa do livro se estabelece primeiramente em Mossoró e vai sendo distribuída para as outras cidades adjacentes.

Mossoró, região e cidade (1980) põe em evidência a *urbe* mossoroense como um espaço que influenciou toda uma região através do processo de colonização e de conquista, bem como na fundação de paróquias, vilas e cidades vizinhas, narrando temas relacionados não só a história da cidade, mas também de toda região Oeste.

A vida de alguns homens, como por exemplo: padre Luiz Mota, Augêncio Miranda, Pe. Longino, Antônio Filgueira, Duó, Jesuíno Brilhante, dentre outros, se coloca de forma estratégica para destacar uma singularidade “desse ou daquele personagem, a fim que o leitor perceba os acontecimentos históricos

³⁰⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, região e cidade**. p.10

da região e de suas cidades, como que querendo partilhar na leitura o cotidiano vivido no sertão mossoroense e adjacências.”³¹⁰

No livro *Mossoró, Região e Cidade* (1980), Vingt-un reuniu e escolheu, exatamente os personagens que ele consideraria como sendo os representantes da identidade da região Oeste. Um destes homens seria Jesuíno Brilhante, do qual Câmara Cascudo fez a seguinte descrição no jornal *A República* do dia 31 de maio de 1942, publicado também no livro *Mossoró, Região e Cidade* em 1980:

Na história dos cangaceiros, heróis-e-bandidos, como chamou Gustavo Barroso, Jesuíno Brilhante **é o primeiro na memória do Oeste norte-rio-grandense.**(grifo nosso) Deixou funda lembrança de valentia, destemor e fidalguia. Era o out-law gentilhomem, imperioso, arrebatado, incapaz de um insulto por vaidade ou de uma agressão inútil. Tem a popularidade inextinguível de um Robin Hood, o selvagem de Sherwood, ou de um Stenka Razin, soberano dos barqueiros de Volga. Contam suas façanhas, predicados, gestos caridades, num orgulho em que há participação psicológica de solidariedade instintiva, Jesuíno foi o vingador moças ultrajadas, dos anciãos humilhados e das crianças indefesas. Era irresistível. Estava em toda parte. Viveu, perigosamente, arrogando-se à invulnerabilidade dos predestinados.³¹¹

Para Luís da Câmara Cascudo o cangaceiro nasce a partir das relações intrínsecas com a sociedade sertaneja. “Homem de armas, armas que o vaqueiro guarda na fazenda do patrão, a ele confiada para a defesa do bem comum, bens do amo e valentia do escravo.”³¹² O cangaceiro surge, portanto, da “síntese” dos elementos do senhor com a disposição valente dos escravos.

Esta visão romanceada do cangaço foi herdada do ensaísta cearense Gustavo Barroso, sobretudo, dos seus livros *Terra do Sol* (1912) e *Heróis e Bandidos* (1917). Um cangaceiro robbinwoodiano, generoso, valente, solidário premido pelas circunstâncias do seu meio social, da raça e da sua formação social. Tais características são tomadas por Gustavo Barroso como parte do complexo sociológico em torno do “banditismo” sertanejo.³¹³ Não queremos aqui nos aprofundar nas análises acerca do

³¹⁰ ARAÚJO, Douglas. Mossoró, Região e Cidade. In: SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário Crítico de Câmara Cascudo**. São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRRN; Fundação José Augusto, 2003, p.199.

³¹¹ A REPÚBLICA, 31 maio 1942.

³¹² CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, região e cidade**. p.86

³¹³ “(...) minucioso estudo de acontecimentos periódicos, do meio, da raça, da formação social, são as únicas bases para um sistema de idéias que nos dê as razões explicativas do banditismo sertanejo.” Cf. BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos: os cangaceiros de Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917. p.16.

cangaço, mas sim apontá-lo como parte integrante de uma teia identitária construída nas primeiras décadas do século XX para compor juntamente com o messianismo, a seca, o coronelismo os temas vinculados a região Nordeste.³¹⁴

O cangaço como as outras temáticas deram ao Nordeste o suporte temático e identitário que teceriam os discursos e as imagens destinadas a este espaço. Da violência e da bravura dos cangaceiros veio os discursos em torno da masculinidade e da coragem de lidar com o meio tão adverso que assolava o homem sertanejo, cenários estes descritos e romanceados pelos literatos e romancistas do movimento regionalista do Recife, bem como de outras expressões da literatura nacional dos anos vinte e trinta do século XX.

A partir da literatura e da escrita da história a figura do cangaceiro vai se encontrando com a do sertanejo numa estratégia identitária. Embebido dessas tendências literárias, Vingt-un Rosado Maia publica pela Coleção Mossoroense em 1997 um livro intitulado de *Pequena Cantoria de Mário de Andrade e Câmara Cascudo para Lampião e Jararaca* como edição comemorativa dos sessenta anos da resistência mossoroense ao ataque do bando de Lampião ocorrido na cidade em 27 de junho de 1927.

Este livro comemorativo reuniu uma série de cantorias e comentários de Mário de Andrade e de Luís da Câmara Cascudo sobre os dois cangaceiros, Lampião e Jararaca, nos anos trinta e sessenta, respectivamente. De Mário de Andrade, Vingt-un Rosado publicou o *Romanceiro de lampeão*, publicado anteriormente pela Revista Nova em 1932. De Cascudo foi publicado *Flor de Romances Trágicos* de 1966. Ambos aludem aspectos em torno do cangaço e dos cangaceiros, mas também do universo histórico concernente ao ataque de Lampião a Mossoró no final da década de vinte. Sobre este livro Vicente Serejo³¹⁵ comenta:

O Brasil ouviu, várias vezes, a cantoria de Mário de Andrade e Câmara Cascudo sobre Lampião, o cangaço e os cangaceiros. **Agora é a vez de Mossoró** (grifo nosso), pelas mãos de Vingt-un Rosado, promover o milagre do encontro. Antes, a **Coleção Mossoroense** (sic) já publicara estudos de Cascudo sobre cangaço e cangaceiros. Mas aqui é o encontro de Mário de Andrade e Câmara Cascudo, Lampião e Jararaca. Para uma pequena cantoria sobre aquele tempo mágico de homens valentes no sertão de espinhos e de flores.³¹⁶

³¹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. p.61-62

³¹⁵ Responsável pela introdução do livro.

³¹⁶ SEREJO, Vicente. Introdução: Mário e Cascudo, Lampião e Jararaca. In: ROSADO, Vingt-un. **Pequena Cantoria de Mário de Andrade e Câmara Cascudo para Lampião e Jararaca**. Mossoró:

Tanto na cantoria como nos comentários de Mário de Andrade e de Luís da Câmara Cascudo a figura dos dois cangaceiros, Lampião e Jararaca, são colocados para evidenciar o acontecimento histórico em torno da resistência mossoroense.³¹⁷ Obviamente que tal evidência foi organizada e selecionada por Vingt-un Rosado quando publicou o livro sobre os referidos autores e os cangaceiros. Dessa maneira, as construções cascudiana e marioandradiana são postas de forma estratégica, pois o que compete é a abordar a temática do cangaceiro a partir de sua ligação com o evento da resistência em Mossoró. Não é a toa, que nas últimas páginas do *Romanceiro de Lampeão*(1932) há referências de Mário sobre o ataque de Lampião ao município mossoroense, e que Vingt-un Rosado grifa em negrito: **“Os dois fatos porventura mais curiosos da vida de Lampeão(sic) são a ida a Joazeiro(sic) e o assalto em Mossoró em 1927.** Ambos os fatos estão variamente cantados no romanceiro de Lampeão.”³¹⁸ Mário de Andrade reproduz uma cantoria sobre a resistência de Mossoró e, conseqüentemente, a derrota de Lampião:

Lampeão (sic) foi se meter
A atacar Mossoró
Pensou que era Ceará
Que polícia tinha dó
Quase apanha de macaca
E Colchete e Jararaca
Esses ficaram no quichô.³¹⁹

Na mesma direção a cantoria reunida e os comentários de Luís da Câmara Cascudo sobre Jararaca e a resistência de Mossoró a Lampião foram evidenciadas. Cascudo, porém, se aprofunda mais do que Mário de Andrade acerca do referido acontecimento histórico em Mossoró. Citando diversos autores e romanceiros locais, Câmara Cascudo alia cantoria com a história a fim de estabelecer um arrazoado sobre a literatura de cordel e a trajetória dos cangaceiros.

Fundação Vingt-un Rosado, co-edição EFRN-UNED; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RN, 1997. p.14 (Coleção Mossoroense, Série C).

³¹⁷ No dia 13 de junho de 1927, Mossoró resistiu à tentativa de invasão do bando de Lampião. Nesta tentativa, dois de seus cangaceiros foram mortos na cidade. Um deles, José Leite de Santana, “Jararaca”, foi aprisionado e, posteriormente, assassinado. Jararaca é considerado, por alguns devotos da cidade, como um santo, um milagreiro. Esse acontecimento histórico é festejado na cidade até os dias de hoje através do espetáculo "Chuva de Bala" realizado durante os festejos juninos da cidade.

³¹⁸ ROSADO, Vingt-un. **Pequena Cantoria de Mario de Andrade e Câmara Cascudo para Lampeão e Jararaca.** p.43

³¹⁹ Ibid., p.56

Ora, a questão suscitada é: Por que Lampião e Jararaca? Mário e Cascudo? Primeiramente, o recorte em torno dos dois cangaceiros se deu primeiramente, porque Lampião é posto como um dos grandes nomes do cangaço, sinônimo de medo, terror, valentia e crueldade. Virgulino Ferreira da Silva é evidenciado não para ser exaltado, mas para que sua trajetória possa ser marcada pela derrota em Mossoró. Eis, a estratégia do livro de Vingt-un ao trazer as cantorias e os versos organizados por Mário na década de trinta. Já Jararaca, por representar o testemunho da resistência, colocado como símbolo da tradição do heroísmo dos mossoroenses contra o bando de Lampião, se tornando inclusive, lendária a sua morte, como aponta Câmara Cascudo:

Há mesmo uma lenda que diz haver no cemitério local, ao lado da sepultura do criminoso, uma árvore que geme nas noites de chuva e chora toda vez que alguém se lhe toca.

A verdade é que Jararaca morreu no Cemitério de Mossoró com um tiro de fuzil na cabeça. Quando o empurraram para a cova, que não fora aberta por ele, já estava morto. Sepultaram-no ali mesmo. Uma cruz de madeira, pintada de verde, indica o local. (...)

E junto ao túmulo anônimo, uma árvore chora dentro da noite a lembrança da hora trágica.³²⁰

A “lenda” que Luís da Câmara Cascudo retrata nesse trecho diz respeito à questão em torno da morte de Jararaca que até hoje, em Mossoró, é lembrado por algumas pessoas através da visitação ao seu túmulo no dia de finados.

Há, contudo, diferenças entre as abordagens de Mário e de Cascudo sobre Lampião. Enquanto no primeiro há um encantamento pela figura de Lampião tido como um mito da cultura popular, gerador de uma literatura oral e coletiva, o segundo, contrariamente, olha o referido cangaceiro com ares de depreciação e com juízo de valor, considerando Lampião um assassino.³²¹

Eis o motivo pelo qual, o livro *Mossoró, Região e Cidade* (1980) não faz referência nenhuma a Lampião, somente ao cangaceiro Jesuíno Brilhante. Enquanto Virgulino Ferreira da Silva é assassino e criminoso, não correspondente a figura romântica do sertanejo, Jesuíno Brilhante é colocado como herói, fruto da produção idílica da sociedade sertaneja. Há uma distância incalculável entre Jesuíno e Lampião, assinala Cascudo.³²²

³²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Flor de romances trágicos. In: ROSADO, Vingt-un. **Pequena Cantoria de Mario de Andrade e Câmara Cascudo para Lampião e Jararaca.** p.77

³²¹ Ibid., Verbete sobre Lampião. In: **Dicionário do Folclore Brasileiro.** Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1954. p.10-11

³²² CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, região e cidade.** p. 74

Embora, Luís da Câmara Cascudo não tenha destacado, como fez com o evento da Abolição da escravidão em Mossoró³²³, a resistência mossoroense a Lampião em 1927, escrevendo poucas linhas no livro *Notas e Documentos para a História de Mossoró* (1955), suas notas avulsas, seus comentários e as cantorias organizadas por ele sobre a temática do cangaço e dos cangaceiros, foram apropriadas e selecionadas por Vingt-un no livro *Pequena Cantoria de Mario de Andrade e Câmara Cascudo para Lampião e Jararaca* (1997) para dar uma identidade histórica ao evento da derrota de Lampião em Mossoró.³²⁴ As cantorias organizadas por Mário e Cascudo são ordenadas em conjunto, num livro específico, no qual serviu como suporte intelectual para a construção de uma identidade história para a cidade de Mossoró e “sua região”.

O livro *Mossoró, Região e Cidade* (1980) foi organizado para construir a história e os sujeitos históricos que identificam e representam a região Oeste. No entanto, esta organização esteve a serviço de uma proposta de fazer de Mossoró um pólo influenciador na medida em que a projeta como um espaço que determina a história, a geografia, a política e a economia da região Oeste. Sendo assim, Mossoró se torna o centro de toda uma espacialidade regional, situado no plano da cidade e região, cuja relação Vingt-un desenvolve a partir dos artigos escritos por Luís da Câmara Cascudo.

A escrita cascudiana utilizada por Vingt-un nos anos oitenta se encarrega de construir uma narrativa que destinasse a Mossoró um espaço centro e influenciador, circunscrevendo uma relação de polarização política, social, histórica e econômica, no qual delimita e demarca um lugar para a cidade produzindo uma visibilidade e uma texturologia para Mossoró. A narrativa de Cascudo organizada e apropriada por Vingt-un constrói textos que instituem uma dada maneira de ler e ver a cidade, não só com ares urbanos, mas que excede o mundo citadino, sendo recolocada em outro nível de espacialidade, a de região.

³²³ Analisaremos esse tema da abolição em Mossoró no terceiro capítulo.

³²⁴ Em relação às comemorações da abolição em Mossoró, as festividades e as publicações em torno da resistência mossoroenses são mais recentes, emergem a partir da década de setenta, daí a justificativa para se entender porque Cascudo não destinou uma análise demasiada e em separado para o referido acontecimento histórico mossoroense.

Capítulo 3

Mossoró como texto: lendo a cidade através da escrita cascudiana

Este capítulo analisa os textos que Luís da Câmara Cascudo construiu, através de suas narrativas historiográficas, para a cidade de Mossoró. Textos estes, encontrados no movimento da própria *escritura* cascudiana. Artigos em revistas, em jornais, em plaquetes e em livros correspondem ao conjunto possível do instrumental textual e documental cascudiano sobre o qual nos debruçamos nesse capítulo. No entanto, nos deteremos sobre a análise historiográfica do livro *Notas e Documentos para a História de Mossoró* publicado em 1955.

Nas primeiras páginas, Cascudo aponta como teve acesso às fontes, listando quais são e do que elas tratam. Além disso, o intelectual se arvora no direito de conhecê-las todas e anotar cada informação contida nelas, “transcrevendo-as fielmente.”³²⁵ Por fim, Luís da Câmara Cascudo corrige datas, acrescenta novas fontes e dá, segundo ele, um roteiro de Mossoró no tempo.

Sua escrita narra desde a origem do topônimo, *Mossoró*, até os eventos da cidade que ele define como sendo os principais, como, por exemplo, a abolição da escravatura. É importante assinalar que além de instituir os principais eventos da história mossoroense Cascudo aborda outras temáticas, como: Mossoró na Cartografia dos séculos XVI e XVII e a presença holandesa; os carmelitas nas ribeiras do Upanema e Mossoró; o surgimento da cidade; a visita de Henry Koster; a passagem da freguesia a vila; e o nome de todos os intendentess e a relação das atas da Câmara Municipal de 1853 até 1955.

A narrativa em torno da estada holandesa e a presença carmelita é articulada por Cascudo como sendo prelúdios a história de Mossoró, tecendo cronologicamente a partir desses dois eventos a ‘pré-história’ da cidade. Esta nascida a partir da evolução urbana, primeiro como fazenda de Santa Luzia, propriedade do português Antônio de Sousa Machado³²⁶, depois se tornando freguesia em 1838, se desmembrando de Apodi,

³²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró**. p. 5-6

³²⁶ Português que se estabelece em 1770 na fazenda de Santa Luzia fundando o primeiro núcleo de povoamento que originou a cidade de Mossoró.

logo após elevando-se a categoria de vila em 1852 e, posteriormente, de cidade em 1870.

Luís da Câmara Cascudo descreve também o cotidiano dos primeiros anos do povoado, caracterizado pela presença constante de viajantes advindos de outras praças e do estrangeiro, como no caso da visita de Henry Koster³²⁷, que se estabeleciam para o repouso. Cascudo narra também a vida religiosa marcada pelo catolicismo, pelo pequeno comércio de algodão e de doces, pelas conversas miúdas, pelos pequenos acontecimentos locais, pela vibração das vozes distantes de animais no sussurro das palmas de bronze dos carnaubais, pela orquestração ampliada pela ramaria das árvores acolhedoras, recebendo os últimos pássaros e as luzes amarelas que douravam a derradeira rarefação que no “céu luzia” fazendo, no cair da serenidade melancólica das primeiras horas noturnas, Mossoró nascer.³²⁸

O nascimento da cidade é apresentado a partir dos conflitos partidários envolvendo os grupos políticos do período tanto no âmbito municipal como provincial, mostrando a disputa pelo poder que permitiu o derradeiro povoado a se tornar vila, descrevendo cada detalhe da empreitada, reunindo os nomes dos sujeitos que administravam a freguesia, a vila e a cidade e compilando na íntegra os principais nomes, os “homens-bons”, que fizeram o município, bem como a transcrição dos documentos oficiais concernentes ao período da freguesia até chegar à condição de cidade.

Contudo, gostaríamos de esclarecer que durante o período da Colônia e do Império os espaços, norte-rio-grandense e mossoroense, não existiam enquanto uma identidade espacial, pelo menos como nós entendemos hoje. Só é possível pensar esses espaços enquanto produções que remetem a uma identidade cultural, política e social, a partir das primeiras décadas da República com a instituição da Federação e dos Estados. Nesse sentido, empregamos ao longo do capítulo os termos Rio Grande do Norte, Potiguar e Mossoró (e mossoroense) para nos referirmos a própria estratégia de construção identitária desses espaços presentes nas narrativas de Luís da Câmara Cascudo.³²⁹

³²⁷ Viajante Inglês que indo para o Ceará em dezembro de 1810 atravessa o arraial de Santa Luzia descrevendo toda a região. A presença de Henry Koster é considerada a marca mais antiga da descrição de Mossoró. CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró**. p.21

³²⁸ Ibid. p. 20

³²⁹ Sobre as estratégias de construção das diversas identidades espaciais no Rio Grande do Norte apontamos o trabalho do professor Dr. Renato Amado Peixoto docente do departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-graduação (mestrado) em História e espaços pela mesma universidade. Cf. AMADO, Renato. Espacialidades e estratégias de

Gostaríamos de destacar também que os textos cascudianos sobre o espaço mossoroense tiveram como suporte a documentação, as descrições e as análises organizadas e produzidas por vários intelectuais de Mossoró e de outras cidades vizinhas, tais como: Francisco Fausto de Sousa, Vingt-un Rosado, Dorian Jorge Freire, Nestor Lima, João Jacinto da Costa, Manuel Dantas, dentre outros.

Do livro de 1955, analisamos, ainda, a abordagem que Cascudo fez da escravidão e da abolição em Mossoró. Este último é evidenciado por ele como o principal momento da história de Mossoró, instituindo-o como sendo o “Memorial Day” da cidade.

É a partir do livro de 1955 que analisamos, mais detidamente, os textos produzidos por Cascudo sobre a História da cidade de Mossoró.

3.1 “Que quer dizer Mossoró?”: Nome da terra, nome da gente

Logo de início no livro *Notas e Documentos para a História de Mossoró* (1955), Luís da Câmara Cascudo constrói uma arqueologia toponímica acerca do nome Mossoró. Sua narrativa busca a origem do nome da cidade, instituindo-o como o primeiro traço da identidade cidadina, ao mesmo tempo em que, a aventura toponímica insere a cidade no movimento da sua história. Assim, a procura pela origem do nome Mossoró empreendida por Cascudo, na década de cinquenta, se coaduna com o início da história da própria cidade.

A ordem cronológica dos acontecimentos históricos que dão a ver um tempo de origem, uma introdução a história dos países, dos Estados e das cidades, regras historiográficas estas tão comuns aos historiadores contemporâneos a Luís da Câmara Cascudo, cede lugar a investigação pelo significado do nome da cidade. A origem do topônimo *Mossoró* é a origem da cidade. Para Cascudo, a urbe mossoroense não se originaria de um acontecimento histórico primeiro, um acontecimento fundador, mas sim no significado do seu próprio nome. A toponímia, nesse sentido, faz parte da estratégia identitária cascudiana que coloca o termo *Mossoró* para nomear e identificar o espaço antes mesmo da colonização, isto é, Cascudo institui a partir da toponímia uma identidade que atravessa o tempo. Assim, o termo *Mossoró* só pode ser considerado

produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: **História, poder e espaços: nas trilhas da representação**. Natal: EDUFURN. No prelo.

como nome oficial da futura cidade a partir da segunda metade do século XIX quando a fazenda de Santa Luzia é elevada a categoria de vila pela Lei Provincial número 246 do dia 15 de março de 1852.³³⁰

Tal movimento da escrita cascudiana- a “arqueologia” toponímica- pode ser datado desde o início da década de trinta perpassando pela década de quarenta do século passado estando diretamente ligada à construção do lugar de historiador que Cascudo se arvora a ocupar nesse período.

Nesse sentido, uma das marcas do seu fazer historiográfico nos anos trinta e quarenta, enquanto historiador cidadão, seria a busca pela origem toponímica das ruas, dos bairros, das cidades.³³¹

É interessante notar a quantidade significativa de artigos escritos por Câmara Cascudo n’*A República* no ano de 1940 que dissertam sobre a toponímia e a construção topográfica do Rio Grande do Norte. Esses artigos abordam as várias influências, desde aquelas de natureza étnica, como a do africanismo, até as de dimensão da fauna, como os nomes das aves e dos peixes, que circunscreveram os nomes dos lugares no Rio Grande do Norte.³³²

Neste mesmo período, Luís da Câmara Cascudo escreveu vários artigos no jornal *A República* e também na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte sobre os significados dos topônimos das várias cidades do Estado norte-rio-grandense³³³, bem como do nome *Potiguar*, no qual narra desde as características dos primeiros habitantes, “comedores de camarão”, potiguaras, até o

³³⁰ ROSADO, Vingt-un. **Mossoró**. 2ªed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2006, p.27. (Coleção Mossoroense, Série C)

³³¹ No segundo capítulo do livro *História da cidade do Natal (1948)* intitulado de *Fundação e nomes da cidade*, Luís da Câmara Cascudo aponta os principais acontecimentos, como a construção do forte dos Reis Magos em 1598, que permearam a fundação da cidade do Natal. Além de construir uma narrativa destinada a explicação dos elementos fundadores da cidade, Cascudo aponta a trajetória dos topônimos que caracterizaram a urbe natalense. Sua escrita narra cada momento que se discutiu, entre as autoridades coloniais, acerca do destino toponímico que, posteriormente, teria o seu nome definitivo, cidade do Natal. Desta maneira, Luís da Câmara Cascudo historiciza o nome da cidade como reveladora do seu início, do seu nascimento. A busca do seu nome seria o encontro com sua origem. Daí a necessidade de se estabelecer uma trajetória histórica da toponímia para que a história da cidade pudesse ter sua origem. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980

³³² Ibid. Africanismo na toponímia do Rio Grande do Norte. *A REPÚBLICA*, 8 mai.1940; Aves na toponímia norte-rio-grandense. 2 jun.1940; Peixes na toponímia do Rio Grande do Norte. 30 jul.1940; Nomes novos para terras velhas. 9 nov. 1943.

³³³ Listaremos alguns artigos que Luís da Câmara Cascudo escreveu em meados das décadas de trinta e quarenta acerca da origem dos topônimos das cidades do Rio Grande do Norte e também do nome *Potiguar*. As cidades: O nome Goianinha. *A REPÚBLICA*, 7 fev.1942; O Município de nome chinês. 29 mar. 1942; O nome Canguaretama. 26 abr.1942; Vila nova do Príncipe e vila nova da Princesa. 31 out. 1943; Porque se chama cidade do Natal. 4 abr.1940.

processo identitário em torno do espaço norte-rio-grandense, estabelecendo, desta maneira, a relação entre toponímia e identidade.³³⁴

A escrita toponímica alinhavada ao processo identitário das cidades e do Rio Grande do Norte se consolida, na narrativa cascudiana, com a publicação em 1968 do livro *Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*, que segundo Cascudo, começou a ser escrito em junho de 1929 e terminou em setembro de 1952.³³⁵ Entretanto, sua publicação só veio posteriormente, dezesseis anos depois, num momento em que vários municípios antigos desmembram-se para a formação de novas unidades administrativas, cerca de oitenta e cinco cidades, no Rio Grande do Norte entre os anos de 1953 e 1963.

Diante de um novo redirecionamento na geografia municipal do Estado, o livro de 1968 assume desta maneira, uma posição estratégica. Ao fornecer informações sobre o surgimento dos municípios, Câmara Cascudo traça uma história para a nova configuração geográfica municipal e administrativa do Rio Grande do Norte. Sua escrita faz recrudescer um tempo de origem para os novos municípios a partir da história das velhas cidades, agora desmembradas pelo redirecionamento espacial agenciado pelo governo do Estado.

As novas cidades não teriam uma história em si, mas sim origens num movimento historiográfico primeiro, lá onde o município antigo se formou. Essa é a razão pelo qual Cascudo constrói uma narrativa toponímica dos municípios para estabelecer suas identidades primeiras atreladas aos condicionamentos das atividades econômicas ligadas à pecuária ou aos sítios agrícolas que forneceram a toponímia das primeiras cidades norte-rio-grandenses. Vejamos:

A história da fixação econômica no território de cada comunidade norte-rio-grandense tem o capítulo basilar no território onde o povoamento se iniciou nos séculos XVIII e XIX, e não nos aspectos presentes das unidades criadas de 1953 a 1963, ou seja, nos oitenta e cinco novos municípios mais de função político-eleitoral que de lógica econômica.

³³⁴ Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. O nome Potiguar. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v.32-34, p.37-46, 1935-1937.

³³⁵ Neste livro, Luís da Câmara Cascudo trata, no primeiro momento, do estudo da nomenclatura rural, desde a indagação, a tradução até a identificação dos topônimos dos municípios que constituíram a espacialidade do Rio Grande do Norte. Por conseguinte, no segundo momento do livro, Cascudo engendra uma escrita laudatória dos homens que, segundo ele, “fizeram, com amor e sacrifício, o Rio Grande do Norte, através do tempo”, homenageando-os através da imersão destes na história e na identidade norte-rio-grandense. *Ibid. Nomes da terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*. Fundação José Augusto, 1968. p.145.

Foram povoações, alguns já descritos com a dignidade de Vila, mas o passado se explica na continuação do trabalho coletivo no arruado de origem. Haviam nascido de sítios agrícolas ou de fazendas de pastorícia.³³⁶

Ao apresentar no livro de 1968 as origens toponímicas dos primeiros municípios do Rio Grande do Norte, Cascudo organiza uma maquinaria escriturária que tem como objetivo traduzir e identificar a origem do nome das cidades estabelecendo, simultaneamente, uma teia identitária que se finca tanto na geografia como na história.

Além da tradução e da identificação, escrever acerca dos topônimos das cidades imprime um gesto de imersão dos primeiros homens, fazendeiros e agricultores, na história dos municípios, pelo qual só foi possível, segundo Cascudo, através da ação desses homens embreados pelas motivações da pastorícia e das atividades agrícolas.

A toponímia, portanto, assume a posição do enlace, ao ligar os nomes da terra, agentes históricos (história) ao espaço municipal (geografia). Tal articulação se evidencia na seguinte passagem em que Luís da Câmara Cascudo nos aponta o objetivo do livro *Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte* (1968):

A possível informação, agenciada por mim, atende, normalmente, ao município antigo, de onde separou-se a nova entidade administrativa. As povoações, vilas e cidades autônomas, são resultados, reais ou convencionais, da projeção conquistadora do movimento pioneiro. (...) Era pra mim de alto interesse revelar os nomes dos fundadores de povoações que, partindo de 1953, foram municípios. Seria oportunidade divulgar a vida desses pioneiros da existência grupalista no Rio Grande do Norte. Não foi possível essa justa homenagem a esses velhos fazendeiros e agricultores pela falta e ausência de notícias, indispensáveis e contemporâneas. (...) NOMES DA TERRA não é lição decorada, cobre-rascunho, exibição de memória fiel, livro-de-livro, mas uma revisão sistemática no plano histórico, geográfico, toponímico, etnográfico, na técnica euclidiana dos contrastes e confrontos.³³⁷

A toponímia cose o movimento da história com a geografia. Daí, a dupla projeção do livro de 1968: estabelecer uma arqueologia dos Nomes da terra, isto é, a busca da origem do nome dos municípios e a articulação dos nomes da terra

³³⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte.** p.142

³³⁷ Ibid., p.143-144.

(fazendeiros, agricultores, tribos indígenas) com a história destes espaços. Assim, a toponímia nomeia-os, mas também funciona como elemento espacializante ao destinar um lugar nomeado, uma identidade aos espaços.

É nesta dinâmica ao dar sentidos e significados a partir do mecanismo de tradução e identificação de um determinado topônimo entrelaçado a uma espacialidade, no caso a cidade, que entendemos o esquadrinhamento do nome *Mossoró* por Luís da Câmara Cascudo nos livros *Notas e Documentos para a História de Mossoró* (1955) e *Mossoró, Região e cidade* (1980). Tal esquadrinhamento do nome *Mossoró* descende de uma escrita primeira datada em meados da década de trinta e quarenta e que se consolida com a publicação do livro *Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte* em 1968, no qual Cascudo articula a relação entre topônimos e cidades, e também as outras espacialidades no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, Cascudo evidencia as várias hipóteses para a descoberta do verdadeiro significado da palavra que deu nome a cidade: “Que quer dizer Mossoró? Acreditei, inicialmente, que o topônimo viesse do rio (...) Hoje, creio ter sido uma tribo indígena Mouxorós ou Monxorós os padrinhos do rio batizador.”³³⁸

Outros estudiosos como, por exemplo, Tavares de Lyra e Manuel Dantas³³⁹ já tinham destinado análises acerca da origem do termo *Mossoró*. Inclusive, Cascudo toma como referência as análises destes autores, justamente para negar suas proposições sobre a origem do nome *Mossoró*, tendo em vista que, para os autores supracitados, o topônimo vinculava-se a terminologia do rio Mossoró e não a tribo monxoró.³⁴⁰

Em posição oposta, Luís da Câmara Cascudo entende que o nome da terra não poderia descender de elementos da natureza, como, por exemplo, do rio, pois, segundo ele, somente o elemento humano poderia espalhar o topônimo e batizar rio, terra e região.³⁴¹ Cascudo entende que é a dimensão humana que constrói os nomes dos espaços e não a natureza como pensava Tavares de Lyra e Manuel Dantas. Para ele, os nomes da terra se imbricam nos nomes da gente.

³³⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, região e cidade**. p.13

³³⁹ Tanto Tavares de Lyra como Manuel Dantas já discutiam desde o início do século XX sobre a questão do nome Mossoró. Vale ressaltar que estes autores não se detiveram, como fez Cascudo, exclusivamente sobre a temática da toponímica. Tal tema aparecia acompanhado por outros objetos de estudos como a questão dos limites entre os Estado do Ceará e Rio Grande do Norte e também por estudos corográficos. Idem. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.177

³⁴⁰ Ibid., p.8

³⁴¹ Ibid., p.10

No caso do topônimo *Mossoró*, Cascudo o apresenta a partir da denominação da tribo indígena chamada de Mouxorós ou Monxorós que deu o nome a cidade.³⁴² Nesse sentido, Cascudo faz a seguinte descrição sobre a tribo indígena que deu nome ao rio Mossoró e, posteriormente, ao município:

Esses índios pertenciam ao grupo étnico que englobávamos, erradamente, sob a bandeira genérica de “tapuias”. O nome “tapuias” é espalhado na terra e dando rótulo a fazendas e sítios. Seriam, possivelmente, Cariris, não somente pela localização, como ainda pelo tipo, sabiamente, baixo, ágil, platicéfalo, com hábitos de guerra e espírito taciturno. Cariri quer dizer “calado”. Os índios Monxorós habitavam desde o Ceará, vivendo à margem do rio que lhes herdou o nome.³⁴³

Após sua incansável arqueologia toponímica e o denso relato das características dos índios Monxorós, Cascudo conclui que os nativos foram os responsáveis em nomear o município, o rio e a cidade. Para ele esse fenômeno era uma tendência natural que caracterizou toda a formação social das primeiras populações existentes no Brasil. Uma realidade presente na maioria “dos rios paraenses e amazônicos deveu aos índios das malocas ribeirinhas sua denominação, Amazonas, Tocantis, Juruá, Perus, Uaupé, etc.”³⁴⁴ Assim, Luís da Câmara Cascudo confere a importância do elemento indígena na denominação das primeiras regiões e municípios do Brasil. Mossoró, na visão cascudiana, seguiu a mesma lógica do restante do país.

Se na escrita cascudiana o índio contribuiu para a nomeação da topografia das mais variadas regiões do Brasil em outros aspectos da sociedade como a etnologia, a inserção dos elementos indígenas não teve tanta repercussão assim.

Na década de trinta, Luís da Câmara Cascudo escreveu dois artigos acerca da cultura e da sociedade indígena publicados pela Revista *Panorama*³⁴⁵ em 1936 e outro artigo publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1937 versando sobre as contribuições do elemento indígena na formação

³⁴² CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, Região e cidade**. p.13

³⁴³ *Ibid.*, p.14

³⁴⁴ *Id.*

³⁴⁵ *Id.* Os índios conheciam a propriedade privada?. *Panorama*. São Paulo. ano 1. 1936; A criação do homem entre os índios do Brasil. *Panorama*. São Paulo. ano 1. 1936. A revista paulista *Panorama* era um imprenso de vinculações políticas junto ao movimento Integralista. Vários intelectuais, como: Plínio Salgado, Tristão de Ataíde, Ernani Silva Bruno, dentre outros, contribuía com a publicação de artigos que versavam sobre os diferentes temas de abordagem nacional, desde a cultura popular a projetos políticos nacionais.

social, cultural e étnica do Brasil.³⁴⁶ Neste último artigo citado, Cascudo minimiza a influência do elemento indígena na formação etnológica do povo norte-riograndense,³⁴⁷ relegando-os a uma posição ofuscada pela superioridade branca nos elementos formadores da sociedade potiguar.

Não é possível afirmar uma influência étnica decisiva ou mesmo apreciável, do índio na população norte-riograndense. Tiveram eles uma guerra de extermínio, como não a fizeram os próprios Paulistas, nas bandeiras conquistadoras ou nos assaltos às reduções jesuítas. (...) A influência indígena é mais étnica, folclórica, tradicional que étnica.³⁴⁸

Embora, Cascudo tenha interditado a contribuição considerável do índio na formação social e étnica do Rio Grande do Norte, ao se tratar da nomeação dos espaços ao longo do território brasileiro, a presença indígena é posicionada em lugar de destaque para essa construção. No caso, a identidade primeira da cidade, tomada aqui pela arqueologia toponímica que Cascudo constrói em sua narrativa, tem no índio seu elemento formador, como ele mesmo realça: “Devem batismo a outro motivo, nobre e móbil, guerreiro e viril, numa herança obstinada e grata de sua permanência batalhada. Assim passaram os Mouxorós deixando rastro grande na terra...”³⁴⁹

O fomento investigativo de Cascudo pela busca do significado da palavra *Mossoró* evidencia a descendência do nome a partir da contribuição indígena. Esta é a única vez que os índios aparecem na história mossoroense, somente para emprestar o nome da tribo para o rio e, posteriormente, a cidade. O topônimo além de fazer emergir a identidade primeira da cidade, encerra a atuação do índio na história de Mossoró. Depois da genealogia do nome, não há lugar para o elemento indígena na trama cascudiana sobre Mossoró. O índio é silenciado.

³⁴⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. O Povo do Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, ano 1, v. 32/34, 1935-1937.

³⁴⁷ Discutiremos as razões da sobrepujança branca em detrimento das demais etnias um pouco mais a frente no subtítulo *Mossoró, terra de liberdade, tramas da escravidão e da abolição no espaço mossoroense*.

³⁴⁸ Idem. O Povo do Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, ano 1, v. 32/34, p.72-73, 1935-1937.

³⁴⁹ Idem. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. p. 10.

3-2-“O resto é lenda”: a presença holandesa nas terras de Mossoró

Outros relatos iniciais concernentes à história de Mossoró vão aparecendo nas narrativas de Cascudo como, por exemplo, a efêmera estadia holandesa nas adjacentes salinas mossoroenses.

Ao escrever sobre a presença holandesa tanto no Rio Grande do Norte como em Mossoró, Luís da Câmara Cascudo aponta que a trajetória flamenga nestes espaços não se configurou de maneira decisiva e nem longa, mas sim fugaz e passageira.

Tal asserção foi uma constante no final da década de trinta e ao longo da década de quarenta quando Câmara Cascudo escreveu inúmeros artigos no jornal *A República* e nos diversos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo nordeste sobre os holandeses na geografia nacional, regional e municipal.³⁵⁰ Muitas destas escritas foram reunidas num livro intitulado de *Os holandeses no Rio Grande do Norte* publicado em 1949 pelo Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte.³⁵¹ Outros artigos acerca do mesmo tema serviram de base para a publicação de outro livro em 1956, intitulado de *Geografia do Brasil Holandês*. Em artigos e livros, Luís da Câmara Cascudo tratou dos diversos assuntos relacionados à contribuição ou não dos flamengos na formação étnica, social, cultural, material e política do Brasil e, mais precisamente, da região nordeste e, mais especificamente, do Rio Grande do Norte.

Seus estudos acerca da estadia holandesa em terras brasileiras extrapolaram os limites dos Institutos Históricos e dos círculos intelectuais do nordeste, atingindo um respaldo no âmbito nacional a partir da sua participação através da publicação do artigo “Geografia do Brasil Holandês”³⁵² no IV Congresso de História Nacional realizado no Rio de Janeiro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre os dias 21 e 28 de abril de 1949. O intuito do congresso era celebrar o quarto centenário da

³⁵⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Geografia Alagoana no domínio Holandês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió. ano.21. p. 18-26, 1940-1941; Geografia de Sergipe no domínio Holandês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. anos (1930-1940). p.1-6; Informação geográfica do Ceará Holandês. **Revista do Instituto do Ceará**. ano (1941).p.68-80; Inventário Holandês no Rio Grande do Norte. **A REPÚBLICA**, 18 abr. 1943; O Braço holandês do Rio Grande do Norte. 28 mar. 1943; Sangue holandês no Rio Grande do Norte. 27 jan. 1940. Em Outubro e Novembro de 1949, Luís da Câmara Cascudo escreveu ainda para o jornal *A República* os seguintes artigos: **Trabalho Holandês na Lagoa de Extremóz; Os Misteriosos fortins Holandeses; O massacre de Uruaçu; Jacó Rabi, Inspirador de Massacres; Os tesouros deixados pelos holandeses; O Braço Holandês no Rio Grande; Governo Holandês no Rio Grande; O Holandês na Toponímia norriograndense; O Rio Grande que o Holandês conheceu.**

³⁵¹ **A REPÚBLICA**, 4 dez. 1949.

³⁵² Sete anos depois do IV Congresso de História Nacional no Rio de Janeiro, Luís da Câmara Cascudo tem um livro publicado pela editora José Olympio em 1956 sobre a temática da presença holandesa no território brasileiro cujo título é “Geografia do Brasil Holandês”.

fundação da cidade de Salvador e da instituição do Governo Geral. Para isso o referido evento reuniu cento e cinquenta pesquisadores entre os quais vinte estrangeiros, dezesseis deles integrando a delegação oficial de Portugal, enviada pelo governo de Antônio de Oliveira Salazar.

O itinerário acadêmico abordaria o período da história colonial e deveria contar com a presença de especialistas estrangeiros, sobretudo, aqueles advindos da antiga metrópole, no caso Portugal, já que em última análise tratava-se de privilegiar a história da *América Portuguesa*.³⁵³ Sobre esse acontecimento a historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães, analisa:

A idéia de congregar historiadores dos dois lados do Atlântico para estudos de interesse comum já fora aventada na *Casa da Memória Nacional*. Em 1908, a pretexto da anunciada visita ao Brasil do rei D. Carlos de Portugal, o Barão do Rio Branco, então presidente da *Casa*, planejou patrocinar uma reunião semelhante àquela sugerida por Pedro Calmon. O Barão já havia até preparado a pauta do evento, quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia do assassinato do monarca, o que inviabilizou o pretendido projeto.

(...)

O recorte temporal abarcava o período compreendido entre 1500 e 1763, ou seja, desde a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao sul da Bahia até a transferência da sede do governo geral de Salvador para o Rio de Janeiro. A periodização escolhida e a diversidade de campos de investigação propostos apontam para a intenção do Instituto de promover uma grande revisão do conhecimento histórico disponível sobre o período colonial, com ênfase no chamado ciclo baiano.³⁵⁴

A aproximação da intelectualidade luso-brasileira desponta da própria necessidade emergida com o estreitamento das relações entre Brasil e Portugal durante o governo Estado Novista. As parcerias entre os Institutos Culturais, como o IHGB e o Estado Vargas³⁵⁵ permitiram que houvesse um fluxo intenso de troca intelectual entre

³⁵³ Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil Colonial (Rio de Janeiro, 1949). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n.48, 2004.p.146

³⁵⁴ *Ibid.*, p.147

³⁵⁵ “Tal fato podia ser associado, de forma irrefutável, à mais importante medida governamental na área da organização institucional no campo do saber histórico: a modernização do IHGB, com sua expansão territorial, o que se revelava através da produção intelectual. São comentadas, no caso, iniciativas do IHG de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul- que promove o 3º Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia- e do Rio Janeiro, que realiza, em 1938, o 3º Congresso de História Nacional. Como um grande evento.” Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999 p.152-153

o Brasil e os outros países, sobretudo, daqueles com aproximações políticas e ideológicas, tais como: Portugal e França³⁵⁶, bem como entre os Estados da federação.

A presença de Luís da Câmara Cascudo e de outros intelectuais “adjacentes” ao eixo Rio-São Paulo, como por exemplo, o geógrafo pernambucano Josué de Castro, estendeu a diversidade dos estudos concernentes aos temas do Brasil colônia. Inclusive, a abordagem cascudiana sobre a temática do Brasil holandês pode ser considerada como um novo olhar em torno deste acontecimento histórico nacional, tendo em vista que as perspectivas historiográficas anteriores enfocavam a invasão holandesa a partir da batalha dos Guararapes e/ou para a exaltação do nativismo.³⁵⁷

A dimensão que Luís da Câmara Cascudo deu através da sua escrita da história sobre a presença flamenga ao longo do território brasileiro atendeu as prerrogativas do próprio Congresso, uma vez que o cerne das discussões deveria girar em torno da temática da história nacional a partir de um olhar luso-brasileiro. A identidade histórica, premissa do evento, deveria ser construída a partir da bifurcação das dimensões historiográficas de ambos os países. Não é a toa que a escrita cascudiana se envereda nesta direção, interditando a contribuição holandesa, por estar fora do âmbito luso-brasileiro, fazendo emergir as características sociais e culturais inerentes à colonização portuguesa em detrimento do empreendimento holandês, evidenciando os lusos e silenciando, até mesmo excluindo, as contribuições dos flamengos na formação da sociedade brasileira. Vejamos:

Tivemos alguma influência étnica holandesa? Esses olhos azuis e esses cabelos loiros, essas peles claras e esses tipos airosos, desempenados e ágeis não serão herança flamenga? (...) Tinham os holandeses um tipo étnica que possibilitasse essa identificação numa distância de três séculos? Olhos azuis, cabelo claro, pele branca são preferencialmente pertencentes a algum grupo étnico nesse mundo? Certamente que não. (...) Etnicamente não me parece provável que se possa afirmar olhos azuis, cabelo claro e pele branca como índices de ascendência holandesa.³⁵⁸

³⁵⁶ “A ligação com a França não é constrangedora para o Estado Novo: é o país cuja cultura é mais influente no Brasil. É uma potência decaída, é sobretudo uma França que autoritariamente silenciou as referências revolucionárias e republicanas, cujo regime, de certo modo, parece aproximar-se ao do Brasil. Enfim, é uma França incluída no ambiente geral de um Europa continental nova e predominantemente nazifascista.” Sobre a relação entre os intelectuais franceses e o Estado Novo. Cf. ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003.p.109

³⁵⁷ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op.cit., p.160

³⁵⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 89 e 92.

Para Luís da Câmara Cascudo os holandeses não contribuíram em nenhum dos aspectos políticos, culturais e étnicos para a sociedade brasileira. A não contribuição neerlandesa foi justificada por ele a partir de uma série de condicionamentos que não permitiram a fixação permanente do holandês no Brasil.

A não disposição holandesa em se miscigenar com nativos e escravos, em não usufruir da degustação culinária dos trópicos e a não adaptação perene no espaço brasileiro, permitiu que sua estadia justificasse segundo Cascudo, as poucas influências flamengas na arquitetura, na etnia, na cultura material e imaterial, no vocabulário, do ser social brasileiro.³⁵⁹

Ao expor o itinerário holandês no Brasil, Cascudo o compara com as condições que permitiram o sucesso da colonização portuguesa em relação à flamenga. Diferentemente do holandês, o colonizador luso lançara as bases para a miscigenação cuja prática tinha uma importância existencial para os empreendimentos fixadores da lógica colonizadora, como destacou o próprio Luís da Câmara Cascudo em 1956: “Faltou aos Holandeses essa virtude, instintiva e natural no Português que, desde as primeiras manhãs no Brasil colonial, lembrou-se de ir fazendo um povo para substituí-lo e dominar nas terras Del rei.”³⁶⁰ Desta maneira, o português se apresentara na narrativa cascudiana como povo apto à estrutura climatológica, geográfica, culinária, no qual os entraves naturais que circundavam as possíveis dificuldades na colonização foram sendo desmontadas e reapropriadas para o usufruto da empreitada portuguesa na colônia.

Ao evidenciar as características que deram sucesso a fixação portuguesa, Cascudo prescreve uma dada leitura que é a própria antítese dos investimentos holandeses no solo brasileiro. Logo, seu objetivo é interditar qualquer possibilidade de uma formação identitária flamenga, tanto cultural e étnica como também historiográfica. Assim, a diferença estabelecida por Cascudo entre lusos e neerlandeses, justifica-se a partir de uma escrita da história que entende a presença holandesa a partir da versão luso-brasileira.

Em posição oposta a construção cascudiana acerca da estadia holandesa no Brasil, a historiografia pernambucana, tanto aquela ligada ao Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano, como aquela vinculada ao trabalho de Gilberto Freyre, analisa a presença holandesa em Pernambuco, o governo de Nassau, as transformações

³⁵⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. p.37-72.

³⁶⁰ Ibid., p. 25

urbanas introduzidas no Recife e a Insurreição Pernambucana para construírem um discurso identitário, tanto para Pernambuco- e como extensão para o Nordeste-, bem como para a cidade do Recife.³⁶¹ Freyre, atribui à influência holandesa no século XVII um dos fatores de diferenciação do Nordeste, até do ponto de vista cultural do restante do país, a partir do momento em que a cidade do Recife se constituiu em centro administrativo de uma área equivalente ao atual Nordeste, além de centro financeiro, comercial e intelectual judaico-holandês.³⁶²

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, tal tendência historiográfica trata de maneira positiva a presença holandesa, “notadamente o período nassoviano, partindo deste, para destacar a diferença civilizacional e de modernidade de Pernambuco e, notadamente, de sua capital, em relação ao restante do país.”³⁶³

Indo na contramão da visão pernambucana, Luís da Câmara Cascudo considera esta perspectiva historiográfica do domínio holandês como sendo fruto de mitos e da imaginação, que o próprio Cascudo se empenhava em desfazer.³⁶⁴ Tomemos como exemplo, o trecho de um artigo publicado no jornal A República do dia dezoito de Abril de 1943, cujo título é *O Inventário Holandês no Rio Grande do Norte*:

De dezembro de 1633 a fevereiro de 1645 dominaram os holandeses no Rio Grande do Norte. Materialmente nada fizeram (...) Não construíram uma só casa. Nenhum engenho. Há, entretanto, uma multidão de lendas e de mentiras, enrolando o holandês no que bem não fez. Até os desenhos rupestres, desenhos nas pedras, os letreiros que os indígenas tupis denominavam itacootiáras, são dadas como “obras” dos holandeses.³⁶⁵

Além de desfazer o que ele considera de mitos em torno da presença holandesa, a escrita cascudiana também se comprometia em encerrar a questão, interditar outras possibilidades para a interpretação do evento. É comum em sua narrativa acerca da estada flamenga no Brasil, não só desvelar mitos, mas também impossibilitar novas leituras, promovendo, desta maneira, sua escrita como sendo unívoca, unilateral, na qual todas as outras versões historiográficas se colocassem como suspeitas diante dos

³⁶¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Uma Projeção Lírica, Uma poesia Recordadora: o Nordeste de Câmara Cascudo. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional.** p.191

³⁶² Ibid., **A Invenção do Nordeste e outras artes.**p.89

³⁶³ Id.

³⁶⁴ Ibid.,p.192

³⁶⁵ A REPÚBLICA, 18 abr.1943.

auspícios do seu veredicto escriturário. Sua narrativa, portanto, encerra o itinerário holandês, pois “o resto é lenda”.³⁶⁶

Nesse sentido, ao narrar a presença holandesa no Rio Grande do Norte, Cascudo a delimita, demarcando-a como sendo, segundo ele, violenta devido à intolerância religiosa por parte dos flamengos ao exterminarem, juntamente com os índios Janduí, os colonos dos engenhos de Uruaçu e Cunhaú.³⁶⁷ Mesmo deixando uma paisagem violenta, os holandeses para Cascudo não se estabeleceram de forma definitiva e nem prolongada, tanto temporalmente como espacialmente, não deixando muitos traços da sua cultura material e imaterial. É nesse âmbito que Câmara Cascudo narra a passagem holandesa em terras mossoroenses.

A existência de sal nas adjacências onde hoje se localiza a cidade de Mossoró, segundo Cascudo, foi decisiva para despertar os interesses holandeses pela região.³⁶⁸ Toda a empreitada flamenga no espaço onde se constituiria mais tarde a cidade de Mossoró, foi explicitada por Câmara Cascudo a partir de um só indivíduo, a saber, Gedeon Morris de Jonge. “A história desta presença holandesa no litoral explicar-se-á por um simples nome, Gedeon Morris de Jonge.”³⁶⁹ A narrativa cascudiana centraliza em um único sujeito, detendo-se no singular, interditando uma participação plural no acontecimento. Claramente, podemos perceber a influência da historiografia do século XIX na escrita cascudiana, uma vez que esse modelo historiográfico é centrado na história dos indivíduos “que conduz a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, no lugar de ordená-los em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida.”³⁷⁰

³⁶⁶ Quando Luís da Câmara Cascudo escreve entre 1953 e 1955 sobre a presença holandesa em Mossoró, ele interdita outra visão sobre o evento. Ao narrar às aventuras do holandês Morris de Jonge nas salinas adjacentes a Mossoró, Câmara Cascudo põe um ponto final na estadia neerlandesa em solo mossoroense. Desta maneira, ele põe sob suspeita qualquer informação que não esteja vinculada a sua versão, autorizando sua própria escrita, enterrando o passado, encerrando o evento, como ele mesmo destacou: “É a presença flamenga nas terras de Mossoró. O resto é lenda.” CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**, p. 12

³⁶⁷ Mais conhecido como o episódio do Massacre de Uruaçu e Cunhaú ocorrido em decorrência dos ataques dos holandeses e dos índios Janduí às populações destes espaços em Outubro de 1645. Sobre esse evento Luís da Câmara Cascudo escreve da seguinte maneira: “Ali (Cunhaú) (grifo nosso) se deu o massacre, 16 de julho de 1645. Homens, mulheres, crianças foram trucidados dentro da Capela, ouvindo a Missa, contritos, na hora da Elevação. Ainda hoje existe a tradição de fazer-se promessas às santas almas dos mártires de Cunhaú. Foram mártires legítimos, pelo seu Deus e pelo seu Rei, naquele momento representando a própria Pátria que nascia num duelo de armas.(...) A massa indígena estava dividida. Os de raça tupi, em maioria, ficaram fieis aos portugueses. Os demais, Cariris, aliaram-se aos holandeses. (...) Os colonos ajoelhados, foram abatidos como ovelhas, às dezenas, sem a menor reação. Foi assim o massacre de Cunhaú.” A REPÚBLICA, 16 jul. 1943.

³⁶⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. Op.cit., p.11 e 12

³⁶⁹ Ibid., p.10

³⁷⁰ SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Bauru: EDUSC, 2003 p.112

O mesmo sujeito histórico, Morris de Jonge, foi responsável pelo levantamento e informação junto ao governo neerlandês sobre os aspectos geográficos do Ceará.³⁷¹ Desse modo, a presença holandesa em Mossoró é tratada por Cascudo como uma extensão do que ocorreu no Ceará.

Cascudo, parte então da mesma premissa, isto é, o que possibilitou a presença holandesa na região cearense foi a mesma motivação que se encontrava nas adjacências de Mossoró, no caso, as salinas, tão estratégicas e importantes para o abastecimento e o complemento da cultura açucareira em Pernambuco.

Por conseguinte, ao descrever cronologicamente o período da presença holandesa na costa mossoroense, Cascudo demarca o que é verdadeiro e o que falso, se propondo a desmistificar ficções e anedotas, restringindo qualquer relação duradoura entre a aventura flamenga com o espaço mossoroense, resumindo o evento da seguinte maneira:

Conheceu, no máximo e vagamente, uns quarenta quilômetros para o interior. Todo trabalho foi ao longo das praias, a menos de 1000 metros do mar. Era este rio Upanema o rio das salinas sabidas e aproveitadas. É a presença flamenga nas terras de Mossoró. O resto é lenda...³⁷²

Assim como o restante do Rio Grande do Norte, a passagem holandesa em Mossoró foi efêmera não possuindo uma presença marcante do seu traço nas raízes étnicas do povo mossoroense ou em qualquer outro aspecto da sociedade.

A escrita cascudiana é apenas descritiva, ordenando o acontecimento cronologicamente, escavando o passado colonial para por em questão a impossibilidade do sangue holandês e o dogmatismo protestante na região, aferindo que a formação social do espaço mossoroense esteve fortemente ligada à presença católica de linhagem portuguesa, inscrita na missão dos frades Carmelitas.

3.3 A fé, a expansão e o olhar outro: a formação do espaço mossoroense

Ao narrar acerca da formação do espaço mossoroense, Luís da Câmara Cascudo destaca dois aspectos que demarcaram o povoamento e a espacialização primeira de

³⁷¹ CASCUDO, Luís da Câmara. Informação geográfica do Ceará Holandês. In: Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. ano 1941. tomo 55. p.68-80.

³⁷² Id. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.12

Mossoró. Tais elementos foram: a presença dos frades carmelitas e da própria Igreja católica e a expansão da pecuária, ambas ocorridas durante o século XVIII.

Em vários momentos de sua escrita, sobretudo nas décadas de trinta e quarenta, Cascudo abordou a questão formativa dos espaços do Rio Grande do Norte desde o litoral até o interior. Se na região litorânea a presença dos engenhos de açúcar foi fundamental para a explicação do seu povoamento e da sua conquista, no século XVIII a expansão do gado e a presença das missões católicas, através da construção de capelas, constituem o arraçoado cascudiano sobre a formação espacial do interior norte-rio-grandense.³⁷³

Localizando Mossoró como recorte espacial de referência interiorana, sua historicidade coaduna-se com o mesmo movimento- expansão dos currais e das capelas- que tornou inteligível o processo de povoamento e de conquista que permeou a constituição dos territórios do interior do Rio Grande durante o século XVIII.³⁷⁴

Como destacou Luís da Câmara Cascudo em 1953: “A história de Mossoró fora uma história de fazendas de criar”³⁷⁵, remetendo, desta maneira, a formação do espaço mossoroense ao mesmo princípio do restante interiorano do Rio Grande, localizando a expansão pecuarista não só como produtora dos diversos espaços do interior da capitania, mas também como promotora da própria organização social destas espacialidades, estruturadas pelas dinâmicas sociais tão características de uma sociedade tipicamente sertaneja.

Para Câmara Cascudo a maleabilidade das relações sociais (senhor e escravo), o convívio pacífico entre ambos, a produção de uma sociedade calcada na harmonia, no compadrio, faz-se “o complexo sociológico” sertanejo, isto é, interiorano.³⁷⁶ Nesse caso, para Cascudo, as fazendas de criar não só demarcam os primeiros limites territoriais do espaço, mas também circunscrevem uma dada maneira de ser do social. Assim, a escrita cascudiana evidencia o papel da pecuária, na qual extrapola as barreiras espaciais para ganhar uma dimensão também no social.³⁷⁷

³⁷³ CASCUDO, Luís da Câmara. O Povo do Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, ano 1, 32/34, p.67, 1935-1937

³⁷⁴ Id. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Fundação José Augusto, 1968, p.142

³⁷⁵ Resumo da conferência de Luís da Câmara Cascudo no cine-teatro Pax, na noite de 30 de setembro de 1953, inaugurando o curso de Antropologia Cultural. Idem. *Sociologia da Abolição em Mossoró*. **Separata do Boletim Bibliográfico**. n. 95/100. 1956. p.2

³⁷⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *Sociologia da Abolição em Mossoró*. **Separata do Boletim Bibliográfico**. n. 95/100. 1956. p.5

³⁷⁷ Veremos essa dimensão da sociedade sertaneja no tópico referente à escravidão no Rio Grande do Norte e em Mossoró.

Entretanto, para Luís da Câmara Cascudo a formação e povoamento do espaço mossoroense não esteve vinculado somente à expansão da pecuária. Cascudo a centraliza também na atuação dos frades carmelitas nesse processo.

A descrição cascudiana da ação carmelita como um dos elementos fundadores do povoado na qual fundará a vila e depois a cidade de Mossoró, não está apenas como um dado documental é, de certo modo, estratégico.

Os carmelitas aparecem na narrativa cascudiana para demonstrar a relação da fé católica com a demarcação e a fundação do espaço mossoroense. Ao narrar este processo, Luís da Câmara Cascudo evidencia o papel civilizador e conquistador dos missionários carmelitas apontando a habilidade exercida pelos frades no trato com os indígenas e nas tarefas cotidianas do povoado: “Os conventos fundavam capelas, sítios e plantio, conquistando o indígena para o trabalho regular e sedentário, erguendo casebres e sistematizando um regime normal de existência com base na agricultura e alguma pastorícia.”³⁷⁸

Tal centralidade na atuação dos missionários carmelitas justifica-se pela ligação de Cascudo com a crença católica. Posto desta maneira, a escrita cascudiana sobre a presença carmelita em Mossoró une sua concepção religiosa e historiográfica, uma vez que para ele em vários episódios da história do Brasil e do Rio Grande do Norte, o papel dos agentes religiosos católicos foi decisivo para a conflagração dos processos de conquista e de colonização.³⁷⁹

No entanto, a narrativa cascudiana sobre a saga da presença missionária católica não se deteve somente na atuação carmelita. Outras ordens, como os padres capuchinos também teriam marcado presença na constituição da sociedade nascente a partir das missões pelo sertão, como diz Luís da Câmara Cascudo:

Notável foi a participação dos frades Capuchinos pregadores tradicionais das Santas Missões. Há, por todo o sertão, a pegada vibrante desses missionários do espírito popular. (..) Foram espalhando a devoção a Maria Santíssima e à Imaculada Conceição, a S. Francisco (sic) e a Santo Antônio, o mais popular dos santos na predileção brasileira, aproveitando inteligentemente os elementos psicológicos para uma cooperação incompatível e devocional.³⁸⁰

³⁷⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 2001. p.14

³⁷⁹ Ibid. p.127

³⁸⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.43

Para Câmara Cascudo não só as ordens determinavam os primeiros momentos de gestação do espaço mossoroense, mas a Igreja, no seu âmbito material e institucional, era um marco de evolução da cidade. Para ele o ritmo do crescimento dos fiéis numa determinada comunidade ou povoação possibilitava uma passagem na escala da hierarquia não só eclesiástica, mas também na sociedade e na estrutura urbana. Desta maneira, a mudança da categoria de freguesia para vila e, posteriormente, para cidade, dependeria do ritmo eclesiástico, ou seja, ao passo que a estrutura da Igreja ia se modificando, o espaço se tornava cada vez mais complexo e próximo de uma organização urbana.

Câmara Cascudo alega que para se tornar freguesia o povoado de Santa Luzia de Mossoró³⁸¹ teve que promover uma petição junto a Assembléia Provincial para que a Capela se tornasse uma Matriz, tendo em vista que a mudança do predicamento da estrutura da Igreja, de Capela para Matriz, se coaduna com a mudança na realidade espacial tornando-se mais complexa, de povoado para Freguesia. Para Cascudo tal hierarquização não significaria somente uma autonomia religiosa, mas “uma valorização social da terra, uma promoção por tempo de serviço, garantindo-se para o futuro o desenvolvimento da povoação sob a regularidade distributiva dos Sacramentos.”³⁸² Vejamos:

A presença da Capela anuncia a estabilidade da família, a economia organizada, a vida normal, rítmica, fixada num diagrama de percurso social tranqüilo e seguro. O primitivo curral desdobrou-se e a casa de moradia já se irradiou ao redor, semeando a esperança de povoação. (...) Subtendia-se que a massa demográfica se adensara visivelmente e, mesmo o povoamento esparso, espalhado nas fazendas e sítios, existia um número considerável de “almas”, cristãs e fiéis, podendo convergir facilmente para o centro votivo que se ergueria sob bênçãos da igreja e permissão canônica.³⁸³

Para Cascudo a Igreja Católica e suas ordens assumem de certa forma, uma posição central na evolução do espaço urbano determinando suas características sociais e culturais. Desta maneira, padres, carmelitas e capuchinhos entram na história mossoroense, via escrita cascudiana, para se tornarem sujeitos históricos ativos e

³⁸¹ A fazenda de Santa Luzia foi, segundo a historiografia mossoroense e cascudiana, o marco inicial do espaço mossoroense. Cf. ROSADO, Vingt-un. **Mossoró**. p. 192

³⁸² Id. Op.cit., p.26

³⁸³ Id. Op.cit., p.40

munidos do espírito povoador e conquistador que demarcou os primeiros anos da povoação em torno do Rio Mossoró.

Assim, para Cascudo a presença católica e a criação de gado constituem no século XVIII a formação do espaço mossoroense, interditando qualquer contribuição estrangeira e protestante, no caso, holandesa, na produção da referida espacialidade. Para Câmara Cascudo frades e criadores se assemelham não só pelo “destino” comum, povoar e conquistar, mas por partilhar o ímpeto genealógico do espírito fixador e penetrante, típicos do homem português.³⁸⁴

Luís da Câmara Cascudo ao evidenciar os dois aspectos, o religioso e o expansionista, institui uma história para Mossoró que converge para a valoração de elementos do modelo luso-católico que fez questão de apontar em outros momentos da sua escrita, sobretudo, na década de trinta e quarenta, uma narrativa laudatória concernente ao papel da religião católica nos primeiros anos da colonização e também ao “espírito civilizador” e conquistador dos criadores de gado, responsáveis pela formação espacial do sertão norte-rio-grandense e mossoroense. Espaços estes produzidos não só pelos terços e missões e/ou pela pisadura do gado e da fixação do senhor da fazenda de criar, mas também formado pelo olhar esquadrinhador e pela paisagem registradora de diversos viajantes que no início do século XIX se enveredaram pelo Brasil.³⁸⁵

Nesse sentido, a formação do espaço não se deu somente pela missão e pela expansão, mas se constituiu também pelo ver e fazer ver dos viajantes que passaram e narraram seus itinerários pela fazenda de Santa Luzia e pelo Rio Grande. Nestes espaços, Luís da Câmara Cascudo destacou a figura do viajante Henry Koster, português de descendência inglesa que no início do século XIX veio a Pernambuco comercializar.³⁸⁶

Realizando uma viagem de Recife a Fortaleza em 1810, Henry Koster atravessa o arraial de Santa Luzia, escrevendo um depoimento acerca deste povoado. É interessante apontar que no período da Colônia o termo *Mossoró* não era utilizado para nomear o povoado, mas sim Santa Luzia. Daí a justificativa de Koster ter descrito no seu diário o termo Santa Luzia e não Mossoró. Este último termo é tomado como

³⁸⁴ A REPÚBLICA, 15 ago.1941.

³⁸⁵ Ao longo do século XIX diversos viajantes se aventuraram em missões científicas e artísticas, a fim de registrar o que vinham a até mesmo formular um saber científico sobre a fauna e a flora do Brasil. Destacamos alguns deles: Henry Koster, Tollenare, James Henderson, Johan Moritz Rugendas, Maria Graham, Von Spix, Von Martius, dentre outros.

³⁸⁶ A REPÚBLICA, 7 mar.1943.

referência por Cascudo e não por Koster. Ao se referir a Mossoró, Câmara Cascudo não menciona a terminologia Santa Luzia como toponímia que nomeava aquele espaço no momento da Colônia. Essa construção cascudiana é estratégica, pois coloca *Mossoró* antes mesmo da colonização, como se esse termo existisse desde sempre. Como vimos nas páginas anteriores desse capítulo, Cascudo entende o papel do catolicismo na formação social e espacial “mossoroense”, mas não evidencia a origem do termo Santa Luzia, cuja raiz toponímica se encontra na própria ligação com o catolicismo, justamente para que a terminologia, *Mossoró*, pudesse ser considerada como uma identidade que atravessou o tempo. Assim, a escrita cascudiana emudece o termo Santa Luzia para fazer emergir *Mossoró*. Daí, a estratégia de Cascudo de escrever sobre a presença holandesa em *Mossoró* e a visita de Henry Koster ao espaço *mossoroense*, justamente para construir, a partir do termo *Mossoró*, uma identidade espacial para a cidade.

Para Cascudo a escrita de Koster, constituía o primeiro e o melhor depoimento sociológico etnográfico da região. Ele ainda acrescenta: “O Rio Grande do Norte não teve outros viajantes ilustres e Koster (...), foi-nos inicial valiosa”.³⁸⁷ Assim como Mossoró, o Rio Grande do Norte não existia enquanto uma identidade espacial como entendemos hoje, entretanto Cascudo evidencia o termo para instituir uma teia identitária para a história do próprio espaço norte-rio-grandense.

Desde a década de quarenta, Luís da Câmara Cascudo escrevera artigos sobre os relatos de Henry Koster no Brasil, tornando-se um dos intelectuais brasileiros que mais se empenhou no estudo da vida e da escrita do referido viajante.³⁸⁸ Inclusive, o livro *Travels in Brazil* escrito por Henry Koster em 1815 e publicado um ano depois em Londres, sendo publicado no Brasil pela primeira vez em 1942 com o título de *Viagens ao Nordeste do Brasil* pela Companhia Editora Nacional, foi traduzida e comentada por Luís da Câmara Cascudo no início dos anos quarenta.³⁸⁹ É interessante destacar a tradução que Cascudo fez do livro de Henry Koster que poderia ser traduzido por *Viagens ao/no Brasil*, mas que a escrita cascudiana faz questão de modificar o título do livro com o intuito de instituir uma “identidade nordestina” a partir da presença de

³⁸⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.21

³⁸⁸ Em 22 de Agosto de 1941, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, convidou Câmara Cascudo para o evento anual promovido pela mesma instituição no Rio de Janeiro, no qual o intelectual proferiu uma conferência com o tema “O Brasil de Henry Koster”, sendo presidida pelo até então chefe de serviços de imprensa do Ministro das relações exteriores, Renato de Almeida. A REPÚBLICA, 22 ago.1941

³⁸⁹ A REPÚBLICA, 7 mar.1943

Koster no Norte.³⁹⁰ Ao relatar que Henry Koster viajou para o Nordeste, Cascudo põe sua escrita numa estratégia identitária, isto é, ele cose uma narrativa que identifique o itinerário de Koster ao “espaço nordestino”. Ao desnaturalizar os espaços, podemos aferir que o viajante não passou pelo Nordeste nem em Mossoró, mas sim pelo Norte e pelo arraial de Santa Luzia.

O destaque dado por Cascudo aos relatos de Henry Koster justifica-se não só pelas estratégias na formação das identidades espaciais, mas também pela empatia que o primeiro tem pela escrita do segundo. Vejamos:

Koster demorou-se muito em sua peregrinação pelo Brasil, estudou tudo criteriosamente, não se cansou de indagar, de esquadrinhar tudo, como uma percuciência que espanta e com entusiasmo que lisonjeia e muito.³⁹¹

O elogio feito à escrita de Koster está intrinsecamente relacionado com o modelo de escrita cascudiano. Ambos, mesmo se posicionando em temporalidades diferentes, conferem ao relato o dever de registrar tudo o que vê com clareza e verdade. Da mesma maneira que Koster foi um viajante comprometido com a verdade caracterizada pela descrição do que viu, Cascudo assumiu nos anos trinta a mesma posição.

Ambos se assemelham por serem, em um determinado momento de suas vidas, viajantes. Ao viajar pelo sertão norte-rio-grandense em 1934³⁹², Cascudo tem como incumbência registrar tudo o que vê, esquadrinhando a cultura, o social e o econômico do sertão potiguar.³⁹³ O registro do que vê é empático a escrita cascudiana. Desse modo, Henry Koster e Câmara Cascudo se assemelham não só por serem viajantes, mas pelo gesto da escritura, embora estejam distanciados pelo tempo.

Henry Koster recebeu uma posição de destaque na escrita cascudiana não só pela descrição que tudo vê, mas também, segundo Cascudo, pelo amor a terra e a gente dos

³⁹⁰ Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior o Nordeste é filho da antiga geografia do país, segmentada entre Norte e Sul. Isto é, antes da República a divisão geográfica do Brasil era caracterizada a partir da dimensão naturalista que organizava espacialmente o país em Norte e Sul. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

³⁹¹ A REPÚBLICA, 6 nov.1941.

³⁹² Posteriormente, no subtítulo Mossoró, terra de liberdade aprofundaremos sobre a referida viagem que Luís da Câmara Cascudo fez ao sertão de inverno em 1934.

³⁹³ A REPÚBLICA, 31 mai, 1934.

lugares onde passava e pelo interesse de descrever e registrar a vida brasileira do século XIX, transformando seu itinerário “num livro claro e sincero”.³⁹⁴

Para Luís da Câmara Cascudo ninguém poderia compreender o “Nordeste” sem ter lido Koster “que soube ver e registrar todos os aspectos de todos os movimentos da região do Brasil.”³⁹⁵ A descrição de Henry Koster assume, para Cascudo, um caráter de testemunho ocular e escriturário dos diversos aspectos da sociedade brasileira. Assim, o texto de Koster se torna paisagem que faz ver o que o viajante viu.

Ao trazer o relato que Henry Koster fez sobre o arraial de Santa Luzia, Luís da Câmara Cascudo toma-o como linguagem decifrável deste espaço no início do século XIX. Para ele, através do registro de Koster Mossoró poderia ser vista no oitocentos.

Era assim o Mossoró, de 1810, duzentos e trezentos moradores espalhados em fazendas ao redor da igreja que presidia o quadro da rua de casas pequenas e baixas. Os rebanhos eram rondados pelas onças e a seca dominava esgotando as nascentes. O mossoroense reagia, matando as feras a tiro e a faca, ajudado pelo cão fiel, defendendo o gado, pescando nas praias, secando o peixe na casinha de palha no alto do Tibau.³⁹⁶

“Era assim Mossoró.” O relato de Koster é o texto pelo qual se faz ver o espaço, da mesma forma que Cascudo o fizera ver quando visitou o sertão do Rio Grande do Norte, dando-lhe visibilidade aos leitores atentos e curiosos do jornal *A República*.³⁹⁷ Dessa forma, a narrativa de Henry Koster é posta como tela para visualizar a “Mossoró” do século XIX. Espaço este construído não só pelos pés e pelas mãos de criadores de gado e missionários, mas também pela visão que cria uma paisagem escriturária demarcando determinados textos e leituras para o “espaço mossoroense”.

³⁹⁴ A REPÚBLICA, 07 mar. 1943.

³⁹⁵ Id.

³⁹⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. p.24

³⁹⁷ Todos os relatos que Luís da Câmara Cascudo fez do sertão de inverno eram publicados diariamente pelo jornal *A República*, se transformando mais tarde em livro com o título de *Viajando o Sertão*.

Desta forma, os espaços também são constructos do olhar e da paisagem³⁹⁸ criada pelo viajante de descendência inglesa. Registrar o que vê para dar visibilidade ao espaço como também para criá-lo, eis a missão de Koster e de Cascudo.

3.4 Nasce à cidade

A construção cascudiana da história de Mossoró se inicializa a partir da gênese espacial que se imbrica na preocupação de tornar lendárias a passagem flamenga e evidenciar a saga católica portuguesa como constituinte não só do espaço mossoroense, mas, sobretudo das primeiras horas da sua história:

Ao anoitecer o sino da capelinha batia lentamente as três badaladas das trindades. Toda população era católica. Passava em todos os peitos o sinal da Cruz num recolhimento piedoso. Era o sentimento que, intacto e puro, havia de vir, obstinado e doce, aos primeiros anos do século XX.³⁹⁹

Se a Igreja Católica e suas ordens foram evidenciadas por Luís da Câmara Cascudo como parte integrante da passagem do predicamento de povoado para freguesia, o deslocamento da situação de vila para a constituição de cidade vai ser atribuído a atuação dos homens-bons, antepassados da família mossoroense, guiados pelo “amoroso trabalho de dedicação para que Mossoró fosse o que representa aos nossos olhos contemporâneos.”⁴⁰⁰

A evolução do núcleo urbano, de vila para cidade em 1870, obedece não mais ao ritmo dos predicamentos em torno da Igreja, mas sim das disputas políticas entre Conservadores e Liberais em torno do cenário do poder em Mossoró. Uma explicação de ordem política e não econômica, como assevera o próprio Cascudo.⁴⁰¹

³⁹⁸ Tomamos como referência para discutir o espaço enquanto construção do olhar o historiador Simon Schama que analisa a espacialidade a partir da categoria paisagem. Esta pode ser compreendida, grosso modo, como uma associação de características geográficas concretas que se dão numa região, construindo um padrão visual formado por elementos que a caracterizam e lhe conferem uma singularidade. Em sua obra *Paisagem e Memória* (1996), os elementos que conferem essa singularidade são oriundos do espaço físico, tais como a mata, a água, a rocha. Não obstante, Shama diz ser a paisagem obra da percepção humana; não existe por si só, isoladamente, não se nomeia enquanto tal, pois são os homens que dão identidade aos espaços a partir de determinadas práticas culturais que lhe conferem sentidos e significados. Cf. SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

³⁹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.20

⁴⁰⁰ Ibid. p.5

⁴⁰¹ Id.p.52

Para ele a organização política se torna preponderante nas discussões em torno da elevação de Mossoró à categoria de cidade. No caso de Mossoró as pressões exercidas pelos homens-bons vinculados ao grupo político dos Conservadores junto ao presidente de Província do Rio Grande do Norte, se constituem para Luís da Câmara Cascudo como principal força atuante para a evolução do núcleo urbano. A ênfase de Cascudo no papel desempenhado pelos conservadores na elevação de Mossoró a categoria de cidade, está vinculado a sua formação familiar e política ligada aos conservadores. O próprio nome *Cascudo* faz referência à forma pejorativa de chamar os conservadores. Vejamos:

Sou Cascudo, não escaravelho, nem o peixe, “o precostomus loricacarie”, mas, simplesmente porque meu avô paterno era um dos chefes do Partido Conservador que chamava Saquarema, também tinha o apelido de Partido Cascudo, quer dizer, teimoso, obstinado, e deram para chamar meu avô de ‘o velho Cascudo’. Como eu sou filho único, para não desaparecer o título, comecei a usar também, porque meu pai foi o único a usar. Assim, não há família Cascudo, é um apelido que se tornou patronímico.⁴⁰²

Ao falar sobre os conservadores, percebemos a ênfase que Cascudo destina a esse grupo político, justamente por ele fazer parte desse passado ancestral ao qual sua família pertencia. Eis o motivo pelo qual Cascudo enumera incansavelmente a cronologia e os nomes dos presidentes e dos suplentes que se instalaram na câmara municipal de Mossoró de 1853 até 1955 registrando os principais eventos ocorridos ao longo dessa temporalidade.

Uma escrita da história preocupada na ação dos homens de negócios, aristocracia mossoroense, imbricados com as disputas políticas locais, no qual, graças a elas, faz nascer à cidade. A urbe não nasce, portanto, dos predicativos da fé, como outrora, mas sim da atuação incessante dos “homens-bons” que na narrativa cascudiana extrapola os limites temporais do conceito⁴⁰³ para chegar à contemporaneidade com os continuísmos que fez da pequena vila de Mossoró uma cidade em 1870.

⁴⁰² CASCUDO, Luís da Câmara. **DEPOIMENTO: Cascudo**. Produção: Zita Bressane. São Paulo: TV Cultura, 1978

⁴⁰³ O termo homens-bons se localiza temporalmente para demarcar uma aristocracia mais característica do período da Colônia.

Evidenciar os homens-bons não é somente aristocratizar os feitos da história mossoroense, é, também, torná-la parte da ação masculina em detrimento da participação da mulher no processo histórico.

Ao tratar do “Motim das mulheres”⁴⁰⁴ ocorrido em 1875 em Mossoró, Cascudo não centraliza o papel da mulher no próprio evento que leva o seu nome. Pelo contrário. Quando trata sobre o “Motim das mulheres” o que se destaca mais é a presença masculina ao invés da feminina. Esta perspectiva de destinar ao(s) sujeito(s) masculino(s) um papel central na história é uma constante na escrita cascudiana. Ao narrar os acontecimentos característicos dos anos de 1926 a 1928, Cascudo não faz referência nenhuma a participação feminina no voto e nem nas eleições de 1927.⁴⁰⁵ Nestes anos, os eventos narrados por Câmara Cascudo se concentram na descrição rápida da invasão do bando de Lampião em Mossoró ocorrido em 1927 e na ampliação da Estrada de Ferro de Mossoró ocorrida no mesmo ano.⁴⁰⁶ As mulheres, como outros sujeitos históricos, são silenciadas diante das ações majoritariamente masculinas. Obviamente que a escrita cascudiana não esteve inserida nas novas perspectivas historiográficas em que novos estudos sobre a participação da mulher na história foram sendo postos em destaque na historiografia brasileira no final da década de setenta,⁴⁰⁷ mas obedeceu ao próprio regime de historicidade, tão característico dos historiadores brasileiros anteriores as novas tendências historiográficas, no qual a ênfase na história masculina era prioritária em detrimento da participação feminina.

Da vila a cidade, Mossoró é regida, segundo a escrita cascudiana, pelos “grandes homens” que entram na história como percussores e fundadores da cidade. O cordão umbilical do itinerário político da referida urbe povoada pela liderança destes homens se fecha com o ciclo dos Rosados no poder a partir do final da década de quarenta para o início de cinquenta.

Antes de narrar as ações políticas e administrativas dos Rosados no cenário político de Mossoró, outros nomes, sobretudo da década de trinta em diante, vão sendo

⁴⁰⁴ O evento “Motim das Mulheres” aconteceu em 1875 devido a obrigatoriedade do recrutamento militar por parte do Império. Muitas mulheres da cidade de Mossoró se revoltaram juntamente com os homens devido ao alistamento para o serviço militar obrigatório de 1875. CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. p. 118-119

⁴⁰⁵ A memória local apresenta como um dos fatos pioneiros da cidade de Mossoró o voto da professora Celina Guimarães em 25 de outubro de 1925. NASCIMENTO, Geraldo Maia do. Celina Guimarães Viana e os 80 anos da primeira concessão do voto feminino. O MOSSOROENSE. 25 out. 2007.

⁴⁰⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Op.cit. p.114

⁴⁰⁷ Cf. PRIORE, Mary Del. História das Mulheres as vozes do silêncio. In: CEZAR, Marcos de. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 6º Ed. São Paulo: Contexto, 2007, p.217-235

evidenciados por Cascudo, como se as ações dos prefeitos anteriores a administração rosadista preparassem o campo para a organização e estruturação futura da cidade.

Desse modo, Cascudo vai ligando os nomes dos prefeitos das décadas de trinta e quarenta as suas ações política na cidade de Mossoró. Políticos e intelectuais, como: Padre Mota, Felipe Guerra, Francisco Fausto, Vicente Carlos Sabóia, Cunha Mota, Paulo Fernandes de Oliveira Martins, Antônio Soares Júnior, somam suas administrações à história política do município.

Entretanto, ao evidenciá-las o objetivo de Cascudo não é somente descrever suas ações políticas, mas fazer ver uma distinção funcional entre o momento em que os referidos prefeitos vão atuando no cenário político da urbe, durante a década de trinta e o início de quarenta, e a inserção dos Rosados no palco da administração municipal no final dos anos quarenta. Não é a toa que na organização do livro de 1955, o título do capítulo tenha por título “O vôo dos vinte anos” em alusão ao desenvolvimento político, cultural e econômico que para Cascudo coincide com a atuação dos Rosados na administração da prefeitura de Mossoró a partir de 1948. Sobre esse momento histórico, Luís da Câmara Cascudo destaca em 1955, desta maneira:

Presentia-se uma administração de excepcional importância no dinamismo de Dix-sept Rosado, empossado a 31 de março de 1948. Todos os setores receberam o impulso de sua vontade realizadora assim como todos os núcleos de população tiveram os benefícios do seu interesse imediato. Reparou o município para os problemas mais urgentes, poços tubulares, reforçamento(sic) das barragens, rodovias, finança, o angustioso problema do fornecimento d'água na cidade. A 5 de abril de 1948 fundou a Biblioteca Pública de Mossoró, com o precioso “Boletim Bibliográfico”, fonte de informações indispensáveis, e séries, de publicações, estudos fixando aspectos de história, genealogia, geografia, etc, do município e da zona, ressuscitando as pesquisas de Francisco Fausto de Sousa (1861-1931), completando-se pelo Museu Municipal, a 30 de setembro de 1948, com as seções de História, Etnografia, Arqueologia, Geologia-Mineralogia, Paleontologia, fotografias documentais e o Arquivo geral. (...) A 31 de março de 1953 assumiu o quinto prefeito constitucional de Mossoró, dr. Jerônimo Vingt Rosado Maia, filho de Jerônimo Rosado, irmão de Dix-sept, possui as credenciais que o próprio tempo capitalizou na lição diária de sua família em contínuo enamorado serviço a Mossoró.⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.153-154.

A importância que a narrativa cascudiana contida no livro de 1955, destina a administração dos Rosados na prefeitura de Mossoró entre 1948 e 1953 esteve entrelaçada pela aproximação do intelectual com a própria família Rosado a partir da década de cinquenta. Nesse período os vínculos intelectuais com Vingt-un Rosado, as relações políticas com Dix-sept e Vingt Rosado e até mesmo a amizade entre Luís da Câmara Cascudo e Duodécimo Rosado, conferem uma racionalidade em torno da escrita laudatória em relação à atuação rosadista no cenário político mossoroense.

Assim, o movimento da história de Mossoró agenciada pelos Rosados e construída por Luís da Câmara Cascudo na década de cinquenta vai sendo tecida até chegar ao presente. Este apresentado como resultado final das diversas empreitadas administrativas nos âmbitos políticos, culturais e sociais promovidas pela prefeitura de Mossoró.

Ao patrocinar a escrita cascudiana em 1955, a prefeitura mossoroense, possibilitou sua inserção no processo histórico do município. E foi nesse sentido, que a narrativa cascudiana foi estratégica, pois apresentou a cidade como uma espacialidade em que as diversas temporalidades: o passado, presente e o futuro se entrelaçavam.

Por esse modo, o passado foi estudado e escrito por Cascudo para constituir uma identificação dos mossoroenses do presente com seus os antepassados, cosendo distintas temporalidades através de uma escrita da história, a qual conferiu aos mossoroenses do presente uma identidade histórica com o seu passado. É desta forma, que Câmara Cascudo alude em páginas finais a história da cidade.

A relação passado-presente permeia o último capítulo do livro de 1955, intitulado de *Conversa do fim* pelo encontro de uma problemática do presente com o diagnóstico já localizado no passado da cidade: a convivência da falta d'água ao longo da sua história. Vejamos:

A água fixa o homem. Em Mossoró há uma batalha de duzentos anos do homem fixando água. Era uma região conquistada para o gado mas a própria pecuária determinaria o aspecto disperso e fragmentário do povoamento. Mas a população se adensou nos pontos áspers onde ainda hoje é uma surpresa a cidade ter nascido contra a permanência de fatores negativos. Sua crônica podia ser igual a de uma povoação d'África setentrional, vivendo ao redor dos seus raros poços, guardando com as longas armas ciumentas o espelho precioso da água móvel. (...) Apesar de tudo este ambiente ajudou a formar a resistência obstinada, o orgulho mossoroense pela sua terra, o petit pays,

recordado de longe e elogiado perto com visível e amoroso desvanecimento.⁴⁰⁹

Ao narrar sobre a escassez de água na cidade de Mossoró, Luís da Câmara sinaliza para a importância das condições físicas no processo de fixação do homem no espaço ao relatar que *a água fixa o homem*. As causas naturais não podem ser desprezadas ao se estabelecer uma análise sobre uma determinada realidade social e geográfica. No entanto, Câmara Cascudo não perde de vista a dimensão ativa do homem como constituinte do processo de conquista do meio. Nesse sentido, o adensamento populacional na região onde a falta d'água era uma constante é tratada como “surpresa” devido às condições em que a própria cidade nasceu diante da realidade não favorável a fixação e ao fluxo demográfico.

A narrativa inicial de Cascudo parece percorrer um itinerário povoado de explicação determinista ao projetar na água o condicionamento primeiro da fixidez de uma população. Entretanto, como mostra a citação do livro de 1955, a explicação cascudiana se desloca ao se surpreender com a situação *sui generis* do povoamento em Mossoró.

Cascudo, desta forma, enxerga a possibilidade humana sobre as condições da natureza, nos evidenciando que o ser humano, no caso a população mossoroense, se adapta até mesmo nos pontos mais áspers em que as condições mais adversas a sobrevivência humana vão cedendo espaço a própria atuação do homem como agente transformador da natureza.⁴¹⁰

⁴⁰⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. p.157

⁴¹⁰ Podemos aferir que Luís da Câmara Cascudo recebeu a influência da geografia humana francesa, sobretudo, das discussões em torno do possibilismo de Vidal de La Blache. Emergido nos finais do século XIX na França, o possibilismo de Vidal de La Blache surge como reação ao determinismo geográfico presente e propagado pelas correntes alemãs sob os auspícios de Friedrich Ratzel. O Possibilismo vidaliano entende o ambiente natural como fornecedor de possibilidades para a ação humana, portanto, não determinando as modificações e os processos naturais e sociais decorrentes nas sociedades, sendo o homem o principal agente geográfico. No entanto, a escola vidaliana não interdita a ação das determinantes do meio na evolução das sociedades, antes sua proposta se estabelece a partir de uma ação mútua, em que o homem e o meio se intercalam na própria interação entre ambos, pois mesmo admitindo alguma influência do meio sobre o homem, o possibilismo afirma que, o ser humano, premido de racionalidade, se constitui como elemento ativo, por conseguinte, dotado de condições que modificam o meio natural adaptando-o segundo suas necessidades. No livro *Civilização e Cultura: pesquisas e notas de etnografia geral* publicado em 1973, Luís da Câmara Cascudo se posiciona na mesma direção de Vidal de La Blache, ao expor que o ambiente e o indivíduo possuem uma relação de interdependência, em que a projeção física e a reação humana, explica a existência social, o desenvolvimento, o enfraquecimento, o esplendor e a morte. Assim, a presença humana não é passiva, mas operante, agente transformadora da paisagem. O solo, o clima, o regime d'água, agem sobre a figura humana que os enfrenta para dominar ou sucumbir, permitindo uma posição equilibrada da ecologia, em que o homem disciplina e utiliza, no plano racional, as “forças da natureza”. Entretanto, não queremos enquadrar Cascudo numa teia teórica em que

Assim, para Cascudo o processo de formação e ocupação do espaço mossoroense não se deu por um determinismo geográfico, mas antes pela ação simultânea inscrita na própria dinâmica entre o homem e a natureza.

Dessa maneira, a escrita cascudiana esboça a possibilidade da atividade conjunta do meio natural e do ser humano como explicação da singularidade que caracterizou o surgimento da cidade de Mossoró, por *ter nascido contra a permanência de fatores negativos*, no caso a escassez d'água.

A seca em Mossoró sempre foi um elemento constante da sua história e um dos problemas mais comuns para os mossoroenses. A recorrência da falta d'água na cidade ao longo do tempo despertou as constantes pressões políticas lideradas pelas elites agrárias do município que constantemente apelava para o governo do Estado e da União.

No momento da emergência do livro de 1955, há uma gama significativa de investimentos por parte do governo municipal e também estadual no sentido de viabilizar várias obras públicas para a solução do abastecimento de água na cidade. Inclusive, Cascudo faz referência, no livro de 1955, ao papel desempenhado pelo então governador do Estado Sylvio Piza Pedroza para a resolução do problema.⁴¹¹

A adversidade encontrada, escassez d'água, tanto no presente como no passado, obviamente com realidades distintas, serve como explicação para promover a singularidade da gente e da terra mossoroense. Para Cascudo apesar do ambiente hostil, devido à falta d'água, o sentimento pela terra ajudou a formar a resistência obstinada ao meio e o orgulho mossoroense pelo seu lugar.⁴¹²

sua aproximação com as concepções geográficas lablacheanas encerram a própria escrita cascudiana. O que queremos aludir é uma apropriação por parte de Cascudo das ideais possibilistas, mesmo sabendo que o autor não pode ser enquadrado, pois sua marca é o pensamento de fronteira, no qual ao longo da sua vida procurou anular as contradições, misturando várias matizes teóricas sem muita preocupação ou receio. Nesse sentido, nossa assertiva se direciona para mostrar que Cascudo, mesmo que ao longo da sua vida intelectual tenha se enveredado por explicações mais deterministas do que possibilistas, mas que, ao retratar sobre esse aspecto da realidade mossoroense, se embebeu da perspectiva vidaliana. Não é à toa que na biblioteca pessoal de Câmara Cascudo tenha a versão em Francês do livro de Vidal de La Blache, **Principes de Géographie Humaine** (1922) contendo algumas anotações e alguns grifos de Cascudo na obra lablacheana. Cf. BLACHE, Vidal de La. **Princípios de Geografia Humana**. 2^o Ed. Lisboa: edições cosmos, 1954; CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. São Paulo: Global, 2004, p.152-156

⁴¹¹ É válido destacar a relação histórica e amistosa que Luís da Câmara Cascudo tinha com a família Pedroza desde o início do século XX. Além disso, é importante ressaltar também que Sylvio Pedroza quando ainda era prefeito de Natal na década de quarenta, nomeou Luís da Câmara Cascudo como historiador oficial da cidade do Natal em 1948.

⁴¹² CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.157

Assim, Cascudo mostra que a questão d'água liga o passado com o presente da cidade. O apego a terra pela gente mossoroense é encontrada numa problemática de ordem natural que se fez sentir no passado e que se encontra também no presente.

No entanto, as páginas finais do livro de 1955 não se limitaram somente a essa projeção temporal e essa problemática de demanda social. O futuro se mistura ao passado e ao presente da cidade formando uma dimensão tríade da temporalidade, no qual confere inteligibilidade a própria sociedade mossoroense.

O horizonte de expectativa para o futuro marca as últimas laudas da escrita da história de Mossoró. Fazendo uma síntese geral da obra apontando os principais aspectos políticos e econômicos da cidade no passado e no presente, a escrita cascudiana lança mão de uma projeção para o futuro econômico da cidade como parte integrante e influenciador das áreas adjacentes a Mossoró. Vejamos:

Não creio que Mossoró retome seu cetro dourado de empório comercial, de praça distribuidora de produtos buscados nas sete partidas do Mundo. Vejo antes que Mossoró orientar-se-á para a industrialização de sua lavoura e para o beneficiamento de suas matérias-primas não mais no sonho de importar para espalhar mas de exportar para a posse das divisas que dominarão os velhos terrenos perdidos para sua hegemonia passada. Deduzo que Mossoró necessitará de um comércio ainda maior e mais variado para sua população e as populações que serão subsidiárias do seu parque industrial. (...) Creio que o mercado interno, nas áreas vizinhas que sofrerão sua irradiante influência, desdobrar-se-á paralelamente ao surto industrial mais pronunciado.⁴¹³

A projeção que Luís da Câmara Cascudo traceja para a Mossoró parte da mesma temporalidade em que os esforços políticos locais buscam a industrialização como forma de desenvolvimento para a cidade. Sua escrita fez parte da construção política voltada para o futuro a partir das ações do presente, em que as novas diretrizes na organização econômica, alicerçada em outros modelos de economia, como a indústria, projetam Mossoró para uma nova perspectiva no cenário econômico estadual.

O horizonte de perspectiva da escrita cascudiana sobre a cidade de Mossoró foi modificada na década de cinquenta. A primeira impressão que Cascudo projetou para Mossoró esteve vinculada ao passado, quando ele e os interventores municipais esquadriharam o sertão em 1934. No artigo publicado pelo jornal *A República* do dia

⁴¹³ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. p.158

22 de julho de 1934, Cascudo descreve seu contato ocular com a cidade de Mossoró assim: “Visito pela manhã Mossoró . Cidade enorme, tentacular, com edifícios amplos que denunciam a vida passada de um cemitério gigantesco. Vê-se o desânimo naquelas ruas quase sem movimento”, complementando sua mirada ele retrata: “Aqui e além letras gritam as velhas famílias senhoriais que ajudaram a fazer a cidade e fundaram seu domínio financeiro por mais de trinta anos. Uma linha de túmulos de uma sociedade trabalhadora faria inveja às sepulturas dos burgueses ricos.”

Os dois momentos históricos distintos, o primeiro em 1934 e o posterior 1953, permite duas projeções temporais diferentes. Na empreitada da década de trinta, Cascudo focaliza a cidade a partir do passado glorioso e do domínio econômico que caracterizou Mossoró no final do século XIX para início do XX. Sua projeção, portanto, é centralizada no passado que toca o presente pela paisagem criada pelo olhar cascudiano. Na década de cinquenta o horizonte de expectativa não parte mais do passado, este deve ser superado pelas novas necessidades da ordem econômica que o presente lhe impõe para o desenvolvimento, mas sim do futuro no qual colocará Mossoró como lugar de centralidade em relação aos espaços adjacentes ao seu perímetro geográfico.

É na relação do passado, do presente e do futuro que a história de Mossoró vai sendo construída pelas narrativas de Luís da Câmara Cascudo. Uma história alicerçada pelas projeções no tempo, em que o gesto da escrita finca um texto pronto para ser lido a partir da concepção de história de Cascudo, do seu lugar de fala, bem como dos seus diversos interesses na História.

O comprometimento na elaboração da história da cidade atende, portanto, a construção de uma identidade histórica para o município e sua gente.

3.5 “Mossoró, terra de liberdade”: tramas da escravidão e da abolição no espaço mossoroense

“Nunca o Rio Grande do Norte possuiu vasta escravaria. Explica-se. Nunca possuiu o ciclo de açúcar em nível que justificasse o moto negro em presença notável.”

414

O trecho acima retirado do livro *Notas e Documentos para a História de Mossoró*, tem como ponto de partida a idéia de que a quantidade exígua do número de

⁴¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. p.121

escravos, no Rio Grande do Norte e em Mossoró, era justificada pela própria dinâmica econômica que caracterizava esses espaços. Nesse sentido, gostaríamos de destacar que essa construção cascudiana, pautada na inexpressividade da presença de escravos no Rio Grande e em Mossoró, é localizada anteriormente a década de cinquenta, período em que as obras sobre a História de Mossoró, como apontamos acima, e do Rio Grande do Norte foram escritas.⁴¹⁵

No artigo publicado pela *Revista Nova*⁴¹⁶ no dia 15 de março de 1931 intitulado de *A escravaria na evolução econômica do Rio Grande do Norte*, Cascudo tece, pela primeira vez, uma análise sobre a temática da escravidão no espaço norte-rio-grandense. É na década de 30 que Cascudo direciona sua escrita, antes destinada a produção de textos de crítica literária⁴¹⁷, para assuntos mais vinculados a História. Nesse mesmo período o autor se torna membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1934, e professor do colégio Atheneu, defendendo a monografia sobre a intencionalidade do descobrimento do Brasil. Além do artigo publicado na *Revista Nova*, podemos apontar outras publicações cascudianas em torno da História do Brasil, tais como: *O mais antigo marco colonial do Brasil (1934)*, *A Intencionalidade no descobrimento do Brasil (1935)*, *O Marquez de Olinda e seu tempo (1938)*. Dessa forma, a década de 30 nos revela o direcionamento de Cascudo para os estudos sobre temas relacionados à História, circunscrevendo um novo espaço de autoria, isto é, o lugar de historiador.

Nesse sentido, tomamos o artigo de 1931 como ponto de partida, pois todos os escritos cascudianos sobre a escravidão no Rio Grande do Norte e em Mossoró remetem a essa escrita primeira publicada na *Revista Nova*.

Tendo um caráter mais ensaístico do que analítico sobre o tema⁴¹⁸, o artigo de Cascudo pode ser dividido em dois momentos: no primeiro, o autor aponta que a escravaria no Rio Grande do Norte nunca foi importante, tendo em vista que a pecuária, o engenho e, posteriormente, o algodão dispensaram o uso de grande número de braços escravos e que as mudanças do trabalho, pastoril para a agricultura e desta para a

⁴¹⁵ *História do Rio Grande do Norte (1955)* e *Notas e Documentos para a História de Mossoró (1955)*.

⁴¹⁶ A *Revista Nova* foi um veículo de produção intelectual dirigida por vários escritores vinculados ao movimento modernista Paulista. No ano da publicação do artigo de Luís da Câmara Cascudo sobre a escravaria na economia do Rio Grande do Norte a revista teve a direção de Mario de Andrade, Paulo Prado e Antônio de Alcântara Machado.

⁴¹⁷ A partir de 1918 começa a da atividade literária de Cascudo no jornal *A Imprensa*, periódico de propriedade do seu pai, e, mais tarde, no jornal *A República*. Neste momento da vida intelectual do autor, sua escrita se caracterizava mais por crônicas e livros de crítica literária, tais como: *Alma Patrícia (1921)* e *Joio (1924)*, do que pela produção de textos destinados a História.

⁴¹⁸ Com as publicações dos livros, *História do Rio Grande do Norte (1955)* e *Notas e Documentos para a História de Mossoró (1955)* na década de cinquenta, Cascudo desenvolve de forma mais analítica o estudo sobre a escravidão no Rio Grande do Norte e em Mossoró.

indústria, não afetaram a população escrava que permanecia com pequenos acréscimos.⁴¹⁹ Num segundo momento, Cascudo descreve a organização interna desta sociedade com poucos escravos, expondo as características sociais presentes nas relações entre senhores e cativos das fazendas de gado do Rio Grande do Norte. Assim, partimos dessa síntese do artigo de Cascudo, publicado na década de trinta, para desconstruir a escrita cascudiana localizando-a historicamente.

Para legitimar sua tese de que no Rio Grande do Norte a escravaria não era vasta, Cascudo cita como fonte a fala de um Presidente de Província chamado de Casimiro José de Moraes Sarmiento que proferiu na sessão de 1º de dezembro de 1848 os seguintes dizeres: “Concorda em que o trabalho do escravo não é necessário. No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres.”⁴²⁰ Cascudo lança mão deste discurso oficial para mostrar ao leitor que sua escrita está fundamentada numa fala da época, testemunha do passado, que explicita através do seu pronunciamento a condição dos escravos na província. Além de se utilizar da fala do Presidente provinciano, Cascudo recorre a uma análise quantitativa em torno da economia do Rio Grande no período da eclosão Guerra da Secessão Americana (1860-65) que, segundo o autor, permitiu o deslocamento do eixo econômico do açúcar para o algodão. Sobre esse recorte o autor nos mostra a seguinte situação:

São José [de Mipibú] (empório do açúcar até então, grifo nosso) mantém seus 9.816 escravos, Extremoz (era Ceará-Mirim) 1.126, Goianinha 1.600, Príncipe (Caicó) 1.210, Angicos 1.100 em 1855, pleno reinado do açúcar, e em 1870 a população era num total de 24.326 pouco superior de 1855 que ia a 20.244.⁴²¹

É interessante perceber a quantidade significativa de escravos presentes, por exemplo, na cidade de São José de Mipibú que tinha quase dez mil cativos e que era até então o empório do açúcar da capitania do Rio Grande no período colonial. Mesmo apontando uma significativa quantidade de escravos na região açucareira do Rio Grande, Cascudo urde uma narrativa que tenta a todo instante minimizar a presença negra. Para ele, mesmo com a passagem da economia açucareira para a algodoeira a

⁴¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. A escravaria na economia do Rio Grande do Norte. *Revista Nova*. Ano 1. 1931, p.64

⁴²⁰ SARMENTO *apud* CASCUDO. Op. cit., p.69

⁴²¹ *Ibid.*, p.64

disposição da escravaria não muda. Dessa forma, ao trazer tanto a fala quanto os números, Luís da Câmara Cascudo autoriza sua escrita, justificando, assim, em sua narrativa, uma conjuntura espacial específica em que a quantidade de escravos era pequena devido a uma estrutura econômica assentada numa tradição caracterizada por uma agricultura composta mais de braços livres do que escravos e até mesmo nas regiões onde se predominava “o reinado do açúcar”, como, por exemplo, em Extremoz e São José de Mipibú, o escravo não se apresentava em grande quantidade.

Em 1955, no livro *História do Rio Grande do Norte*, Cascudo aprofunda as razões que permitiram que durante a passagem da economia açucareira para a algodoeira o quadro numérico da escravaria não modificasse. Para ele tal constatação era óbvia, tendo em vista que “o algodão é cultura distributiva, democrática, individual, podendo toda gente plantar e colher. O açúcar exige financiamento, dinheiro para as safras, casas, máquinas, homens, escrita, cuidados.”⁴²²

Na mesma obra, Cascudo elenca ainda outro elemento importante na contribuição para a deflação do número de cativos no Rio Grande do Norte: a seca de 1877. Para Cascudo a “seca dos dois sete” possibilitou a exportação dos escravos provincianos para outras regiões do Brasil. Isso se deu, segundo ele, devido ao aumento da verba da receita sobre a venda de escravos durante o período da seca, culminando, assim, na comercialização de cativos para outras praças.⁴²³

Por fim, Cascudo elege o fator principal que determinou, de fato, esta configuração escravista no Rio Grande do Norte, a predominância da economia pecuarista que não exigia a presença considerável de cativos para o trabalho, como ele próprio destacou: “O escravo, elemento essencial nos canaviais e cafeeiros, não o era na criação de gado, característica na função econômica do Rio Grande do Norte.”⁴²⁴

Tanto no primeiro momento do artigo de 1931 como no livro *História do Rio Grande do Norte*, Cascudo dispõe seus argumentos de forma a comprovar que a presença do escravo na formação econômica e social norte-rio-grandense não era considerável, retirando, desta forma, a contribuição africana não só na economia, mas também na formação cultural e étnica do Rio Grande do Norte.

⁴²² CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955, p. 46

⁴²³ Id.

⁴²⁴ Id. A escravaria na economia do Rio Grande do Norte. **Revista Nova**. ano 1.1931, p.63

No livro *Vaqueiros e cantadores*,⁴²⁵ publicado em 1939, Cascudo esboça toda uma escrita a fim de negar os traços da matriz africana nas tradições que identificavam o sertão, como por exemplo, a cantoria de viola sertaneja, que, segundo ele, não teve nenhuma influência negra:

Não me foi possível rastejar influência negra no desafio (cantorias) [grifo meu] e nos instrumentos para o canto sertanejo. Na África o canto é sempre ritmando pela percussão (...). O canto negro é em maior percentagem, dançado. No sertão a função é distinta.⁴²⁶

Na obra *História da Alimentação no Brasil*, escrita entre 1962 e 1963, e publicada em 1983, Cascudo aponta que o negro, contribuiu de forma bem menos intensa em relação às demais ‘raças’ em razão do processo de aculturação, no qual muitos dos hábitos alimentares originais de sua culinária se esvaíram ao longo da estada africana no Brasil. Por conseguinte, Cascudo não interdita somente a contribuição negra na dieta brasileira ou na formação cultural do sertão norte-rio-grandense, mas também do ponto de vista econômico, já que, no livro de 1955, declarou que o “negro foi uma constante, mas não uma determinante econômica”.⁴²⁷

Essa postura de Cascudo, de procurar negar a importância da presença negra na sociedade norte-rio-grandense, pode ser mapeada desde o final da década de vinte quando o autor viaja com Mário de Andrade para o sertão potiguar a fim de conhecer o Brasil do interior através das expressões do folclore. A aproximação entre eles, nesse período, reflete a própria relação e simpatia por parte de Cascudo ao movimento modernista paulista.

Desde 1924 ambos trocavam correspondências com frequência, sendo que em uma delas Mário de Andrade pedia a Cascudo para fornecer-lhe detalhes sobre a região sertaneja do Rio Grande do Norte.⁴²⁸ O objetivo de Mário de Andrade em conhecer *in loco* o sertão potiguar vinculava-se a sua *fome* de conhecer o Brasil e o brasileiro do interior, uma vez que para alguns modernistas paulistas, no caso, como o próprio Mário de Andrade, o Brasil verdadeiro era aquele que estava localizado no interior, sujeito a poucas influências externas mantendo-se original, intocável. Nesse sentido, tanto Mário

⁴²⁵ Utilizaremos a versão de 2005 publicado pela editora Global.

⁴²⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Rio de Janeiro: Global, 2005, p.199

⁴²⁷ Id. Op.cit., p.44

⁴²⁸ Cf. ANDRADE, Mário de. **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991

como Cascudo empreenderam no final dos anos vinte, uma “viagem ao descobrimento” do Brasil a fim de conhecer o sertão, reduto último da originalidade do povo brasileiro.

A viagem começou no dia 27 de novembro de 1928 e terminou em fevereiro de 1929. O objetivo era a pesquisa, e, dessa forma, ambos saíram coletando registros de vários elementos da cultura sertaneja, desde as danças até as festas.⁴²⁹ Nas páginas d’*A República* Câmara Cascudo publicava tudo o que via, esquadrinhando, desse modo, o sertão potiguar dando-lhe visibilidade aos leitores do referido jornal através da coluna intitulada de *Diário dos 1.104 Kmts.*

Dois meses depois da viagem de Cascudo com Mário de Andrade ao interior do Rio Grande do Norte, o autor noticia no jornal *A República* no dia 05 de Abril de 1929, o seguinte relato: “Com as minhas rondas de automóvel pelo sertão do Rio Grande do Norte as duas maiores impressões têm sido o gradual desaparecimento do negro e a ausência quase total de árvores nas cidades do interior”.

Não queremos limitar a construção cascudiana do “desaparecimento negro” no espaço sertanejo somente por causa da sua constatação *in loco* realizada na viagem. Esta em si não conclui o itinerário da escrita do autor sobre a questão escravista e racial. O Cascudo da década de vinte estava embebido de várias idéias presentes nos discursos dos intelectuais do final século XIX e das primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Gustavo Barroso, Plínio Salgado, dentre outros, que defendiam a superioridade do elemento branco em detrimento das outras ‘raças’, construindo, desse modo, um Brasil que rumasse para o embranquecimento, interditando, assim, a contribuição de outros elementos étnicos, como os índios e os negros. Essas influências que permearam a escrita cascudiana ficam mais nítidas a partir do relato de outra viagem que Luís da Câmara Cascudo fez ao sertão.

No início da década de 30, mais precisamente em 1934, Cascudo fez parte da viagem que o interventor federal, Mário Leopoldo Pereira da Câmara, empreendera pelo sertão potiguar em companhia de alguns políticos locais e técnicos, a fim de verificar e divulgar as potencialidades econômicas dessa região.⁴³⁰

Ainda que Cascudo não ocupasse nenhum cargo na administração pública, o intelectual foi convidado a participar da viagem por ser considerado um estudioso do espaço sertanejo e, desta forma, importante para o processo de construção de um

⁴²⁹ A REPÚBLICA, 27 jan.1924.

⁴³⁰ Cf.FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George A.F.; FARIAS, Hélio T.M. Adentrando os sertões: consideração sobre a delimitação do território das secas. In: **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona.

conhecimento voltado para se esquadrihar o sertão. Nesse sentido, Cascudo mantinha uma posição equidistante no sentido de se inteirar em uma “missão da interventoria estadual” ao mesmo tempo em que estava vinculado ao integralismo se tornando, inclusive, líder do grupo no Rio Grande do Norte.⁴³¹ Sua participação no integralismo pode ser expressa tanto pela sua presença nas reuniões do grupo como também pela assiduidade com que colaborava com artigos para a revista integralista *A Offensiva*, publicada no Rio de Janeiro e dirigida por Gustavo Barroso.

A escolha de Cascudo para fazer parte da comitiva com destino ao sertão não se deu pelo seu engajamento político ou pelas suas relações diretas com as autoridades locais, mas sim por ser considerado um especialista nas coisas e nas gentes do sertão, capaz, portanto de apresentá-las aos representantes do governo do Estado.⁴³²

Destarte, a partir de maio de 1934 o jornal *A República* inicia a publicação de uma série de crônicas escritas por Cascudo intituladas de *Viajando o sertão* que, no mesmo ano, foram transformadas em livro. Estas crônicas foram fruto da viagem que Cascudo empreendera junto com as autoridades locais e o Interventor Federal. Tratando de várias temáticas sobre a o espaço sertanejo, Cascudo registra o que vê na jornada temerosa ao sertão de inverno.⁴³³ Mestre do ver e do fazer ver, o autor circunscreve um sentido a espacialidade sertaneja, definindo-a a partir de várias dimensões, como a musicalidade, a intelectualidade, a constituição da família, a culinária, dentre outros.

Desta maneira, Luís da Câmara Cascudo estabelece toda uma estratégia retórica no sentido de informar ao leitor essa paisagem que o autor está narrando no momento em que está vendo. Sem dúvidas, Cascudo utiliza uma retórica do olhar, que lhe confere autoridade, uma vez que a descrição torna o sertão visível, projetando-o num relato, numa crônica, que é antes um olhar selecionado e construído por Cascudo e não uma visibilidade real do espaço sertanejo. Assim, a crônica cascudiana se faz paisagem do sertão. Tomando a paisagem como uma categorial espacial construída pelo fazer poético do homem, imbuído de sua imaginação e ficção, de sua capacidade de atribuir sentido, de retoricizar e metaforizar dados elementos presentes na natureza, transformando num discurso, numa narração.⁴³⁴ Nosso percurso ao universo da escrita cascudiana contida no livro *Viajando o sertão (1934)* se detém no capítulo V intitulado de *Os Negros*.

⁴³¹ A REPÚBLICA, 11dez.1934.

⁴³² Cf. NEVES, Margarida de Souza. *Viajando o sertão*. Luís da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza(Org). **A História em coisas miúdas**. capítulos de História social da crônica no Brasil. 2005. p.237-262

⁴³³ A REPÚBLICA, 31 maio 1934.

⁴³⁴ Cf. BACHELARD, Gaston. **A poética dos espaços**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Neste capítulo Cascudo retoma a mesma construção que publicou no jornal *A República* do dia 05 de Abril de 1929, isto é, que o negro estava desaparecendo no sertão,⁴³⁵ mas, em 1934, Cascudo tece as considerações sobre o “desaparecimento” do negro na região sertaneja. Para ele tal desaparecimento é explicado pela preponderância da cor branca que, segundo o autor, decidira o pigmento do “produto”, no caso, o homem sertanejo.⁴³⁶ No artigo publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1937⁴³⁷ intitulado de *O Povo do Rio Grande do Norte*, Cascudo retoma a construção do artigo de 1931 sinalizando para a “determinante” étnica leucodérmica porque para ele o tipo mestiço, “intermediário”, estava cada vez mais assimilado pela população branca através do processo ininterrupto de seleção dos contínuos entrecruzamentos. Essa superioridade da raça branca evidenciada por Cascudo nos revela sua ligação com o pensamento filo-integralista de defesa do conceito de raça pura e de referências eugenistas.⁴³⁸ Nesse sentido, Cascudo se aproxima das principais teses da intelectualidade integralista sobre a pureza das raças e é nessa direção que o autor narra à ausência de negros, assimilados nos cruzamentos, no sertão do Rio Grande do Norte. Entretanto, Cascudo elenca ainda outro fator.

A explicação histórica da escravaria na evolução econômica do Rio Grande do Norte se constitui como elemento fundamental para justificar sua tese sobre o desaparecimento do negro do sertão. Para isso Cascudo retoma em *Viajando o Sertão (1934)* seu pensamento sobre a escravidão presente no artigo da *Revista Nova* de 1931. Ao retornar seu argumento emergido em 1931, Cascudo encerra o itinerário da escassez de negros no sertão potiguar, com essas palavras: “A explicação maior da ausência de negros nas terras sertanejas, ausência ou carência, é o fato de o sertão manter a tradição da gadaria, a criação dos currais de gado, origem de sua força, destreza e agilidade.”⁴³⁹

Assim, o discurso cascudiano, presente inicialmente no final da década de vinte e no começo da década de trinta, de que o negro no Rio Grande do Norte estava desaparecendo, parte de duas constatações básicas: primeiro, a supremacia do coeficiente branco em relação ao negro, devido à assimilação do segundo pelo primeiro e da superioridade racial do primeiro; e segundo, da própria trajetória da escravaria na economia do Rio Grande do Norte que não necessitava de auxílio em massa do trabalho

⁴³⁵ A REPÚBLICA, 6 jun.1934

⁴³⁶ Id.

⁴³⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *O Povo do Rio Grande do Norte*. Op.cit., p. 76

⁴³⁸ Cf. NEVES, Margarida de Souza. *Viajando o sertão*. Luís da Câmara Cascudo e o solo da tradição. p.237-262

⁴³⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. 3ªed. Natal: CERN, 1984, p.24

escravista, nem na lavoura e tampouco nas fazendas de gado. Isso demonstra a ligação que o autor tece através da convergência da pouca quantidade de escravos com a pequena presença do negro na formação social norte-rio-grandense. Logo, na escrita cascudiana, onde se pode ler escravo lê-se também negro. Luís da Câmara Cascudo estabelece, dessa forma, uma equação metonímica⁴⁴⁰, e, por conseguinte, retórica, em que o escravo especifica a condição relativa à outra configuração, o negro.

Portanto, Cascudo interdita a contribuição negra na constituição da sociedade do Rio Grande do Norte, eliminando-o a partir de uma narrativa engajada em teorias filo-integralistas de caráter eugenistas e na constatação da inexpressividade dos escravos no espaço sertanejo. Essa condição só foi possível a partir da construção de um discurso historiográfico sobre uma economia, a pecuária, e sobre um espaço, o sertão.

Ao remeter-se a manutenção da tradição da gadaria no sertão potiguar, Cascudo instala um regime de permanências em que o tempo na região sertaneja é dotado de tradição e, por isso, quase imutável. E por meio dessa constatação de uma temporalidade que demora a se esvaír que Cascudo estabelece as características sociais que fizeram do sertão um espaço historicamente sem escravo e, portanto, quase sem negro. É a partir dessas considerações que gostaríamos de retomar a segunda parte do artigo da *Revista Nova* de 1931.

No segundo momento do artigo, Cascudo aponta a dinâmica da sociedade escravista sertaneja, distinguindo-a das demais regiões do espaço Brasileiro. Nesse momento, o artigo Luís da Câmara Cascudo se utiliza da retórica como meio de promover a identidade e ao mesmo tempo a diferença entre a configuração social presente no Rio Grande do Norte e a sua distinção em relação às outras regiões do Brasil. Essas diferenças se expressavam, sobretudo, na quantidade do número de escravos e na relação entre senhores e cativos.

São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro tiveram sua forma particular alicerçada no trabalho escravo. Fazendas, cafezais e engenhos moviam-se pelo esforço mártir do negro. O pequenino Rio Grande do Norte, tendo pouco, possuindo quase-nada, tinha, numa compensação moral que o enobrecia, o trabalho rural feito, em quase sua totalidade, pelo braço livre do jornaleiro de aluguel semanário. Esse fato era enunciado com um sentimento íntima superioridade da província pobre sobre suas manas infinitamente orgulhosa dos montes de café e de verdura infinita dos canaviais,

⁴⁴⁰ Quanto à metonímia, ela privilegia um nome de indivíduo ou coisa para especificar algo relativo a outro indivíduo ou outra coisa. Cf. MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007, p.83

plantados e tratados pelo negro chibateado e faminto, sem direitos e sem garantias.⁴⁴¹

Para Cascudo, a estrutura escravista presente na sociedade açucareira, mineradora e cafeeicultora caracterizava-se pelo trabalho árduo do escravo. O cativo nessas regiões era um mártir do seu próprio trabalho que, segundo o autor, denunciava a própria imoralidade da escravidão nesses espaços. Contrariamente, no Rio Grande do Norte, o escravo não se martirizava na sua labuta. Seu regime de trabalho é livre, destinado a tarefas jamais possíveis em outras localidades, como por exemplo, um jornaleiro de aluguel semanário que reunia maiores condições do que o escravo da zona açucareira, no sentido de ganhar sua própria alforria e manter-se como homem de confiança do seu senhor. Somente a pecuária poderia ter instituído esses condicionamentos sociais na região sertaneja. Isso está evidenciado na seguinte passagem:

O Rio Grande do Norte atravessou lentamente a sua idade-do-couro, ou seja, a pecuária [grifo nosso] e nesta o escravo andava ao lado do senhor como companheiro. Cedo as populações sertanejas, herança do trabalho pessoal nas velhas famílias aldeãs de Portugal, fizeram sua vida á custa do próprio braço. Os filho-de-família eram eles mesmos os primeiros vaqueiros, (...) Os escravos figuravam como homens-de-confiança, acompanhando o “siô-moço” nas longas viagens silenciosas. A vida de vaqueiro dispensava a multidão de acostados.⁴⁴²

As relações entre senhores e seus escravos, para Cascudo, não se expressavam por uma verticalidade social rígida, uma vez que, segundo ele, o próprio escravo “andava ao lado” do senhor, como companheiro, constituindo-se como homem de confiança, auxiliar primeiro das aventuras e das viagens ao sertão.⁴⁴³ Assim, para

⁴⁴¹ CASCUDO, Luís da Câmara. A escravaria na economia do Rio Grande do Norte. Op.cit., p. 68

⁴⁴² Ibid., p. 65

⁴⁴³ Gostaríamos de destacar que a ideia da benevolência e do abrandamento das relações entre senhores e escravos na região pecuarista foi questionada por alguns historiadores que estudaram a escravidão no sertão pecuarista. Citamos, como exemplo, o trabalho da historiadora Diana Soares de Galliza que analisa o declínio da escravidão na Paraíba nos anos de 1850 a 1888. Assim como o Rio Grande do Norte, o sertão da Paraíba, no final do século XIX, caracterizou-se pela economia pecuarista e, desse modo, as relações entre senhores e escravos no sertão paraibano foram semelhantes ao sertão do Rio Grande do Norte. Para Diana Soares de Galliza o negro na região pecuarista da Paraíba teve uma importância significativa na economia do referido espaço, diferente das análises cascudianas sobre a economia pecuarista no Rio Grande do Norte. Além disso, a historiadora mostra, diferentemente de Cascudo, que as relações entre senhores e escravos não foram abrandadas e nem benevolentes, pelo contrário, foram relações sociais muito mais complexas. Cf. GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1979.

Cascudo, a dinâmica social se aproximava mais de uma disposição horizontal do que vertical. Isso só era possível, segundo ele, em um espaço como o sertão, premido pela atividade vaqueira constituinte da própria identidade social pecuarista, caracterizada pelas relações harmônicas e ‘democráticas’ entre proprietários e cativos produzindo uma mobilização social pautada no compadrio e na tenacidade das matrizes sociais, evidenciado no trecho abaixo:

A vida do vaqueiro predispunha a democratização dos costumes. O sertanejo não via o escravo na hora do “eito” sob o chicote dos feitores brutais. Não o conheceu surrado, faminto, maltrapilho, inútil de tanto sofrer (...). O escravo era-lhe um quase igual (...). Nunca houve uma superioridade de conhecimento de indumentária. A vestia de couros fardava-se ao mesmo tempo para o mesmo combate. Viam os perigos iguais. O branco não tinha maiores “sabedorias” que ele, seu inseparável nas terras, grotões e várzeas limpas buscando novilhos bravos ou vacas tresmalhadas. Essa continuidade de esforço trouxe uma noção instintiva de solidariedade, de auxílio mútuo, de compreensão mental.⁴⁴⁴

Esse trecho nos mostra como a escrita cascudiana é adensada por um estilo descritivo. Isso é óbvio, tendo em vista que o gênero em que Cascudo está se apropriando para se comunicar com o seu público leitor, é o artigo cujo endereço está direcionado para atender uma demanda nacional. Sua função é descrever a sociedade sertaneja como uma tela de aquarela. Ao narrar, Câmara Cascudo desenha um conjunto de cores e traços que visam dar as relações sociais entre brancos e escravos, um tracejo, um sombreado, uma pintura. Ao fazê-lo o autor mobiliza uma escrita descritiva, que é da dimensão da retórica, no qual objetiva aproximar o leitor do real, criando, desta maneira, um “efeito de real”.⁴⁴⁵

A passagem, descrita acima, é um claro indício de como Cascudo vai construindo através da narrativa uma categorização social que fundamenta a sociedade pecuarista na igualdade das relações manifestada, por exemplo, na equidade das vestimentas, partilhadas de igual forma tanto pelo senhor como pelo escravo. Ambos

⁴⁴⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. A escravaria na economia do Rio Grande do Norte. Op.cit., p.65-66

⁴⁴⁵ Nos apropriamos aqui das análises do estudioso Roland Barthes sobre a narrativa e a descrição a partir do conceito “efeito de real”. Para Barthes a singularidade da descrição no tecido narrativo designa uma importância fundamental para a análise da própria estrutura da narrativa. É a partir dessa análise do “pormenor inútil”, isto é, da descrição que a narrativa ganha um valor significante, tendo em vista que o elemento descritivo não se caracteriza somente pelo enfeite de sua estética literária, mas também pelo seu efeito que constrói uma dada leitura do “real”. Cf. BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.158-165

têm um papel central nas atividades da fazenda justificando, desse modo, a solidariedade no auxílio mútuo das tarefas e a harmonização das relações sociais, construídas sem chicotes, sem feitores brutais, sem violência.

Assim, ao tratar das dinâmicas sociais concernentes a realidade sertaneja, Cascudo a compara com a região açucareira. Para o autor a escravidão nos engenhos de açúcar foi marcada pela violência, pela brutalidade e pelas tensões sociais vividas entre senhores e escravos ao passo que, na zona pecuarista, a escravidão tinha um caráter especificamente pacífico. Entretanto, Cascudo não nega a violência da escravidão, porém, esta só pode ser encontrada em outras localidades, como, por exemplo, na zona açucareira, eximindo, assim, o espaço sertanejo desta condição.

No mesmo período em que o artigo de Cascudo foi publicado na *Revista Nova* (1931), Gilberto Freyre publica em 1933 *Casa-grande & Senzala* com o objetivo de discorrer sobre o papel do português, do negro e do índio na formação social do Brasil. Gilberto Freyre lança mão da região açucareira, mais detidamente Pernambuco, como espaço formador dos condicionamentos sociais que caracterizariam o Brasil desde o período colonial.

Embora a relação entre o senhor e escravo já traga uma idéia de conflito e de tensão, para Freyre esse antagonismo foi interpretado como sendo uma realidade singular, amena e, desse modo, constituinte de toda formação da sociedade brasileira.⁴⁴⁶

Inserido no mesmo período de produção intelectual, a década de trinta, trouxemos Freyre para servir como comparação com a posição de Cascudo em relação à escravaria na zona açucareira. No caso, ambos pensam as dinâmicas sociais entre senhores e escravos através do mecanismo do abrandamento, das não-tensões, porém, se distinguem em relação ao espaço em que essas configurações sociais são estabelecidas, isto é, Freyre parte da zona açucareira e Cascudo do sertão. Enquanto Gilberto Freyre nega o caráter violento da escravidão na região açucareira, Luís da Câmara Cascudo evidencia as tensões sociais vividas entre senhores e escravos no espaço açucareiro ao mesmo tempo em que destina ao sertão o único lugar em que as relações sociais são harmônicas.

A evidência dessa diferença entre os autores remete-os, justamente, aos distintos lugares de fala em que Freyre e Cascudo estão posicionados. Nesse sentido, ao caracterizar a sociedade pecuarista da província do Rio Grande do Norte, Cascudo a diferencia da realidade social açucareira a fim de construir através da relação com o

⁴⁴⁶ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 19ªed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1978

outro, isto é, a sociedade de engenho, a própria identidade social sertaneja. Com efeito, ao compará-las Luís da Câmara Cascudo promove uma *retórica da alteridade*⁴⁴⁷ ao estabelecer a diferença como elemento de formação da própria identidade do espaço sertanejo. Dito de outro modo, a *retórica da alteridade* em Cascudo visa nomear o *outro* que passa a ser a zona açucareira circunscrita como *outra* realidade, enunciado-a como distinta do organismo social do sertão.

É importante destacar que essa estratégia de se constituir uma identidade para o sertão não foi originária de Cascudo, mas da construção identitária e da regionalidade nordestina a partir do Movimento tradicionalista e regionalista de 1926, sediado no Recife, ao qual Cascudo não ficou alheio, mantendo, assim, aproximações com a intelectualidade formadora deste movimento liderado pelo próprio Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo.⁴⁴⁸

Desta forma, Cascudo se adéqua à construção nordestina, remetendo, diferentemente de Freyre, ao espaço sertanejo⁴⁴⁹ estabelecendo uma análise comparativa para promover uma distinção entre essas duas configurações sociais. Mais do que isso! A diferença esboçada por Cascudo tem um valor estratégico, pois através da realidade do *outro* é que as identidades da região sertaneja vão sendo urdidas em suas narrativas.

Ao narrar a particularidade em que se instalava o trabalho escravo na cultura pecuarista, caracterizado por relações mais maleáveis e com maior expectativa de alforria por parte dos cativos, diferentemente da realidade canavieira que não permitia a libertação sucessiva do escravo, Cascudo traceja a peculiaridade da escravidão em Mossoró, e, conseqüentemente, as condições que possibilitaram a abolição prematura em 1883. Tal asserção se encontra evidenciada na seguinte passagem:

Junte-se que a massa escrava necessária a uma fazenda é sempre infinitamente inferior à indispensável para um engenho de açúcar. Por isso a reação escravocrata dos vales açucareiros foi mais tenaz e lógica. E o movimento abolicionista encontrou dificuldades radicais e teimosas nas varandas das Casas-Grandes e muito menor nos alpendres das residências-fazendeiras.

Explicará, sociologicamente, porque as vozes dos “leaders” abolicionistas encontravam eco e repercussão simpática nos arredores

⁴⁴⁷ Cf. HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. p. 229-270.

⁴⁴⁸ Cf. SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionista nordestino**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2008

⁴⁴⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Uma projeção lírica, uma poesia recordadora: o Nordeste de Câmara Cascudo**. p.184-189

de Mossoró e nos moradores da cidade, proprietários de sítios e, em sua maioria absoluta, criadores de gado.⁴⁵⁰

Para Cascudo a escravaria não baseava os fundamentos econômicos de Mossoró, “nem do braço africano proveio sua grandeza no plano industrial e financeiro. O escravo, na história das utilidades mossoroenses, era elemento precioso, porém jamais indispensável. Havia de viver-se sem o escravo”.⁴⁵¹

Cascudo aponta ainda que a cidade de Mossoró no início da segunda metade do século XIX possuía apenas 153 escravos para uma população livre de 2.493 indivíduos, portanto, o menor grupo em toda a Província.⁴⁵² Para o autor tal realidade era própria da região sertaneja, onde a economia escravista não era necessária, permitindo, dessa maneira, que as “vozes” ressoadas dos ecos abolicionistas pudessem ser disseminadas na cidade sem nenhuma interdição.

Posto dessa maneira, Cascudo toma como elemento central e, portanto, provedor do contexto favorável a abolição cativa em Mossoró, a conjuntura própria da sociedade pecuarista. “A História de Mossoró fora a história das fazendas de criar”, afirma o autor.⁴⁵³ Para Cascudo tal configuração econômica e social atuou como um agente irreprimível para a libertação e para a igualdade. “Esta força foi o ciclo da pecuária, a criação de gado; escola democrática do igualitarismo funcional.”⁴⁵⁴

O ambiente caracterizado pela exiguidade de escravos possibilitou, desta forma, um meio social capaz de promover, a partir de sua própria organização e dinâmica interna, um sistema democrático⁴⁵⁵ calcado na *igualdade funcional* das relações sociais:

Na criação de gado, a lida unificou os homens ricos e pobres. Os donos e os escravos estão na mesma linha tenaz de coragem e batalha. Não pode haver diferenciação específica nas missões de “dar campo” para o moço branco e o negro escravo. Encontraram o mesmo perigo, o mesmo carrascal, a mesma grota, o aclave súbito e escabroso, onde o barbatão galgou fulminante, encosta arriba, sumindo como visagem.

⁴⁵⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Sociologia da Abolição em Mossoró. In: **Mossoró, Região e Cidade**. 1980, p. 85

⁴⁵¹ Ibid. p. 81

⁴⁵² Id. **Notas e Documentos para a História de Mossoró**. p.122

⁴⁵³ Id. **Sociologia da Abolição em Mossoró**. p.82

⁴⁵⁴ Id..

⁴⁵⁵ Essa forma de pensar, em que a região pecuarista trouxe as condições necessárias para uma vida democrática, já era presente na obra de Gilberto Freyre, mesmo que este não se detivesse em seu livro *Casa-grande & Senzala* sobre a problemática da escravidão no espaço sertanejo. A análise freyreana, portanto, é superficial e efêmera ao se tratar de tal realidade social até mesmo porque o objetivo do autor não era estabelecer um estudo voltado para o sistema pecuarista, mas sim, para a sociedade patriarcal açucareira. Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. p.25

Os cavalos serão o melhor e o sofrível. Não podem dar ao vaqueiro escravo o pior cavalo, porque o “serviço” não se fará. A honra da fazenda é não perder o touro bravo, o novilho famoso, já cantado pelos poetas da ribeira como invencível.⁴⁵⁶

Nesta passagem, Cascudo demonstra o papel que tanto o senhor como o escravo tinham na “honra da fazenda” justificando, assim, a igualdade nas funções e estabelecendo ao mesmo tempo, “uma identidade social pela uniformidade das tarefas, iguais para todos, escravos e amos.”⁴⁵⁷ Assim, a maleabilidade das relações sociais, impressa na igualdade das funções no trabalho, possibilitou que a escravidão na região sertaneja, e, portanto, em Mossoró, reunisse condições para que as “vozes” dos movimentos abolicionistas encontrassem um campo propício para sua instalação.

Cascudo elege, ainda, outro fator para que houvesse a facilidade da repercussão dos movimentos abolicionistas em Mossoró: o caráter dispensável da própria mão-de-obra escrava que exigindo poucos homens cativos para o manuseio da economia pecuarista propiciou, desta maneira, uma maior porcentagem ao braço livre do jornaleiro e, conseqüentemente, o afrouxamento das relações entre os senhores e os escravos.

A partir deste raciocínio o autor analisa a abolição em Mossoró, bem como em todo o Rio Grande do Norte, atestando que o movimento foi desprovido de qualquer participação do escravo em si, dependendo somente, segundo ele, da própria vontade do espírito progressista e humano dos abolicionistas.

No livro *História do Rio Grande do Norte (1955)* esta asserção é respaldada pela idéia que Cascudo tem acerca do caráter pacífico da escravidão na Província. Cativos que ao longo da história potiguar nunca organizaram quilombos nem engendraram rebeliões, afirmava o autor.⁴⁵⁸ É interessante salientar que na segunda edição do livro *Viajando ao Sertão*, publicada em 1975, mais especificamente na parte de *Notas*, um dos organizadores da edição, Rodrigues de Melo, acrescentou um artigo escrito por Otávio Pinto no dia cinco de julho de 1934 no jornal *A República*, portanto um mês depois do artigo *Os Negros*, escrito por Cascudo e publicado na coluna *Viajando o Sertão* do jornal *A República* no dia seis de junho de 1934, intitulado de *Uma Aldeia de Negros no Seridó*. Este artigo versava sobre a presença negra na região seridoense, lugar

⁴⁵⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Mossoró, Região e Cidade.** p.83

⁴⁵⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** p.44

⁴⁵⁸ Ibid.

em que o próprio Otávio Pinto visitou, em 1930, uma aldeia de negros na cidade de Acari e outra aldeia chamada de *Boa Vista*. Sobre essa visita ele descreve: “Comemos carne assada, coalhada com rapaduras e café com tapioca, servidos pelas gentis negrinhas de Boa-Vista (sic), a aldeia de negros do Rio Grande do Norte, que Luís da Câmara Cascudo não viu.”⁴⁵⁹ Vemos, claramente, que no mesmo período em que Cascudo escreve sobre a ausência de aldeias negras ou comunidades quilombolas no sertão norte-rio-grandense, Otávio Pinto, no mesmo ano, contradiz essa afirmação, citando a presença de aldeamentos negros no Seridó.⁴⁶⁰ Isso demonstra a tentativa de Cascudo de apontar a não resistência negra, tendo em vista que seu objetivo era estabelecer um caráter pacífico para a escravidão em que o escravo não questionava a sua própria condição aceitando a ordem social estabelecida pelo senhor.

Para Cascudo, o Rio Grande do Norte se tornara um espaço onde a violência da escravaria não existia e nem formas de resistência por parte dos escravos. Portanto, o objetivo de Cascudo era o de enfatizar a ‘generosidade’ e o humanismo do homem branco em libertar os seus cativos, seguindo uma tendência historiográfica muito presente, na primeira metade do século XX, no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, do qual ele mesmo se tornou sócio correspondente em 1924.⁴⁶¹

Uma das influências que Cascudo recebeu ao pesquisar sobre a Abolição em Mossoró veio de Raimundo Girão um dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Cearense. Através de uma carta endereçada ao intelectual Raimundo Girão em fevereiro de 1954, demonstra-se a influência que o livro do autor intitulado de *Pequena História do Ceará (1954)* trouxera para a análise cascudiana acerca da abolição em Mossoró.

Amigo Dr. Raimundo Girão:

Sua “Pequena História do Ceará” foi lida e admirada e já citada num estudo que terminei sobre Mossoró, na parte sobre o movimento da Abolição (...). Um livro ótimo, seu Girão! História para divulgar-se,

⁴⁵⁹ A REPÚBLICA, 13 jul.1934.

⁴⁶⁰ Pesquisas mais recentes, mais especificamente na área de Antropologia, evidenciam a presença de comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte, sobretudo, na região do Seridó e do Oeste Potiguar. Cf. ASSUNÇÃO, Luiz de Carvalho. **A comunidade Negra de Jatobá: Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural**. Relatório Acadêmico. Natal, 2006. MILLER, Francisca de Souza. **Comunidade quilombola de Capoeiras Rio Grande do Norte: estudo antropológico: relatório final**. UFRN: Natal, 2007; VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. **A comunidade Quilombola de Acauã Cunha (Cunhã Velha), Rio Grande do Norte: Estudo antropológico**. Natal, 2006; MEDEIROS, Maria Goretti. **Escravos da Ribeira do Apodi sob a ótica dos inventários**. Mossoró: Fundação Vingt Rosado, 1994 (Coleção Mossoroense)

⁴⁶¹ A IMPRENSA, Natal, 21 dez.1924.

para aprender-se num sentido geral, da aproximação humana, do contágio social e, assim, como V. fez, com inteligência, gosto e vontade cearense, sinônimo insuperável de vitória.

Receba meus parabéns e todos os agradecimentos pela bondade de envio. Quem dera que todos os Estados possuíssem uma “pequena” História do tamanho grande da sua, do seu modelo, simples, transparente, sólido bloco de cristal, indeformável para todos os ângulos da percepção...⁴⁶²

As trocas intelectuais através de cartas, livros e documentações⁴⁶³, práticas bem características desse momento histórico, entre Cascudo e os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará permitiu-o uma instrumentalização, teórica e, ao mesmo tempo, informativa, no sentido de possibilitá-lo a uma leitura sobre a abolição da escravidão em Mossoró. Uma das marcas que a historiografia do instituto cearense legou a escrita cascudiana foi a visão apoteótica e heróica dos defensores da libertação dos escravos ao se posicionarem contra o *retrógrado* sistema cativo, como assinala Carlos Rafael Vieira:

Os trabalhos produzidos no Ceará, com exceção de: *Revelações da Condição de Vida dos cativos do Ceará* do escritor Eduardo Campos, tratam da questão da Abolição tendo como tese central: o papel humanitário e empreendedor dos ‘cavaleiros da esperança’ no processo abolicionista na província do Ceará. Onde, os abolicionistas trazem o estigma de indivíduos bravos e cultos que almejam alcançar o progresso e a civilização através da abolição do elemento cativo.⁴⁶⁴

Desse modo, a centralidade que Cascudo destina, em suas narrativas, aos agentes provedores da liberdade escrava teve uma vinculação direta com os escritos do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.

Este elemento é fundamental para se pensar como Cascudo construiu na sua “sociologia” da abolição uma visão que mitificasse a ação impulsionadora e heróica destes sujeitos históricos. Para Cascudo isto só foi possível porque já existia nesses

⁴⁶² Revista do Instituto do Ceará. Ano 83. 1954 (Registro Bibliográfico) acesso em: 20. mar. 2011, às 15:32 <http://www.institutodoceara.org.br/Rev_apresentacao/RevPorAnoHTML/1954indice.html>

⁴⁶³ Em 1941, o artigo de Cascudo intitulado de *Informação Geográfica do Ceará Holandês* foi publicado na **Revista do Instituto do Ceará**, demonstrando a contribuição e, ao mesmo, o diálogo do autor com o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.

⁴⁶⁴ VIERA, Carlos Rafael. Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará (1871-1884) In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP. UNICAMP.Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.p.2

senhores de escravos uma “vontade” de libertar o negro muito antes da abolição. Isso fica bem evidenciado na seguinte passagem:

Em qualquer solenidade lembrava-se o negro. Nos testamentos, alegrias domésticas, muitos escravos ganharam a liberdade incondicional. Na hora do batizado era comum a criancinha levar na mão a carta de alforria da madrinha de apresentar, quase sempre uma velha negra criadeira dos ioiôs brancos, mãe preta, legítima e generosa. Vezes outra o padrinho libertava, na pia, o afilhado escravo, para que entrasse na Igreja livre como devera ser.⁴⁶⁵

Como tenta demonstrar o trecho acima, o elemento negro era uma constante no cotidiano social dos senhores de escravos. É interessante destacar que ao longo da suas narrativas, como analisamos anteriormente, Luís da Câmara Cascudo nega a presença do negro na formação social do Rio Grande do Norte e de Mossoró, mas, na passagem acima, vemos claramente que Cascudo constrói uma imagem em que o negro está sempre ao lado do branco contradizendo sua tese anterior de que no espaço norte-riograndense a presença do negro era inexpressiva.

Para Cascudo a vivência dos escravos ao lado dos seus proprietários trouxe relações de compadrio despertando um sentimento de empatia com a realidade escrava. Seu texto narra às várias experiências cotidianas em que o escravo estava inserido, demonstrando, assim, o espírito humanista dos escravocratas em libertar seus cativos. Para Luís da Câmara Cascudo, outro elemento importante para se perceber a “vontade” em libertar o negro, antes mesmo da abolição, se esboçava na própria repulsa da comunidade local contra a “mercadoria da carne humana”. Cascudo diz que tal atitude era condenada pela sociedade local não tendo, desse modo, “nenhuma popularidade para o dono de escravos, fosse qual fosse sua importância política.”⁴⁶⁶

Assim, Luís da Câmara Cascudo vai evidenciando os elementos que permitiram o evento abolicionista em Mossoró não se restringir somente as explicações econômicas, ou seja, que o único fator explicativo para se entender a abolição reside na dinâmica interna própria da economia pecuarista que permitiu uma pequena quantidade no número de escravos e na construção de relações sociais mais amenas, como indicamos anteriormente, mas também no sentimento humanista dos proprietários de

⁴⁶⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. p.188 e 189

⁴⁶⁶ Id. **Sociologia da Abolição em Mossoró**. In: **Mossoró, Região e Cidade**. p.81

escravos contribuiu de igual forma para que em Mossoró os movimentos abolicionistas tivessem êxito.

Para que a rapidez abolicionista se houvesse comunicado com tal intensidade e vigor era preciso existir um estado anterior, mesmo ignorado, predisposto, lenta carregação nas baterias sensoriais esperando apenas o momento favorável e próprio do fenômeno da descarga.⁴⁶⁷

Os fatores mencionados acima se constituem como os elementos principais pelos quais em Mossoró pudesse se estabelecer a precocidade da Abolição da Escravatura. Feito este, que teria despertado na sociedade mossoroense entusiasmo e um sentimento altruístico envolvendo todos os setores da população, como ele procura argumentar:

O movimento é animado justamente pelas classes que o atacavam noutras paragens do Império, comerciantes, industriais, fazendeiros, proprietários. Nenhum imaginava da campanha como projeção pessoal no plano eleitoral e político. Foi realmente um movimento empolgador(sic) e que fundiu todas as classes no mesmo cadinho do entusiasmo e do arrebatamento altruístico. As exceções são tão raras que desaparecem inoperantes e tênues na força impetuosa do contágio idealista.⁴⁶⁸

Ao descrever que *o movimento é animado e que nenhum imaginava da campanha como projeção pessoal no plano eleitoral e político*, Cascudo vai convergindo e agrupando todos os setores sociais da sociedade para a causa abolicionista.

É interessante observar que ao narrar o evento Cascudo parece estar descrevendo e escrevendo à medida que está vendo o acontecimento. Ele se situa numa relação entre visibilidade e saber se posicionando, assim, como mestre do ver se utilizando da narrativa para estabelecer suas representações sobre o passado alçadas na condição de atribuir sentido ao que já passou a fim de tornar o real bem real.

Desta forma, Cascudo enaltece o feito de Mossoró descrevendo-a como uma cidade ímpar por ser a única do Brasil a comemorar a data da abolição da escravatura através de festas, hinos e desfiles: “Mossoró é o único ponto em todo o Brasil onde uma vitória abolicionista se tornou festa oficial e coletiva e é comemorada por todas as

⁴⁶⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a História de Mossoró**. p.124

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p.123

classes nas ruas, nas praças, nas residências, nos corações.”⁴⁶⁹ Essa exaltação ao evento abolicionista por parte de Cascudo esteve vinculada ao próprio contexto em que a prefeitura de Mossoró, a partir da década de cinquenta, investe na publicação de artigos e livros sobre o tema abolicionista, a fim de enaltecê-lo.⁴⁷⁰

Desta maneira, Cascudo produz a partir do discurso sobre o evento abolicionista um sentido e uma identidade para a cidade, singularizando-a devido à manutenção da memória coletiva e de uma sensibilidade festiva, não anulando, mas tornando a libertação dos escravos um ato comemorável com uma bandeira, um hino escolar e uma recepção fulminante, fazendo do feito um sentimento, geral e popular, perpetuado “pela renovação incessante com que os novos substituem os velhos, iguais na alegria relembadora, afastando a facilidade da pilheria e a diminuição pela ironia salacial(sic), obumbradoras(sic), as horas grandes do 30 de setembro de 1883.”⁴⁷¹

Assim, Cascudo constrói uma narrativa que toma Mossoró como uma cidade que agiu, por instinto, por força lógica da reminiscência e recordação dos atos vividos pelos seus antepassados, mantendo íntegro o sentimento popular de sua festa, escolhendo-a entre aquelas que representavam, segundo o autor, “uma vitória humana contra o egoísmo materialista, contra o domínio econômico tirânico, contra o falso equilíbrio social fundado na exploração fraternal.”⁴⁷²

Nesse sentido, a representação coletiva do feito da abolição em Mossoró é instituída, para Cascudo, como um traço psicológico presente na memória dos mossoroenses ao comemorar a ação humana contra o crime jurídico da escravidão. Segundo ele, um “fenômeno” de aclamação coletiva e de aceitação jubilosa, uma demonstração popular e pública de que “o ato de 1883 vira resultado de vontade geral não convencida pelos discursos, mas consciente de efetivação imediata de uma reparação ao crime jurídico, alforriando quem nunca julgara, espiritualmente, escravo e carecente (sic) de direitos.”⁴⁷³

⁴⁶⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a História de Mossoró**. p.123

⁴⁷⁰ Cf. BRAZ, Emanuel Pereira. **A Abolição da Escravidão em Mossoró: Pioneirismo ou Manipulação do Fato**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1999.

Neste mesmo período, a prefeitura de Mossoró através do intelectual Vingt-un Rosado lança a “Batalha da Cultura”, movimento Cultural iniciado em 1948 que através do Decreto Executivo número 4 criou a Biblioteca Pública Municipal da cidade, o Boletim Bibliográfico e posteriormente a Coleção Mossoroense. Tanto o Boletim Bibliográfico como a Coleção Mossoroense tiveram, nesse período, o objetivo de produzir e organizar através da coleção e publicação de livros concernentes aos aspectos históricos, geográficos, geológicos, sociológicos de Mossoró e Região. Cf. FELIPE, José Lacerda Alves. **A (Re) Invenção do Lugar: Os Rosados e o país de Mossoró**. 1ªed. João Pessoa: Grafset, 2001

⁴⁷¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a História de Mossoró**. p.124

⁴⁷² Id.

Portanto, para Cascudo, o sentimento ‘altruístico’ da abolição surgiu como um sentimento *a priori*, vinculado a elementos anteriores, como a insatisfação da população mossoroense diante do “crime” da escravidão, despertado pelo movimento abolicionista que projetou Mossoró, um espaço construindo historiograficamente sem escravo, como uma cidade em que a libertação dos escravos tornou-se sua própria epopéia.

Conclusão

Tomemos a metáfora do aquarelista. Profissional das cores, o aquarelista, pinta e desenha através da grade sua obra-prima. Cada movimentação de sua mão circunscreve uma demarcação que apoiada na mesa, se fixa numa moldura através da qual ele olha o que está desenhando. Os fios equidistantes do pincel vão preenchendo de cores e de sentidos o grande espaço em branco da folha. Cada gesto, cada movimento, cada escolha, permite ao aquarelista descrever, delimitar, inventar, formas e formosuras, para compor sua arte.

⁴⁷³ CASCUDO, Luís da Câmara. Sociologia da Abolição em Mossoró. In: **Mossoró, Região e Cidade**. p.87

Na aquarela acabada, a grade é invisível e o espectador não enxerga. No entanto, é através dela que o pintor viu e é ela que, implicitamente, faz o espectador ver o que o artista viu; ou: ela o faz crer que vê quanto é muito provável que foi assim que aprendeu a ver.⁴⁷⁴

Se na metáfora do aquarelista a grade o faz ver e permite que o espectador veja o que o pintor viu, as narrativas cascudianas, entendidas aqui como grade, isto é, aquilo “através do qual” o narrador vê e faz o leitor ver o mundo pela linguagem inscrita nos textos -, possibilitam a leitura do passado pelo signo da história.

Lançamos mão dessa metáfora para elucidar um Cascudo aquarelista que utiliza sua narrativa como arte de fazer ver não somente palavras, parágrafos e textos, mas carnes e pedras, indivíduos e mundos, passados e presentes. Sua narrativa opera, percebe, descreve e inscreve uma dada maneira de ver e de fazer crer que vê as representações sobre o passado de Mossoró. Como vimos, a cidade é sentida e percebida não só pela preponderância dos prédios, das ruas, das fachadas, do barulho e das encruzilhadas, mas pelas mil e uma maneiras de descrevê-la, de relatá-la e por que não, de historicizá-la.

Luís da Câmara Cascudo, aquarelista, pinta dadas imagens para a cidade. Sua narrativa historiográfica põe a tela como instrumental narrativo para demarcar os sentidos e as cores para Mossoró, como “num tomo de História a paisagem social é desenhada amplamente, no plano da pintura mural, para obter-se a impressão do conjunto”⁴⁷⁵. Cascudo constrói Mossoró como um texto, engendrado pelo seu inventário que destina a cidade uma dada leitura sobre seu passado.

A narrativa cascudiana esteve em consonância com os ritmos de uma política cultural que, a partir da década de quarenta em diante, esteve no centro da produção de uma dada maneira de ler o passado e o presente de Mossoró.

Uma política cultural nomeada de Batalha da Cultura, iniciada na administração de Dix-sept Rosado, em 1948, quando assumiu o compromisso de criar uma biblioteca pública para Mossoró. Uma batalha que seu principal objetivo era lutar por certo tipo de cultura, notadamente, letrada. Cultura esta que serviu como estratégia identitária para a elaboração de uma narrativa que ligasse os mossoroenses do passado com os mossoroenses do presente. Um projeto de cultura que, em grande medida, se preocupou

⁴⁷⁴ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. p.323

⁴⁷⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. p.6

em produzir identidades para o espaço mossoroense. Espaço este definido como cidade e como região.

O interesse em “batalhar pela cultura” teve da prefeitura de Mossoró o esforço maior. Muito embora, a Batalha da Cultura contasse com a colaboração de outros segmentos da sociedade mossoroense e de outros lugares do Brasil. O esforço objetivava garantir para o futuro a preservação da cultura através da memória, promovendo-a, produzindo-a e conservando-a para a construção de uma dada identidade cultural. Identidade esta que evidencia a família Rosado e suas ações no centro da história desse espaço.

Como parte desse projeto identitário esteve à necessidade de se fazer a escrita da história da cidade de Mossoró. Mais do que isso, era preciso projetar e legitimar a história do município. É por isso que no início da década de cinquenta, o prefeito de Mossoró, Vingt Rosado, convida Luís da Câmara Cascudo para escrever a história de Mossoró, pois a história produzida por ele se configuraria como a enunciação da cidade, dando sentido, a partir do passado, aos cidadãos do presente.

A maior contribuição de Cascudo na Batalha da Cultura foi, em grande medida, a escrita da história de Mossoró. Embora, tenha participado de outras maneiras. Foi Vingt-un, seu pupilo, que articulou a presença do “seu mestre” neste movimento. Vingt-un sabia que a presença de Luís da Câmara Cascudo era fundamental para a repercussão e a projeção da “batalha” para além das fronteiras do espaço mossoroense.

Além da projeção, a escrita cascudiana serviu para a produção da identidade histórica da cidade. É por isso que, em 1955, o livro *Notas e Documentos para a história de Mossoró* foi publicado. Nesse livro, Cascudo seleciona os sujeitos, os acontecimentos, as datas que ele julga serem mais importantes para a história de Mossoró.

A origem do nome da cidade é esquadrihando por ele como sendo o primeiro marco da identidade mossoroense. Um traço presente da gente e não da natureza. Dos índios *Monxorós* e não do rio Mossoró. Para Cascudo é o elemento humano, indígena, que nomeia a cidade. Ao mesmo tempo em que evidencia a contribuição do índio na formação toponímica da cidade, Cascudo interdita sua contribuição na formação social e étnica do espaço mossoroense. Não só do índio, mas também do holandês.

A presença holandesa em Mossoró, segundo Luís da Câmara Cascudo, não trouxe contribuições para a formação social do espaço mossoroense. A estratégia de Cascudo era tornar toda a narrativa da estadia holandesa em Mossoró uma anedota,

justamente para impossibilitar qualquer vinculação do sangue e da fé protestante dos holandeses no espaço mossoroense. Ao interditar a contribuição holandesa-protestante em Mossoró, Cascudo evidencia a presença católica de linhagem portuguesa, inscrita na missão dos frades Carmelitas. Estes seriam, para ele, os verdadeiros agentes da formação espiritual e social do espaço mossoroense. Para Luís da Câmara Cascudo este espaço seria também constructo da expansão dos currais de gado que, juntamente com as missões católicas, povoariam e conquistariam os territórios do interior do Rio Grande durante o século XVIII, em específico Mossoró.

Para Cascudo o espaço mossoroense seria também uma construção do olhar e da paisagem do viajante Henry Koster que visitou a fazenda de Santa Luzia no início do século XIX. Ao narrar à visita de Henry Koster, Cascudo considera que o ver e fazer ver do viajante contribui para a construção da própria imagem de Mossoró no século XIX. Henry Koster seria, para ele, a grade que possibilitaria a visibilidade do espaço mossoroense no novecentos.

Como quer fazer crer Cascudo, Mossoró seria formada pela ação conjunta das missões católicas, da expansão dos currais e do olhar do viajante. Estes eram considerados por Cascudo como os primeiros formadores do espaço mossoroense. Luís da Câmara Cascudo adiciona, ainda, outros sujeitos à história da cidade. Personagens que “plantaram” a cidade, representados pelos “homens-bons” vinculados ao grupo político dos Conservadores que atuavam na cidade como força atuante, tanto politicamente como economicamente, para a evolução do núcleo urbano.

Um dos “plantadores da cidade” seria, para Cascudo, Jerônimo Rosado. A vida de Jerônimo representaria a vida da cidade. Suas imagens, selecionadas por Luís da Câmara Cascudo, estiveram em consonância com as imagens de Mossoró. Ao narrar a vida de Jerônimo Rosado, Cascudo está tratando de Mossoró, exatamente para vincular a cidade à família Rosado.

Uma das imagens que Cascudo seleciona para Jerônimo Rosado é ideia de “herói-civilizador”. “Seu Rosado” seria, para o referido intelectual, o personagem comprometido em trazer os elementos necessários para desenvolver a cidade através da missão de civilizá-la. Luís da Câmara Cascudo considera que a cidade de Mossoró nasce a partir da atuação incessante dos “homens-bons”, como, por exemplo, Jerônimo Rosado. A urbe do passado seria um constructo destes homens que teriam no presente os seus ancestrais, representados pela família Rosado. Não é a toa que o livro de 1955 se encerre com a administração dos Rosados na cidade de Mossoró nos anos quarenta e

cinquenta. O roteiro do livro de 1955 seguiria o traço identitário que ligaria a história dos Rosados com a história de Mossoró.

Para além das múltiplas imagens e textos que Cascudo construiu para o espaço mossoroense, esteve o discurso de Mossoró como a cidade da liberdade. Juntamente com outras esferas da sociedade, tais como: o jornal *O Mossoroense*, o Boletim Bibliográfico, a Coleção Mossoroense, e outros intelectuais da cidade, Luís da Câmara Cascudo contribuiu significativamente para a elaboração dos discursos em torno da liberdade abolicionista em Mossoró. Essa construção discursiva serviu para interditar a contribuição negra na constituição da sociedade mossoroense, eliminando-o a partir de uma narrativa comprometida com as teorias filo-integralistas de caráter eugenistas e na constatação da inexpressividade dos escravos no espaço sertanejo.

Considerando o espaço mossoroense como um recorte espacial inscrito no limites geográficos do sertão e possuindo uma economia de tradição pecuarista, Cascudo elenca as motivações que prepararam o caminho para que Mossoró se tornasse uma cidade que o traço da liberdade fosse uma de suas principais identidades históricas.

Ao referir-se a tradição da gadaria no sertão potiguar, Cascudo estabelece as características sociais que fizeram do sertão um espaço historicamente sem escravo, e, por conseguinte, quase sem negro. Ao narrar a particularidade do trabalho escravo no espaço sertanejo de economia pecuarista, Cascudo constrói a ideia de que nesse espaço haveria relações sociais mais maleáveis entre senhores e escravos, refletindo em maiores expectativas em se tratando de alforria por parte dos cativos. Diferentemente da realidade do espaço litorâneo-canavieiro, que não permitia a libertação sucessiva do escravo, Cascudo constrói a peculiaridade da escravidão em Mossoró, o qual permitiu que as ideias abolicionistas pudessem ser expandidas na cidade sem maiores resistências.

Ao tratar da escravidão e da abolição em Mossoró, Cascudo constrói uma visão romântica, apoteótica e heróica dos abolicionistas ao se posicionarem contra o sistema escravista. Para Cascudo, haveria nos senhores de escravos uma “vontade” de libertar o escravo muito antes da abolição, pois haveria nesses senhores o sentimento humanista, solidário. Ao versar sobre a benevolência dos proprietários de escravos, Cascudo silencia as resistências dos escravos e os conflitos sociais com os senhores. Ao falar da liberdade em Mossoró, Cascudo não se referiu à conquista da liberdade a partir do negro, mas sim a benevolência dos senhores em libertá-los.

Para ele, Mossoró é considerada a “terra da liberdade” não pela ação do negro, se assim o fosse, Cascudo teria destinado uma narrativa que destacasse o papel do escravo na construção da sua própria liberdade. Pelo contrário. A liberdade que identifica o espaço mossoroense é outra; é a liberdade concedida e não conquistada. Desta maneira, Luís da Câmara Cascudo enaltece o feito abolicionista de Mossoró instituindo uma imagem para a cidade a partir de sua singularidade, por ser a única do Brasil, segundo ele, a comemorar a data da abolição da escravatura por meio de festas, atos cívicos, hinos e desfiles. Cascudo constrói uma narrativa que toma Mossoró como uma cidade da liberdade, servindo de referência para a instituição de uma identidade e de uma memória para Mossoró.

Além de construir uma identidade para a cidade a partir do discurso em torno da abolição, Cascudo contribuiu para a elaboração discursiva que toma Mossoró como uma região. Em grande medida, é Vingt-un que a partir dos artigos de Cascudo reunidos no livro *Mossoró, Região e Cidade* (1980), organiza e direciona a escrita cascudiana para a produção de uma dada leitura que evidencia Mossoró como uma cidade-região. Foi Vingt-un que se utilizou das narrativas de Cascudo reunido-as em um livro, cujo objetivo foi a produção de uma identidade espacial para região Oeste a partir de Mossoró. Vingt-un Rosado se apropriou do prestígio e do trabalho de Cascudo para respaldar no âmbito intelectual a projeção da cidade de Mossoró. Desta forma, a construção discursiva que considera Mossoró como região não partiu de Cascudo, todavia esteve vinculada aos interesses da esfera do poder público do município que criou a partir da década de cinquenta em diante, subsídios para que Mossoró se projetasse no cenário Estadual. O interesse dessa construção reside na ideia de produzir um sentido para que a cidade de Mossoró tivesse uma identidade singularizada em relação ao restante do Estado, justamente por ser, considerada, um espaço que centralizaria e polarizaria uma parte do Estado, o Oeste, alcançando, inclusive, outros Estados como o Ceará e a Paraíba.

A narrativa de Cascudo organizada e apropriada por Vingt-un nos anos oitenta, elabora textos que instituem uma leitura e visibilidade a cidade, excedendo as fronteiras do mundo citadino, construindo-a como uma região.

A Mossoró construída por Luís da Câmara Cascudo é espaço de formação católica-lusitana, é a cidade dos homens-bons que civilizam, plantando-a, é terra de liberdade, é região. A Mossoró de Cascudo ultrapassa as vias materiais do mundo urbano. A cidade inscrita e descrita por ele é um produto de imagens e discursos que se

colocam no lugar da materialidade. Luís da Câmara Cascudo ao escrever sobre Mossoró inventa seu passado, construindo mitos de origens, instituindo sua genealogia ancestral, elegendo seus heróis fundadores, definindo suas tradições, catalogando monumentos, delimitando um patrimônio, atribuindo sentidos e significados aos lugares e aos sujeitos da história, impondo ritos e recordando datas. O seu processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história constrói imagens e símbolos através das quais Mossoró sonha a si mesma.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1 Impressas

1.1 Livros e Artigos

ANDRADE, Mário de. **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991

BRITO, Raimundo Soares de. **Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura**. Mossoró: ESAM. 1986. (Coleção Mossoroense, Série C)

_____. **Pioneiros da história da indústria e comércio do Oeste Potiguar**. Mossoró: ESAM/FGD, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Alma Patrícia**. Mossoró: ESAM. 1991. (Coleção Mossoroense, Série C)

_____. A escravidão na evolução econômica do Rio Grande do Norte. **Revista Nova**. São Paulo, Ano I. n.1, 1931

_____. A Função dos Arquivos. Separata da **Revista do Arquivo Público**, ano 7a10, n 9-12. Recife, Arquivo Público, 1952-1956.

_____. A Sociologia da Abolição em Mossoró. Mossoró: **Separata do Boletim Bibliográfico**, número 95-100, 1956.

_____. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. São Paulo: Globo, 2004

_____. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1954

_____. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956

_____. **História da cidade do Natal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____. **História dos nossos gestos**. São Paulo: Melhoramentos, 1976

_____. Informação geográfica do Ceará Holandês. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo 70. Ano 1941. p.68-80

_____. **Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província**. 3ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1999. (Coleção Mossoroense, Série C)

_____. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Fundação José Augusto, 1968.

_____. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. 4º ed. Mossoró: FGD, 2001

_____. **Notícia histórica do Município de Santana do Matos**. Natal: Departamento de Imprensa. 1955

_____. **Notas para a história da paróquia de Nova Cruz.** Natal: Arquivo de Natal, 1955

_____. O nome Potiguar. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, v.32-34, p.37-46, 1935-1937.

_____. **Um Provinciano Incurável.** In: Revista *Província* n. 2. Natal, UFRN/IHGRN, 1998

_____. **Vaqueiros e Cantadores.** Rio de Janeiro: Global, 2005

_____. **Viajando o sertão.** 3ªed. Natal: CERN, 1984

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968.** Natal: Fundação José Augusto, 1970 v.1

NETA, Umbelina Caldas; ROLIM, Isaura Ester Fernandes Rosado; ROSADO, Vingt-un. **Bibliografia cascudiana na Coleção Mossoroense e no Boletim Bibliográfico (1949-1991).** Mossoró: ESAM/FGD. 1992. (Coleção Mossoroense. Série C)

ROSADO, Vingt-un. A Geologia da Região de Mossoró e suas conseqüências culturais. **Boletim Bibliográfico.** Número, 95-100. 1956

_____. **Batalha da Cultura: Saga e Catálogo.** Mossoró: ESAM. 1979 (Coleção Mossoroense, Série C)

_____. **Minhas memórias da Batalha da Cultura.** Livro I. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2000. (Coleção Mossoroense, Série C).

_____. **Minhas memórias da Batalha da Cultura.** Livro II. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2000. (Coleção Mossoroense, Série C).

_____. **Minhas memórias da Batalha da Cultura.** Livro IV. Fundação Guimarães Duque. 2000. (Coleção Mossoroense, Série C).

_____. **Minhas memórias da Batalha da Cultura.** Livro VII. Fundação Guimarães Duque. 2000. (Coleção Mossoroense, Série C).

_____. **Minhas memórias da Batalha da Cultura.** Livro VIII. Fundação Guimarães Duque. 2000. (Coleção Mossoroense, Série C).

_____. **Minhas memórias da Paleontologia mossoroense.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. Série C. Governo do Estado do RN; Assembléia legislativa do RN; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RN; Fundação Municipal de Cultura (Prefeitura de Mossoró),1999

_____. **Mossoró.** 2ªed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2006. (Coleção Mossoroense, Série C).

_____. **Notícia sobre a Batalha da Cultura**. Mossoró: ESAM, Universidade Federal da Paraíba.1978. (Coleção Mossoroense)

_____. **Pequena Cantoria de Mario de Andrade e Câmara Cascudo para Lampião e Jararaca**. Série C. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, Coedição ETFRN-UNED; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RN, 1997

_____. **Subsídios para a história da saga mossoroense de 12 Congressos Científicos**. Mossoró: ESAM, 1988

SABINO, Damião. **Vingt-un e a Cultura**. Mossoró: Coleção Vingt-un.1990. (Coleção Mossoroense, Série C).

SOUZA, Raimundo Soares de. **A serviço de Mossoró**. Rio de Janeiro: Pongetti; Mossoró: Fundação Guimarães Duque.1976 (Coleção Mossoroense. Série C)

1.2 Discursos e Depoimentos

CASCUDO, Luís da Câmara. In: **DEPOIMENTO: Cascudo**. Produção: Zita Bressane. São Paulo: TV Cultura, 1978

_____. Discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de **Letras** (1943). In: NAVARRO, Jurandyr. **Oradores- Rio Grande do Norte (1889-2000): biografia e antologia**. 2. ed. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2004

PEDROZA, Sylvio Piza. **Discurso do prefeito Sylvio Pedroza ao entregar a Luís da Câmara Cascudo o título de historiador da cidade do Natal**. Natal, 1948. 2p. Mimeografado. Acervo Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza, Natal- Rio Grande do Norte.

ROSADO, Vingt-un. **Discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras**. Mossoró: ESAM. 1987. (Coleção Mossoroense).

1.3 Jornais e Revistas

A ESCOLA, Mossoró, 07 set. 1936, 1937; 12 out.1939; 13 dez.1939

A IMPRENSA, Natal, 21 dez.1924

A ORDEM, Natal, 12 fev.1947; 19 jul. 1947

A REPÚBLICA, Natal, 27 jan. 1924; 05 abr. 1934; 11 de abril de 1934; 31 maio. 1934; 06 jun.1934; 13 jul.1934; 08 jun.1939; 02 maio.1940; 04 out.1940; 24 out.1940; 10 ago.1941; 15 ago.1941; 22 ago.1941; 06 nov.1941; 31 de maio de 1942; 17 fev.1943; 07

mar.1943; 18 abr.1943; 08 jul.1943; 16 jul.1943; 04 de janeiro de 1949; 04 dez. 1949; 14 jun.1960; 28 set.1960.

DÁRIO DE NATAL, Natal, 25 nov. 1948.

O MOSSOROENSE, Mossoró, 24 jan.1948; 31 jan.1948; 7 fev. 1948; 14 fev.1948; 30 mar.1948; 25 abr.1948; 31 mar.1949; 03 jul.1949; 30 set.1953; 5 dez.1958.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. v. 83. 1954
OESTE. Mossoró, ano 1. n. 1.
REVISTA PREÁ. Natal, n.03, set.2003.

2 Sites

<http://www.colecaomossoroense.org.br/>
<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/cascudo/frame.htm>
<http://www.institutodoceara.org.br/Revapresentacao/RevPorAnoHTML/1954indice.htm>
<http://www.memoriaviva.com.br/cascudo/depoimen.htm>

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito de conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**. Revista de História UFC, Fortaleza, v.3, n.6, p.43-66

_____. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade nacional**. Recife: Bagaço, 2008

AMADO, Renato. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: **História, poder e espaços: nas trilhas da representação**. Natal: EDUFURN. No prelo.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandese**. Natal: Editora Universitária. 1981

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Editora, 2005.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004

- BACHELARD, Gaston. **A poética dos espaços**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos: os cangaceiros de Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917
- BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BLACHE, Vidal de La. **Princípios de Geografia Humana**. 2º Ed. Lisboa: edições cosmos, 1954
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BORDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996
- BRAUDEL, Fernand. **El Mediterrâneo**. Madrid: Espasa Calpe, 1997
- BRAZ, Emanuel Pereira. **A Abolição da Escravidão em Mossoró: Pioneirismo ou Manipulação do Fato**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1999.
- BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal:EDUFRN, 2002
- BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ºed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007
- _____. **A invenção do Cotidiano. Artes de Fazer 1**. Petrópolis: Vozes, 2008
- CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória- 1935-1950)**. São Paulo: USP. Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História social.(Tese de Doutorado). 2008
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Discursos da liberdade: A construção discursiva da Abolição da escravatura em Mossoró através do jornal O Mossoroense dos anos de 1948 a 1953**. Monografia (Graduação em História)—Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2009.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004
- DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003
- _____. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004

_____. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (Re) Invenção do Lugar: Os Rosados e o país de Mossoró.** 1ªed. João Pessoa: Grafset, 2001

_____. **Vingt-un: o intelectual e o cidadão.** Natal: EDUFRN. 2004

FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George A.F.; FARIAS, Hélio T.M. Adentrando os sertões: consideração sobre a delimitação do território das secas. In: **Scripta Nova,** Universidade de Barcelona.

FOUCAULT. Michel. **A Arqueologia do saber.** 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

_____. O que é um autor. In: **Ditos e Escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 19ªed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1978

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888).** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1979

GARDNER, Patrick. **Teorias da História.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, s/d

GICO, Vânia. Câmara Cascudo: um Hermes universal no nordeste brasileiro. In: **Congresso Internacional de História de la cultura escrita.** 6., 2002. v.1, p.419-431

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GIUCCI, Guilherme. LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GOFF, Jacques Le. **História e Memória.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2003

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil Colonial (Rio de Janeiro, 1949). **Revista Brasileira de História**. v. 24. n.48, São Paulo, 2004.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

HERODOTO. **História**. Brasília: Editora UNB, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006

LIMA, Bruna Rafaela de. **Da rede ao altar: Vida, ofício e fé de um historiador Potiguar**. 2009. Dissertação(História),Programa de Pós-Graduação em História – UNISINIOS, São Leopoldo,2009

LÖWY. Michel. Historicismo. In: **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2008

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002

MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 24, jun. 2002.

_____. Viajando o sertão. Luís da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza(orgs). **A História em coisas miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva. Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. In: **Escritos sobre a história**. RJ: Loyola/PUCRJ, 2005

NORA, Pierra. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. **Mitologias do “País de Mossoró”**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Natal-RN, 1997.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27. n.53, jan-jun., 2007. vol. 27, n° 53

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a história da Paraíba**. Ed. fac-similar. Paraíba: Imprensa oficial, 1908.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres as vozes do silêncio. In: CEZAR, Marcos de. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 6º Ed. São Paulo: Contexto, 2007

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria**. Dissertação (História), Programa de Pós-Graduação em História – UFRN, Natal. 2009.

_____. **Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionista nordestino**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2008

SCARATO, Luciene Cristina. **Administração e Política Colonial**. p. 10. Retirado no dia 17 de outubro de 2010 às 16h45min. <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/administracaoepoliticacolonial.pdf>

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SENNET, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização Ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008

SILVA, Lemuel Rodrigues. **Os Rosados encenam: estratégias e instrumentos da consolidação do mando**. Mossoró: Queima Bucha

SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário Crítico de Câmara Cascudo**. São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRN; Fundação José Augusto, 2003

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Bauru: EDUSC, 2003

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. vol 1- da**

Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIERA, Carlos Rafael. Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará (1871-1884) In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História.** ANPUH/SPUNICAMP.Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.p.2